

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
APLICADAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANGÉLICA LIMA DA SILVA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O DESAFIO DA
CONSTRUÇÃO DE UMA VIDA NOVA:
PERCEPÇÕES DAS MÃES DE CRIANÇAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MATRICULADAS
EM UMA ESCOLA DE CAMPINAS/SP.**

**CAMPINAS
2014**

ANGÉLICA LIMA DA SILVA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O DESAFIO DA
CONSTRUÇÃO DE UMA VIDA NOVA:
PERCEPÇÕES DAS MÃES DE CRIANÇAS
BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA MATRICULADAS
EM UMA ESCOLA DE CAMPINAS/SP.**

Trabalho de conclusão de curso, Dissertação, apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. André Pires

**PUC-CAMPINAS
2014**

**Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Programa de Pós-graduação em Educação**

Autora: SILVA, Angélica Lima da.

Título: O Programa Bolsa Família e o desafio da construção de uma vida nova: Percepções das mães de crianças beneficiárias do programa matriculadas em uma escola de Campinas/SP.

Dissertação de Mestrado em Educação

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador Prof. Dr. André Pires_____

1º Examinador Prof. Dr. Luís Antônio Groppo_____

2º Examinador Prof.(a) Dr.(a) Mônica Piccione Gomes Rios_____

Suplente interno Prof.(a) Dr.(a) Elvira Cristina Martins Tassoni_____

Suplente externo Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço_____

Campinas, 11 de fevereiro de 2014.

Aos meus pais, que mesmo tendo estudado tão pouco são grandes incentivadores dos meus estudos, meus exemplos de vida.

Ao meu amado Rodrigo, que mesmo à distância me auxiliou e compreendeu minhas ausências.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. André Pires

Orientador querido, meu mestre, meu guia, grande incentivador desta pesquisa, que acreditou e lapidou meu potencial de pesquisadora, amigo sincero e amável em todos os momentos.

Ao Prof. Dr. Adolpho Ignácio Calderon

Professor querido, incentivador, desafiador e amigo sincero.

Ao Prof. Samuel Mendonça

Pelo estímulo e importantes sugestões.

Ao Prof. Arthur Vitorino

Pelo estímulo e críticas construtivas.

Ao Prof. Dr. Luís Antônio Groppo

Pelas importantes contribuições na qualificação.

A Profª Mônica Piccione Gomes Rios

Pelo estímulo e importantes sugestões.

Ao Prof. Dr. Marcos Martins

Pelo estímulo e apoio no curso de iniciação ao mestrado oferecido pelo sindicato dos professores em parceria com o Centro Universitário Salesiano.

A companheira de Mestrado Ana Paula Speck.

Pelas conversas, estudos, parcerias, estímulos e amizade.

A Secretária Acadêmica Célia Lourenço

Pelo atendimento às minhas solicitações e pela gentileza.

Pode-se considerar livre um ser humano que passa fome, que vive na miséria, que não tem trabalho, que é humilhado porque não sabe como manter e educar seus filhos? Este não é um ser humano livre.

Sandro Pertini, ex- presidente socialista da República Italiana.

RESUMO

SILVA, Angélica Lima da. O Programa Bolsa Família e o desafio da construção uma vida nova: percepções das mães de crianças beneficiárias do programa matriculadas em uma escola de Campinas/SP. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Educação, Campinas, 2014.

O recebimento do benefício do Programa Bolsa Família (PBF), política pública de transferência de renda do governo federal destinado a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza está vinculado ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação. Na área da educação é exigida a frequência escolar mínima de 85% para as crianças entre 6 e 15 anos e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Segundo justificativa explicitada na legislação e documentos oficiais do PBF, a garantia da frequência escolar de crianças e jovens na escola seria um fator importante para romper com a chamada transmissão intergeracional da pobreza. O presente trabalho parte das seguintes indagações: será a frequência escolar fator importante para impedir a chamada transmissão intergeracional da pobreza? Será que o fato da criança estar na escola com o auxílio do programa garante a sua educação? Este estudo analisou as percepções de mães beneficiárias do programa a respeito da exigência da frequência escolar e se dispôs a compreender de acordo com suas colocações, se a educação de seus filhos estava relacionada com a participação no PBF. Foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas com mães beneficiárias do PBF na região sul de Campinas/SP. Os resultados da pesquisa indicam que para as mães beneficiárias do PBF a educação de seus filhos não está vinculada ao programa, pois, segundo elas, a única exigência do PBF com relação à escola é a frequência escolar e isso elas declaram cumprir. Já com relação à educação de seus filhos, as mães argumentam que é necessário promover uma escola que desenvolva um ensino de qualidade, que os prepare para o mercado de trabalho, assim eles terão possibilidades de romper com a pobreza no futuro e construir uma vida melhor.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família (PBF); Educação; Política Pública; Frequência Escolar; Campinas (SP).

ABSTRACT

SILVA, Angelica Lima da. The Bolsa Familia Program and the challenge of building a new life: perceptions of mothers of children in the program beneficiary enrolled in a school in Campinas/SP. In 2014. 118f. Dissertation (Master of Education) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Graduate Program in Education, Campinas, 2014.

The receipt of the benefit of the Bolsa Familia Program (BFP), public policy of cash transfer from the federal government program to families in poverty and extreme poverty is linked to compliance with conditionalities on health and education. In education the minimum school attendance of 85 % for children between 6 and 15 years and 75 % for adolescents aged 16 to 17 years is required . According rationale explicit in legislation and official documents BFP, ensuring school attendance of children and young people in school would be a major break with the call for intergenerational transmission of poverty factor. This paper assumes the following questions: is attendance important factor to prevent the call intergenerational transmission of poverty? Does the fact that the child is in school with the help of the program ensures your education? This study examined the perceptions of mothers beneficiaries of the program regarding the requirement of attending school and prepared to understand according to their placements, the education of their children was related to participation in the BFP. Twenty semi-structured interviews with mothers of BFP beneficiaries were held in the southern region of Campinas/SP. The survey results indicate that for the beneficiary mothers BFP education of their children is not linked to the program because, according to them, the only requirement BFP with respect to school is school attendance and that they declare comply. As to the education of their children, mothers argue that it is necessary to promote a school that develops a quality education that will prepare them for the job market, so they will have opportunities to break away from poverty in the future and build a better life.

KEYWORDS: Bolsa Família Program (BFP); Education; Public Policy; School Attendance; Campinas (SP).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família- Brasil, 2004-2011.....	44
Gráfico 2. Mapa da Vulnerabilidade Social no Plano de Municipal de Assistência Social (2010-2013).....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Programas na América Latina e Caribe.....	45
Tabela 2. Instituições Educacionais na região do bairro Conjunto Vida Nova.....	63
Tabela 3. Distribuição de alunos por série e a quantidade de mães selecionadas.....	68
Tabela 4. Distribuição das beneficiárias do PBF por escolaridade.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	= Banco Nacional da Habitação
BPC	= Benefício de Prestação Continuada
BRIC	= Brasil, Rússia, Índia e China
BSP	= Benefício para a Superação da extrema pobreza na Primeira infância
BVG	= Benefício Variável Gestante
BVJ	= Benefício Variável vinculado ao Adolescente/Jovem
BVN	= Benefício Variável Nutriz
CEI	= Centro de Educação Infantil
CEMEI	= Centro Municipal de Educação Infantil
CF	= Constituição Federal
CIC	= Centro de Integração da Cidadania
CLT	= Consolidação das Leis do Trabalho
COHAB	= Conjunto habitacional
CRAS	= Centro de Referência de Assistência Social
DIC	= Distrito Industrial de Campinas
EMEJA	= Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos
FGTS	= Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	= Fernando Henrique Cardoso
FUNRURAL	= Fundo de Assistência Rural
IBASE	= Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INEP	= Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais
INPS	= Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	= Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	= Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	= Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
MEC	= Ministério da Educação
MST	= Movimento Sem Terra
NEPP	= Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
PAIF	= Programa de Atenção Integral a Família
PBE	= Programa Bolsa Escola
PBF	= Programa Bolsa Família
PETI	= Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	= Produto Interno Bruto
PIC	= Projeto Intensivo no Ciclo
PNAD	= Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PND	= Programa Nacional de Desestatização
PNUD	= Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTCs	= Programa de Transferências Condicionadas
PTR	= Programa de Transferência de Renda
PTRC	= Programa de Transferência de Renda Condicionada
RA	= Registro do aluno
RI	= Recuperação Intensiva
SENAI	= Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	= Serviço Social da Indústria
SUS	= Sistema Único de Saúde
TCLE	= Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFBA	= Universidade Federal da Bahia
UFF	= Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1. A Evolução do Sistema de Proteção Social Brasileiro	15
1.1. As Políticas de Proteção Social no Estado do Bem-Estar Social Brasileiro ...	16
1.2. As primeiras aspirações das Políticas Sociais no Brasil	19
1.2.1. As Políticas de Sociais a partir de 1930	20
1.2.2. As Políticas Sociais no Estado Novo e República Nova.	24
1.3. As Políticas Sociais na Ditadura Militar (Avanços e Retrocessos).	28
1.4 As Políticas Sociais na Constituição Federal 1988.	31
1.5 As Políticas Sociais no Governo Fernando Collor de Mello.	32
1.6 As Políticas Sociais no Governo Fernando Henrique Cardoso	35
1.7 As Políticas Sociais no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.....	39
Capítulo 2. O Programa Bolsa Família	42
2.1. Avaliações do PBF e o crescimento da renda.....	48
2.2. Avaliações do PBF: impactos na alimentação e saúde.....	50
2.3. O PBF e a Educação: demanda ou oferta.....	52
2.3.1. A exigência da frequência escolar no desenho do PBF.....	57
Capítulo 3. A Pesquisa de Campo	59
3.1. Caracterização do Bairro.....	60
3.2. Caracterização da Escola	64
3.3. A Busca pelos Participantes da Pesquisa	67
3.4. As Entrevistadas e suas Vivências	70
3.5 Coleta de Dados.	85
Capítulo 4. As entrevistas	86
4.1. As Formas de Obtenção de Renda.....	86
4.2. As Percepções sobre o PBF	90
4.3. O PBF e a Educação	95
Considerações Finais	106
Referências	109
Anexos	115

Introdução

Criado em 2003, o Programa Bolsa Família (PBF) é caracterizado como um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. As famílias extremamente pobres são definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social como aquelas que possuem renda de até R\$ 70,00 mensais por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 mensais por pessoa (MDS, 2013).

O recebimento do benefício está vinculado ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação. De acordo com a Lei 10.836 (2004) que criou o PBF, a concessão do benefício depende do cumprimento de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% para crianças entre 6 e 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos.

Segundo justificativa explicitada na legislação e documentos oficiais do PBF, o cumprimento das condicionalidades possibilita o acesso da população pobre nos serviços sociais básicos favorecendo a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza. Dentro desta perspectiva, as condicionalidades em educação do programa partem do pressuposto de que garantindo a frequência de crianças e jovens na escola seria possível romper com a transmissão intergeracional da pobreza pela via da educação.

Uma série de contestações podem ser apresentadas a respeito deste entendimento, tais como: a) não adianta exigir que crianças e jovens frequentem a escola sem levar em conta a qualidade do ensino oferecido; b) a escola ao invés de representar um instrumento de mobilidade e ascensão social, pode reforçar estruturas sociais responsáveis pela manutenção da desigualdade social; c) com a crise da chamada sociedade salarial, as sociedades contemporâneas terão que conviver com um contingente cada vez maior de desempregados com qualificação profissional.

Esta pesquisa surgiu de dúvidas suscitadas em debates sobre os programas de transferência de renda e suas relações com a educação. Seria a frequência escolar fator suficiente para impedir a chamada transmissão intergeracional da pobreza? Será que o fato da criança estar na escola com o

auxílio do programa contribui para sua aprendizagem? Considerando que muitos estudos realizados sobre o PBF privilegiam os efeitos mais quantitativos da exigência de frequência escolar, tais como incremento das taxas de matrícula e da própria frequência, por exemplo, esta pesquisa visa compreender estas questões a partir das percepções das próprias beneficiárias do PBF residentes na região sul de Campinas, SP.

Especificamente nos interessou nessa investigação: a) compreender como as titulares do programa caracterizavam a exigência do cumprimento da frequência escolar mínima para os seus filhos e; b) analisar a partir das percepções das beneficiárias se a educação de seus filhos está relacionada com a participação no PBF.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas junto a vinte mães titulares do benefício do PBF, com filhos matriculados no 5º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Conjunto Vida Nova III da região sul do município de Campinas, SP. O critério de seleção que nos direcionou para mães ou responsáveis por alunos do 5º ano do ensino fundamental se deu pelo fato desses alunos estarem encerrando o primeiro ciclo do ensino fundamental. Já a escolha da unidade escolar como local de realização da pesquisa foi favorecida em função da atuação como docente entre os anos de 2008 a 2012, além de esta estar situada na segunda maior região de Campinas em número de beneficiários do PBF segundo dados do Censo 2010.

Na organização do trabalho, o primeiro capítulo apresenta um histórico das políticas sociais brasileiras desde as primeiras aspirações surgidas no século XIX e posteriormente no século XX com o desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro. Em seguida, apresentamos as políticas sociais e seus desdobramentos nos governos Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. O fundamento deste capítulo é indicar que o programa de transferência de renda a ser analisado nesta pesquisa está relacionado com as políticas sociais que o precederam.

No segundo capítulo contextualizamos o Programa Bolsa Família, procurando evidenciar os processos históricos e sociais que o conformaram, dando destaque às avaliações e aos estudos desenvolvidos a fim de analisar sua efetividade nas áreas da saúde e educação. Em seguida, buscamos elementos avaliativos que embasem o principal problema do presente estudo, questionando

as condicionalidades do programa voltadas para a educação como forma de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza.

No terceiro capítulo, apresentamos a pesquisa de campo e os caminhos metodológicos percorridos pela pesquisadora, assim como a definição do universo da pesquisa, das trajetórias de vida das entrevistadas e os procedimentos para a realização das entrevistas entre os meses de junho e agosto de 2013.

No quarto capítulo, desenvolvemos as análises das entrevistas a fim de apresentar possíveis respostas às indagações que fundamentaram a pesquisa. Para tanto, foram entrevistadas vinte mulheres beneficiárias do PBF com idades entre 24 e 56 anos cuja maioria apresenta baixa escolaridade, porém o fator escolaridade não foi um impedimento para que elas analisassem o PBF e a educação.

Segundo as entrevistadas o programa é bom, serve como “ajuda” financeira e material, mas não supre a carência maior que é uma educação de qualidade, pois a única “cobrança” que o programa faz com relação à educação é que crianças e jovens frequentem a escola. Mas as mães garantem que independente do programa seus filhos estariam na escola, elas desejam uma educação que prepare seus filhos para o mercado de trabalho, pois somente assim, eles seriam capazes de romper com a pobreza no futuro.

Outra questão levantada pelas entrevistadas faz menção ao que acreditam ser a escola de qualidade, pois dezessete entrevistadas afirmaram que se tivessem melhores condições financeiras seus filhos estudariam em escolas particulares por acreditarem ser esta a escola que dá resultados. Neste aspecto elas analisam que a educação que seus filhos recebem os ensina o básico, mas compreendem que a questão é mais ampla, pois entendem bem os limites estruturais do sistema educacional público brasileiro.

1. A Evolução do Sistema de Proteção Social Brasileiro

O objetivo deste primeiro capítulo é apresentar um breve histórico sobre a evolução do sistema de proteção social brasileiro desde suas primeiras manifestações no século XIX até as políticas sociais do século XXI. Este histórico construirá base para contextualizar e compreender o desenvolvimento de políticas públicas de combate à pobreza, notadamente, as políticas de transferência de renda que condicionam o recebimento da quantia em dinheiro a condicionalidades em educação e saúde, originadas no contexto brasileiro no século XX.

Analisamos as políticas de proteção social típicas do chamado Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*), que surgiram Pós-Segunda Guerra Mundial com o propósito de minimizar as desigualdades geradas pelo capitalismo. Identificamos como essas medidas de proteção ocorreram no cenário brasileiro e de que maneira se desenharam para a implementação e expansão dos direitos sociais ao longo do tempo.

Para apresentar as políticas sociais que compuseram a construção do sistema de proteção social brasileiro, partimos de suas primeiras aspirações ainda no século XIX, apresentando alguns dos marcos das políticas sociais, assim como avanços no período de 1930 a 1964. Período este que passa pela ditadura de Vargas, pela República Nova e culmina na Ditadura Militar e que posteriormente, em 1988 com a Constituição Federal, tratam das questões da universalização dos direitos sociais.

No período pós Constituição Federal, apresentamos as políticas sociais desenvolvidas nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), assim como o surgimento dos Programas de Transferência de Renda (PTR) na agenda pública brasileira na década de 1990, no caso o Programa de Garantia de Renda Mínima. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) tratamos da federalização do programa de transferência de renda condicionada à educação, o Bolsa Escola. E finalmente, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), apresentamos a criação do Programa Bolsa Família em substituição aos programas de transferência de renda do governo anterior. Portanto, para compreendermos como se desenvolveram as políticas sociais no Brasil desde o fim do século XIX até os tempos atuais, tratamos de

apresentar a seguir o desenvolvimento dessas políticas nos seus períodos, iniciando pela constituição do Estado do Bem-Estar Social no contexto brasileiro.

1.1 As Políticas de Proteção Social no Estado do Bem-Estar Social Brasileiro

Para compreender o sistema de proteção social no Brasil, é necessário entender as experiências internacionais de políticas sociais que atuaram na redução da desigualdade e da exclusão social. Sônia Draibe (1997) relata que o sistema de políticas sociais utilizados pelo Brasil é próprio do chamado *Welfare State*, que no bojo de um sistema econômico capitalista, propôs um conjunto de proteção e medidas que propiciassem a redução dos riscos sociais decorrentes do desenvolvimento desse modo de produção, a partir do acesso a serviços como: educação, saúde, habitação, entre outros, garantindo assim a manutenção da reprodução social.

Desta forma, ao planejarem os programas sociais, os países deveriam conduzi-los de maneira redistributiva e institucional, resultando em significativa participação na riqueza produzida, como explica Marcelo Medeiros (2001, p. 5):

Diversas teorias buscam explicar o papel do *Welfare State* nos países industrializados da América do Norte e da Europa Ocidental. A maior parte delas o vê, ao menos em suas fases de surgimento e desenvolvimento, como um meio de compensar, por intermédio de políticas de cunho keynesiano, a insuficiência do mercado em adequar os níveis de oferta e demanda agregada, controlar politicamente as organizações de trabalhadores e capitalistas, e estimular a mercantilização da força de trabalho segundo padrões industriais (fordistas), ao administrar alguns dos riscos inerentes a esse tipo de relação de trabalho e ao transferir ao Estado parte das responsabilidades pelos custos de reprodução da força de trabalho. Determinam a configuração do *Welfare State*, nesses casos, o padrão e o nível de industrialização (ou modernização), a capacidade de mobilização dos trabalhadores, a cultura política de uma nação, a estrutura de coalizões políticas e a autonomia da máquina burocrática em relação ao governo

Célia Kerstenetzky (2012) argumenta que o *Welfare State* tratou de um novo tipo de intervenção pública, iniciada na Alemanha e depois com décadas de defasagem na Inglaterra, sendo que a novidade consistia no Estado como agente protagonista da proteção social. Esta intervenção chegou aos países da América Latina com relativa defasagem, mas se estabeleceu dentro da perspectiva de fazer com que o Estado se comprometesse com a proteção da sociedade,

especialmente dos trabalhadores assalariados, protegendo-os contra riscos gerados pela participação em uma economia de mercado.

O desenvolvimento de um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) no Brasil implicou um processo de regulamentação/regulação do mercado de trabalho e da proteção social. Os benefícios regulamentados por este Sistema eram caracterizados inicialmente como seguros: saúde, maternidade, desemprego, pensões, aposentadorias e indenizações por acidente de trabalho, obviamente, estes seguros estavam disponíveis somente aos trabalhadores assalariados.

Para Draibe (2013), não é nada fácil compreender ou classificar as ações do *Welfare State*, por isso, argumenta que muitos trataram de defini-lo, mas que estas definições estão longe de serem absolutas, ressaltando que é possível reconhecer determinados conjuntos de respostas que guardam coerência com grandes visões. De acordo com Draibe (2013, p. 3), essas visões são formas de classificar os regimes de *Welfare* a partir das relações que essas políticas têm com a família, com o mercado e com o Estado. Começemos com a visão conservadora:

Assim, na visão conservadora, a proteção social tem por alvo todos os que, por alguma razão, encontram-se em situação de necessidade ou forte desigualdade social, mas objetiva também viabilizar os resultados futuros do esforço previdente das pessoas realizado no presente. O mérito é o principal critério de justiça social - recebe mais quem mais merece -, mas valores como altruísmo, reciprocidade, solidariedade, responsabilidade e observância de obrigações são decisivos, embora não exclusivos, desta tradição orientada para a conservação do status quo. Na sua ação protetora e (limitadamente) redistributiva, a política social é valorizada e legitimada por contribuir para com a manutenção da ordem social, uma vez que concorre para com a redução da ação desestabilizadora do individualismo e do mercado. Da regulação e da provisão social compartilham a família, em primeiro lugar, mas também a comunidade e, de modo complementar, o Estado, cujo papel se orienta pelo princípio da subsidiariedade.

Em outra visão, que parte da concepção liberal, as pessoas deveriam adquirir seus bens sociais com a própria renda gerada pelo trabalho ou pelos seguros sociais, cabendo ao Estado proteger somente aqueles que não fossem capazes de proteger a si e a sua família. Draibe (2013) argumenta que a provisão da proteção pela via do Estado, dentro desta visão, é legítima, desde que focalizada e com limites estabelecidos ao assistir aos mais necessitados. Assim, estariam sendo preservados os valores do “governo limitado” e do cidadão

responsável e livre, que não depende da caridade pública. Nesta perspectiva a política social não tem o papel redistributivo como força principal, pois focaliza os serviços sociais nos mais pobres.

Na visão social-democrata, Draibe (2013) argumenta que as políticas sociais passam a ter pretensões redistributivas, na intenção de minimizar as desigualdades geradas pela própria sociedade capitalista:

Equidade, igualdade de oportunidades e, no nível básico, igualdade de resultados, são princípios e critério orientadores de tal visão da política social. Família, sociedade civil, mercado são co-partícipes da provisão social, mas cabe ao Estado não apenas a garantia legal e a regulação do sistema, mas também a progressiva liberação da carga social familiar, pressionada por demandas e riscos sociais cada vez mais complexos, dificilmente atendidos via mercado ou filantropia social. E o faz não em concorrência com o mercado, mas sim em interação, através de relações virtuosas, sob o suposto de que o progresso social acompanha e mesmo contribui para o crescimento econômico. (DRAIBE, 2013, p.4).

As políticas do *Welfare State* na realidade brasileira ou no “caso brasileiro” como citado por José Luís Fiori (1997, p. 137) se aproximam do que segundo ele, Titmus chamou de “meritocrático-particularista” e Esping- Andersen de “conservador e corporativista”.

De acordo com Fiori (1997), Liana Aureliano e Sônia Draibe tentaram detalhar mais precisamente o *Welfare State* na esfera brasileira e consideraram que o sistema foi seletivo no plano dos beneficiários, heterogêneo no plano dos benefícios e fragmentado no plano institucional e financeiro. Mas, segundo as autoras, as reformas que ocorreram pós 1970/1980 organizaram efetivamente as políticas sociais do *Welfare* e as encaminharam para as tendências universalizantes.

Partindo do entendimento de que as políticas do Estado do Bem-Estar Social foram classificadas em modelos que representam visões (umas mais redistributivas outras menos) como vimos acima, podemos dizer que o desenvolvimento do *Welfare* nos países se configurou como um pacto tácito entre capitalismo industrial e a sociedade do trabalho. Para Robert Castel (2010, p. 21) “esta é a lógica do compromisso social do capitalismo industrial”, ou seja, o fruto do trabalho de certa forma retorna ao trabalhador em forma de benefícios.

Segundo Robert Castel (2010), os benefícios que as políticas sociais preconizaram aos trabalhadores foram de grande importância para minimizar as desigualdades e injustiças geradas pelo capitalismo industrial no auge do seu

desenvolvimento. Argumenta que o primeiro objetivo das negociações coletivas dos interlocutores sociais foi a distribuição dos benefícios em função do crescimento da indústria. De certa forma, as políticas do *Welfare* do modelo conservador corporativo prezavam por isso, pois começavam incluindo certas categorias profissionais e depois se universalizava paulatinamente.

Kerstenetzky (2012, p. 181) analisa que é possível reconhecer no desenvolvimento das políticas do bem-estar no Brasil três longas ondas de inovação institucional e difusão de direitos sociais. A primeira delas compreendeu os anos de 1930 e 1964, caracterizado como “os anos do bem-estar corporativo”, nos quais foram desenhadas e implementadas as legislações trabalhista e previdenciária; a segunda foi “o período do universalismo básico, entre 1964 e 1984”, que unificou e estendeu a cobertura previdenciária para categorias antes excluídas, além de criar um segmento privado na saúde; e a terceira foi “o período Pós-Constituição de 1988” com a institucionalização da assistência social, fixação de mínimo social, a extensão da cobertura previdenciária não contributiva, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a valorização do salário mínimo.

Para compreender o desenvolvimento das políticas sociais no contexto brasileiro, trato de apresentá-las de acordo com a periodização acima, iniciando pelas primeiras aspirações das políticas sociais no século XIX e posteriormente apresentando as políticas sociais a partir da década de 1930 e seus marcos históricos e sociais.

1.2 As primeiras aspirações das Políticas Sociais no Brasil

As Políticas Sociais no Brasil, segundo José Murilo de Carvalho (2010), surgiram no final do século XIX a partir das ideias de um grupo de positivistas gaúchos influentes na política brasileira cujas ideias destoavam do liberalismo dominante, pois propunham desde 1889 uma ampla legislação social.

As ideias deste grupo de positivistas se embasavam no pensamento de Augusto Comte que dizia “que o principal objetivo da política moderna era incorporar o proletariado à sociedade por meio de medidas de proteção ao trabalhador e a sua família”. (COMTE *apud* CARVALHO, 2010, p. 111).

Os positivistas chefiados por Julio de Castilhos no início da República em 1889 e, posteriormente por Borges de Medeiros, sugeriam ao governo uma legislação social bastante avançada para a época. Esta proposta para a legislação era composta de uma jornada de trabalho de sete horas diárias, descanso semanal, férias anuais, licença remunerada para tratamento de saúde, pensão para viúvas e estabilidade após sete anos de trabalho.

Segundo Carvalho (2010, p.111) “naturalmente, a proposta não foi levada a sério, mas políticos ligados ao positivismo continuaram a apresentar projetos de lei voltados para a questão social”. E por mais que as propostas deste grupo de positivistas não tenham sido incorporadas pelo governo, elas contribuíram para a criação de uma mentalidade favorável à política social.

Segundo Kerstenetzky (2012), o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil não se diferencia do ocorrido em outros países, apenas teve um tempo e um ritmo diferentes na sua expansão. A autora destaca traços em comum que caracterizaram as políticas sociais típicas do chamado modelo industrial-corporativista, pois, primeiro elas foram dirigidas aos funcionários públicos (servidores do Estado), civis e militares, no final do século XIX e progressivamente foram sendo estendidas aos empregados da indústria e do comércio no início do século XX.

Essas políticas sociais estavam associadas à proteção do trabalhador em função dos riscos das situações de trabalho e mercado, propondo a manutenção da renda, nos casos de acidentes de trabalho, invalidez, doenças, idade, tempo de trabalho etc.

1.2.1 As políticas sociais a partir de 1930

Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2007) a construção do sistema da proteção social estatal, a partir de 1930, indica que a regulação do Estado brasileiro, com relação às políticas sociais, se efetivou historicamente por ações fragmentadas, eventuais e descontínuas. Analisam que as desigualdades geradas pelo capitalismo industrial no Brasil, à época, se aprofundaram, independentemente da adoção de um conjunto de programas sociais, que foram de caráter essencialmente compensatório, e que pouco contribuiu para minimizar

a pobreza na realidade brasileira. Isto se justifica pelo fato de que o sistema de proteção social brasileiro, historicamente, mantinha a “população beneficiária no campo do não direito ou da cidadania regulada, deslocando o espaço do direito para o terreno do mérito”. (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2007, p. 17).

Durante o período das primeiras tentativas de se constituir um sistema de proteção social no cenário brasileiro, foi possível identificar que o país passava por importantes transformações socioeconômicas, principalmente, no que diz respeito à mudança do sistema econômico. Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2007), essas transformações fizeram com que o Brasil passasse de um modelo de desenvolvimento agroexportador para um modelo urbano-industrial.

Na década de 1930, mais precisamente após a transformação do modelo econômico, a demanda no campo dos direitos sociais passou a requerer a elaboração de uma constituição como um projeto político nacional, que estendesse a ação do poder central a todas as regiões do país, propondo assim, um governo centralizado e não mais regional e oligárquico.

De acordo com Boris Fausto (2006) após a vitória da revolução de 1930 e visando um poder centralizado, Getúlio Vargas e “os tenentes” formularam um programa, que propunha maior uniformização no atendimento das necessidades das várias regiões do país. Este programa contemplava o desenvolvimento de planos econômicos, a instalação de uma indústria básica (siderúrgica) e um programa de nacionalizações que incluía minas, os meios de transporte e de comunicação e a navegação de cabotagem. Mas, para a conclusão deste programa, era necessário um governo centralizado e estável.

A corrente autoritária assumiu com toda consequência à perspectiva que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral (FAUSTO, 2003, p.357).

Segundo Carvalho (2010) no período de 1930 a 1934 Getúlio Vargas se manteve no poder num governo determinado como provisório, mas, tomou algumas medidas que o fortaleceram no poder, como por exemplo, a substituição de governadores por tenentes indicados por ele, conseguindo, dessa maneira ampliar sua base aliada contra as oligarquias.

Para Fausto (2006), as medidas centralizadoras de Getúlio Vargas ocorreram desde cedo, mais precisamente, a partir de novembro de 1930 ao

dissolver o Congresso Nacional, desta forma passou a assumir não só o poder executivo como ao legislativo e os poderes estaduais e municipais. Nesta época demitiu governadores e nomeou interventores federais, que deveriam seguir o chamado Código dos Interventores, que estabelecia normas de subordinação destes ao poder central de Vargas.

Portanto, no desenrolar da política Vargas, em 16 de julho de 1934, após período de grandes conturbações que quase estabeleceu uma guerra civil no Brasil, foi promulgada uma nova constituição com 187 artigos, que tratava das questões trabalhistas. A Carta Magna proibia qualquer tipo de distinção salarial baseada em critérios de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil. Ao mesmo tempo, ofereceu novas conquistas à classe trabalhadora como a criação do salário mínimo e a redução da carga horária de trabalho para oito horas diárias. Além disso, instituiu o repouso semanal, as férias remuneradas, a indenização do trabalhador demitido sem justa causa e proibiu o uso da mão de obra de jovens menores de 14 anos.

A Constituição de 1934 apresentou um capítulo, referente à ordem econômica e social, que definiu as responsabilidades sociais do Estado com assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante. As responsabilidades sociais do Estado, marcadas na Constituição de 1934, indicaram um avanço nos serviços sociais existentes na época, expressando novas determinações políticas e ideológicas na relação entre o Estado e a sociedade civil.

Mas, as formulações da política social tiveram seu caráter marcado pela tutela do Estado, pois, foram utilizadas como instrumentos de controle e repressão das reivindicações por melhores condições de vida promovidas pelos movimentos da classe trabalhadora. Os direitos sociais adquiridos a partir da década de 1930 ficaram marcados principalmente pela instituição do salário mínimo em 1934, que tinha por objetivo garantir que o trabalhador tivesse condições de manter a si e a sua família, no que diz respeito à alimentação, habitação, vestuário, cuidados médicos e educação.

Neste contexto, o Estado passou a assumir a regulação e a provisão no campo da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular e transporte coletivo (NEPP *apud* SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2007). Mas, essas políticas de proteção social eram excludentes, pois

delas participavam somente os trabalhadores urbanos, que estavam ligados a um sindicato. Tratava-se da “cidadania sindical” como veremos no argumento abaixo.

Kerstenetzky (2012) argumenta que a atividade sindical foi deslocada, pois, deixava de ter atitudes contestatórias independentes para colaborar e interagir com o poder público, antes mesmo que os direitos políticos estivessem universalmente garantidos. Neste aspecto, segundo a autora, o Brasil impôs a sindicalização ao trabalhador, ou seja, só tinha a garantia dos direitos trabalhistas aquele que contribuía com o imposto sindical obrigatório, tutelado pelo Ministério do Trabalho. Este é um exemplo típico de políticas do modelo conservador-coorporativo em que a proteção social é algo meritório, só tendo direito social aquele cidadão que contribui.

Para Wanderley Guilherme dos Santos (1987), o fato de benefícios sociais estarem vinculados ao trabalho significava uma “cidadania regulada”, pois, só considerava cidadão aquele trabalhador que tinha a carteira assinada. Para entender melhor as limitações e restrições da cidadania regulada, José Murilo de Carvalho (2010) argumenta que é necessário analisar a relação entre Estado e Sindicatos, de maneira que as relações entre capital e trabalho fossem garantidas pelo Estado com o apoio dos sindicatos. Neste caso, os sindicatos são grandes categorias coletivas que protegem, porque o direito não é universal.

Até este ponto, podemos dizer que a Constituição de 1934 foi responsável por alguns marcos na proteção social do país. Mas, com a sua revogação (em 1937), a nova Carta Constitucional apresentava grandes retrocessos com relação às liberdades políticas e aos direitos sociais dos cidadãos, porém, foi a partir daí que ocorreu a Consolidação das Leis do Trabalho e outras políticas trabalhistas.

Segundo Carvalho (2010), tratou-se de retrocesso civil e político, mas avanço nas políticas sociais. Somando-se a isso, o novo panorama político do país após a instauração da ditadura de Vargas tornava extremamente difícil a sustentação dos direitos sociais pela via da mobilização popular.

Segundo Kerstenetzky (2012), a distribuição dos direitos sociais experimentada por Vargas foi caracterizada por uma estratificação social corporativista, baseada na categorização dos trabalhadores no núcleo urbano-industrial. A autora argumenta que as implicações positivas das políticas sociais desenvolvidas por Vargas estão na intervenção legislativa nas relações entre

capital e trabalho, pois, até então, essas eram reguladas por contratos individuais de trabalho e pelo direito privado.

1.2.2 As Políticas Sociais no Estado Novo e República Nova

A instauração do Estado Novo fez com que a organização dos movimentos que representavam a sociedade e a repressão a eles pesassem na decisão de criar o Ministério do Trabalho, a legislação social, trabalhista e sindical. Segundo Carvalho (2010), esses movimentos representados pelos sindicatos desenvolveram a crítica que contribuiu para repensar e reorientar o país acerca de sua questão social. A escuta aos direitos e reivindicações do povo ajudaram a restaurar a capacidade do governo em definir políticas nacionais.

Em meio a conturbações evidentes neste período e mesmo não atendendo as manifestações populares na sua íntegra, o governo criou a Legião Brasileira de Assistência e o Departamento Nacional da Criança vinculado ao Ministério da Saúde em 1938 e aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 (que recentemente completou setenta anos).

A aprovação da CLT teve grande importância no âmbito das políticas sociais voltadas ao trabalho, pois ela unificou toda legislação trabalhista existente no Brasil, sendo seu principal objetivo a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho. Sua criação se deu com o propósito de desenvolver uma legislação trabalhista que atendesse à necessidade de proteger o trabalhador.

A CLT regulamentou as relações trabalhistas, tanto urbanas quanto rurais, e seguiu sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores do Brasil. A atenção dedicada por Getúlio Vargas à questão trabalhista e social culminou na CLT, um dos marcos do sistema de proteção social brasileiro.

Mas, segundo Carvalho (2010), embora a CLT tenha representado avanços, ela foi introduzida com baixa ou nula participação política popular, pois, a maneira como os benefícios sociais eram distribuídos, tornava duvidosa a definição dessas leis como conquista democrática.

Para Vera Silva Telles (2006, p. 88) esta postura diante do fazer política sem a participação popular é fruto de um tradicionalismo dos tempos passados, resíduo de um Brasil arcaico. Argumenta que:

É certo que a sociedade brasileira carrega todo o peso da tradição de um país com passado escravagista e que fez entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal de mando e autoridade, concepção esta que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam a figura do inferior que tem o dever da obediência, que merece o favor e a proteção, mas jamais os direitos.

As políticas sociais brasileiras carregaram por muito tempo um perfil típico das concepções patriarcais, onde o beneficiário atribuía ao governo à obediência em troca do favor. Neste caso, os pobres deveriam ser merecedores da “ajuda”, ou seja, deveriam oferecer ao governo algo em troca do que recebiam. Para Amélia Cohn (1991) as políticas sociais brasileiras foram desenvolvidas partindo de um diagnóstico da irracionalidade, ou até mesmo, da perversidade, o que permitiu que Francisco de Oliveira (2003) as caracterizasse como políticas do Estado do Mal-Estar Social.

A caracterização dada por Oliveira (2003) sobre o Estado do Mal-Estar Social se deu pelo fato de que, no Brasil, as políticas do *Welfare State* não foram capazes de corrigir as desigualdades geradas pelo sistema capitalista. O autor caracteriza o sistema como fortemente privatista, concentrador em todos os sentidos, e argumenta que não se deve esperar da sua dinâmica a distribuição ou redistribuição da riqueza ou poder.

Oliveira (2004) analisa que mesmo nos casos mais bem sucedidos em que o sistema capitalista chegou a níveis de desigualdade toleráveis, seria uma ilusão pensar que isso se deu automaticamente. Relata que na história da Europa Ocidental as instituições do Estado do Bem-Estar conseguiram produzir os níveis menores de desigualdade, mas infelizmente na América Latina, que é o nosso caso, isso não foi possível.

A lógica das políticas do *Welfare State* deveria ser o enfrentamento da pobreza e o resgate da dívida social, mas, na realidade elas se transformaram em reprodutoras da desigualdade, uma vez que atuaram na incorporação das categorias, iniciando pelos servidores públicos, estendendo-se aos trabalhadores industriais, depois rurais e assim sucessivamente. Porém, é importante considerar

que mesmo não conseguindo resgatar a dívida social brasileira, as políticas sociais atuaram no sentido de oferecer garantias mínimas aos trabalhadores.

No âmbito das ações privadas, respectivamente em 1942 e 1946, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), acentuou o caráter instrumental das ações sociais da época. Pois, estas instituições tinham como foco a educação voltada para a formação da força de trabalho, ou seja, a educação articulada para instrumentalizar uma demanda de filhos de trabalhadores, cuja mão de obra seria direcionada para atender a indústria e ao mesmo tempo a economia capitalista.

Ao fim do Estado Novo, com a deposição de Vargas, o Brasil passa ao predomínio de uma política populista¹, na qual os movimentos sociais passam a contestar o regime autocrático no país, não aceitando a continuidade do governo Vargas e convocando uma nova Assembleia Nacional Constituinte, o que ocorreu no ano de 1946.

As experiências de um Estado voltado para a área social ocorreram no pós-segunda guerra mundial. Nesta fase histórica os países abalados com a guerra trataram de reconstruir suas nações. A base da reconstrução era o desenvolvimento econômico e a justiça social, a fim de superar as desigualdades geradas pelo capitalismo. Por isso, as políticas do *Welfare State* se consolidaram para oferecer proteção pela via do Estado, já que o mercado não seria capaz de oferecê-las.

No período em que se estabeleceu a República Nova (1946-1964), foi possível uma maior participação das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais, que pressionavam a ação pública do Estado na garantia de condições de vida adequadas à população pobre. Segundo Draibe (1988) tratou-se de movimentos de trabalhadores lutando por salários dignos, condições decentes de trabalho, acesso à saúde e educação, moradia de qualidade e assistência social.

Para Kerstenetzky (2012), o período de 1946 a 1964 foi limitadamente democrático, porém, foram perceptíveis mudanças qualitativas na uniformização

¹ A característica populista herdada da era do Estado Novo moldava as possibilidades de relacionamento do Estado com a sociedade civil organizada (sem a interferência de partidos políticos): emergiria no quadro de relações políticas democráticas a tutela do Estado sobre os movimentos sociais e as formas de representação das classes populares da época. Essa tutela parcial do Estado não chegou, contudo, a impedir por completo a organização política de importantes grupamentos, em diversas esferas da sociedade (RIZOTTI, 2001).

dos esquemas de previdência social e assistência médica com a Lei Orgânica da Previdência de 1960, a recuperação do valor do salário-mínimo e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

Na Nova Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946) foram incorporadas mudanças no capítulo da Ordem Econômica e Social que acentuaram o papel do Estado não somente no desenvolvimento econômico, mas atribuíram a ele a responsabilidade da justiça social, como podemos observar no texto da Constituição Federal de 1946 em seu artigo 145:

A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios de justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo único - A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.

Partindo desses princípios, a Constituição de 1946 responsabilizou a União pela defesa permanente contra endemias e pela regulamentação da legislação social e retomou os princípios da Constituição de 1934, tornando obrigatória a assistência à maternidade, infância e adolescência, garantindo o direito de aposentadoria integral aos trabalhadores caso motivada por acidente de trabalho ou invalidez.

Neste período, os trabalhadores vivenciaram o exercício da liberdade em suas manifestações e passaram a participar da política, mesmo com algumas limitações. Uma das restrições mantidas foi o direito à greve, pois esta só poderia ocorrer com autorização da justiça do trabalho, como argumenta Carvalho (2010). Mas, segundo Kerstenetzky (2012, p. 180) “[...] é visível no período a mais genuína tentativa de inflexão do modelo de bem-estar em direção às iniciativas universalistas redistributivas experimentadas no país no passado recente”.

Fica claro que as mudanças e os desafios ocorridos na sociedade brasileira caracterizaram seu sistema de proteção social de acordo com fases pelas quais passaram o Estado brasileiro. Segundo Draibe (2003, p. 66), o sistema de proteção social no Brasil foi “construído sob a égide do Estado Desenvolvimentista”, com seus princípios fundamentados na justiça social e na solidariedade.

Draibe (2003) argumenta que as características do sistema de proteção social brasileiro foram sendo construídas de 1930 a aproximadamente os anos de

1970. Para ela, esse sistema possuía grandes dimensões e complexidade organizacional, pois envolvia recursos entre 15% e 18% do Produto Interno Bruto (PIB).

1.3 As Políticas Sociais na Ditadura Militar: Avanços e Retrocessos

No início da década de 1960, mais precisamente a partir de 1964 o contexto político brasileiro passou por grandes transformações, pois adentrávamos a um período de ditadura militar. O que, de acordo com Carvalho (2010), tratou de cercear os direitos políticos e civis, mas, ao mesmo tempo passou a expandir os direitos sociais. Nesta argumentação, justificam-se os “avanços e retrocessos” presentes no título deste item.

Os primeiros confrontos entre o governo autocrático militar e os movimentos sociais populares foram pela busca de legitimidade das reivindicações políticas e sociais, que procuravam afirmar a preservação de direitos adquiridos na legislação social anterior ainda vigente e expandir os serviços destinados à população, a fim de universalizá-los.

De acordo com Marcelo Medeiros (2001, p.15):

O modelo de Welfare State dos governos militares perdeu o caráter populista que mantinha desde o período getulista e assumiu duas linhas definidas. A primeira, de caráter compensatório, era constituída de políticas assistencialistas que buscavam minorar os impactos das desigualdades crescentes provocadas pela aceleração do desenvolvimento capitalista. A segunda, de caráter produtivista, formulava políticas sociais visando contribuir com o processo de crescimento econômico. Nesse sentido, foram elaboradas, por exemplo, as políticas de educação, que buscavam atender às demandas por trabalhadores qualificados e aumentar a produtividade da mão de obra semiqualficada. Outros tipos de política, que tinham a função de “modernizar” a vida social dos trabalhadores do núcleo dinâmico da economia (funcionários do Estado, do setor financeiro, trabalhadores da indústria e de setores a ela relacionados), tomando como referência o Welfare State de países desenvolvidos, também foram implementadas conforme uma ótica produtivista: deveriam ser autofinanciadas e, se possível, capazes de gerar excedentes aplicáveis no setor produtivo ou em outras políticas sociais.

O projeto político do regime militar estava orientado para a busca de estabilidade social e a afirmação da nova ordem política no país. Este projeto introduziu mudanças na legislação social brasileira, que foram direcionadas para

responder às reivindicações dos movimentos populares de contestação ao regime militar, e se propuseram a ampliar os benefícios existentes.

Os militares conseguiram unificar e universalizar a previdência e, em 1966, criaram o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que definiu as contribuições em 8% do salário dos trabalhadores para garantir os benefícios, como aposentadorias, pensões e assistência médica. Neste mesmo ano, atendendo a exigências do empresariado para acabar com a estabilidade no emprego, criaram um Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Conforme Carvalho (2010), na perspectiva de assistência social em 1971 foi criado o Fundo de Assistência Rural (FUNRURAL), que incluía os trabalhadores rurais na previdência, porém separadamente do INPS. Em 1972 e 1973 o governo militar por meio das políticas sociais incorporou à previdência os trabalhadores autônomos e as empregadas domésticas, desta forma passou a ter mais apoiadores na política e nas eleições. Em 1974 foi criado o primeiro programa de transferência de renda, renda mensal vitalícia, destinado às pessoas maiores de 70 anos de idade ou inválidos para o trabalho, que, não exerciam atividades remuneradas e que, portanto, não poderiam depender de outros para prover o próprio sustento. Além dessas políticas, ainda foram criados o Banco Nacional da Habitação (BNH) com a finalidade de facilitar a compra da casa própria e o Ministério da Previdência e Assistência Social.

No período em que se encontrava instaurada a ditadura militar estabeleceu-se uma forte repressão a toda espécie de mobilização popular. A repressão era violenta sobre as organizações da sociedade civil, portanto, qualquer movimento contrário ao regime, ficava enfraquecido e, sem a alternativa política dos movimentos sociais, que não mais dialogavam com o regime. Isto comprometia a expansão do sistema de proteção social pela via da manifestação popular e luta pelos direitos.

Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 22) analisam que:

Esse sistema de Proteção Social avançou rumo a sua consolidação e expansão durante as décadas de 1970 e 1980, sob a orientação do autoritarismo da ditadura militar, fazendo com que a expansão dos programas e serviços sociais passasse a funcionar como compensação à repressão e ao arbítrio, aliada à grande demanda posta na conjuntura anterior. Ampliaram-se os programas sociais como uma espécie de compensação pela repressão aberta direcionada aos movimentos sociais e ao movimento sindical.

Na década de 1980, os conteúdos dos movimentos sociais possuíam um leque amplo de temáticas como, por exemplo, as lutas sociais caracterizadas por sindicatos, grupos políticos de esquerda ou não, que se manifestavam pela garantia de creches, escola pública, moradia, transporte, saúde, saneamento básico, etc. Cada um dos movimentos possuía uma reivindicação específica como forma de participar da política vigente.

Segundo Maria Célia Paoli (1991), os movimentos sociais trataram de novas formas de ações coletivas surgidas num período de transição democrática. Argumenta que estes movimentos foram capazes de adotar uma estrutura organizativa e uma fala própria, o que complexificou os conflitos sociais e políticos.

A autora acima cita como exemplo, o movimento operário, que segundo ela, lutou pela autonomia organizativa e política, indo muito além das denúncias das repressões. As pluralidades destas manifestações na maioria das vezes surgiam no “chão de fábrica” com ou sem a articulação dos sindicatos, com o objetivo de contrariar o mando patronal, buscando espaço para exigir a representação dos seus direitos como trabalhadores e participação nos negócios públicos.

Não se pode esquecer que as lutas sociais existiram nesse período, mesmo com o controle social por parte do Estado, por exemplo, o MST (Movimento Sem Terra), que surgiu em 1983/84, com a rearticulação da sociedade civil em luta pelo direito à terra. Assim como também a estruturação dos sindicatos, a formação de novos partidos políticos, os movimentos da Igreja e de outros grupos sociais.

Podemos dizer, que no final do regime militar, nossos direitos políticos e civis foram colocados novamente como aspiração, mas, não há como não reconhecer que os direitos sociais foram expandidos sobre a população brasileira durante este período.

1.4 As Políticas Sociais na Constituição Federal de 1988

O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 a caracteriza como sendo desenvolvida por representantes do povo brasileiro, que reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, instituíram a partir de 1988 um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais dos cidadãos brasileiros.

Com base nos princípios de liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça, esta constituição desenvolveu seus valores supremos. A intenção era a instituição de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, que se baseasse na harmonia social e na ordem interna e externa. Saliento que no texto da Constituição os direitos sociais dos brasileiros foram assegurados, pois eles foram pensados e discutidos por membros da sociedade.

Silva, Yazbek e Giovanni (2007) destacam que os movimentos sociais tiveram um papel importante na Constituição Brasileira de 1988 com a instituição do conceito de Seguridade Social, que incorporou a Assistência Social junto com a Previdência Social e a Saúde, como políticas constitutivas de seguridade social no país e propôs a universalização desses direitos a toda população.

Podemos dizer que a Constituição Federal de 1988 é fruto do anseio da sociedade civil e de movimentos sociais, que buscavam ter seus direitos garantidos e evidenciados na forma da lei. Por isso, a maioria dos direitos sociais foram universalizados, ou seja, toda população passou a ter seus direitos garantidos pela CF de 1988, ou pelo menos, no texto dela.

A partir desta constituição, o Brasil aderiu aos mais altos valores éticos de proteção e dignidade humana, definindo um sistema de proteção ampliado de grande inovação, que é a Assistência Social no âmbito do sistema de proteção social, que culminou na regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Esta lei foi importante, pois criou mecanismos para a efetivação dos direitos sociais no contexto brasileiro, que passaram a ser assegurados sem a necessidade de contribuição prévia.

Segundo Carvalho (2010), a efetivação das ações da Constituição de 1988 ampliou os direitos sociais, pois ela fixou o salário mínimo como limite inferior para pagamento dos benefícios sociais constitucionais; introduziu a licença-paternidade; igualou o salário dos trabalhadores rurais para o piso de um salário mínimo, além de outras ações no campo dos direitos civis.

1.5 As Políticas Sociais no governo Fernando Collor de Mello

Neste item, mencionaremos as políticas sociais desenvolvidas nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), assim como o surgimento dos Programas de Transferência de Renda (PTR) na agenda pública brasileira na década de 1990, no caso, o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Na década de 1990, mais precisamente no início do governo Collor (1990-1992), o processo de ampliação dos direitos sociais por meio da universalização arrefeceu. A crise fiscal pela qual o país passava e as orientações da política econômica neoliberal focalizaram os gastos públicos de maneira a eliminar os custos e torná-los “mais eficientes”.

Com a ascensão de Fernando Collor de Mello e depois de seu sucessor Itamar Franco, a implementação da política neoliberal foi fortalecida. Collor fez da privatização parte integrante e fundamental das reformas estruturais, seguindo as diretrizes do Consenso de Washington. Collor criou o PND – Programa Nacional de Desestatização, e desse modo colocou em prática seu projeto de “Reconstrução Nacional”. O “Plano Brasil”, popularmente conhecido como “Plano Collor”, estabeleceu um novo programa econômico pela privatização.

Segundo Celina Souza (2003), a adoção de políticas restritivas de gastos passou a dominar a agenda de países em desenvolvimento, assim, alguns governos passaram a condicionar suas políticas públicas ao cumprimento de um ajuste fiscal e orçamentário. Foi o que ocorreu no Brasil. Desta maneira, criou-se uma dualidade entre receita e despesa, restringindo a intervenção do Estado na economia e transformando parte das políticas sociais de universais para focalizadas. Este é um dos princípios do Estado Gerencial, como será visto a seguir.

As políticas sociais passaram a ter um caráter de focalização, ou seja, era analisada a eficiência da política, seus custos e a sua efetividade, pois, diante da necessidade de ajuste dos altos custos sociais, a política era focalizada para os pobres e promover uma “suposta justiça social”. Do espírito dos regimes social-democratas, inspiradores das políticas sociais da CF 88, a década de noventa enfatizou a focalização das políticas sociais, típicas dos regimes liberais, tais como mencionadas no início desse capítulo.

Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 26) analisam que:

O perfil das políticas sociais brasileiras é aprofundado pela política neoliberal dos anos 1990, ampliando as marcas de uma proteção social meramente compensatória e residual, orientada pela agenda de programas sociais da América Latina, sob orientação dos organismos internacionais dos anos 1980. Dada a prioridade ao ajuste econômico, as políticas sociais são consideradas variável dependente do crescimento econômico, com recomendação de cortes nos gastos sociais, ocorrendo conseqüentemente desativação e redução de programas sociais, o que representa total abandono do movimento em direção à universalização e ampliação dos direitos sociais, que marcaram as lutas políticas dos anos 1980. Esse ideário preconiza que a intervenção do Estado, no campo social, seja restrita a ações de filantropia privada e das comunidades.

Os Programas de Transferência de Renda não constitucionais no Brasil surgiram no contexto de políticas sociais focalizadas, portanto, são frutos de um período histórico, ou seja, não surgiram do “nada” e nem da “bondade dos governantes”. Elas são estratégias decorrentes do agravamento da pobreza em função das desigualdades geradas pelo desenvolvimento das economias capitalistas. Também é uma forma de resposta ao questionamento do que fazer com aqueles que não se adaptarem aos processos de mudanças nas relações de trabalho e emprego. Por isso, sua focalização e suas condicionalidades visam atingir os pobres não integrados às mudanças geradas pelo capitalismo.

Segundo Robert Castel (2010), as políticas de transferência de renda são recursos públicos repassados àqueles que por algum motivo não estão integrados ao mercado de trabalho, na lógica dos mínimos sociais. Mas, destaca que são obviamente quantias inferiores daquelas provenientes do trabalho e que, além disso, os indivíduos que recebem estes mínimos sociais tem o dever de cumprir com as condicionalidades propostas pelo governo.

Na agenda parlamentar brasileira as discussões sobre um sistema de transferência de renda, que pudesse garantir uma renda mínima, ou os mínimos sociais, como chamou Castel (2010), entraram em vigor a partir de 1991, quando foi apresentado e aprovado no Senado Federal o projeto de Lei de autoria do então senador Eduardo Suplicy, que propunha a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima. Este programa era destinado a todos os brasileiros residentes no país, acima dos 25 anos de idade, que tivessem renda correspondente ou abaixo de 2,25 salários mínimos.

O Programa de Garantia de Renda Mínima foi fundamentado e justificado com base no art. 3º, inciso III, da Constituição Brasileira de 1988, que determina a

erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, tendo como foco a transferência monetária, a fim de satisfazer as necessidades básicas do indivíduo (Silva, Yazbek e Giovanni, 2007). Os gastos contabilizados com a implantação do programa trouxeram a tona questões relativas à sua focalização nos pobres, pois, os gastos relativos à sua universalização eram muito altos.

Segundo José Márcio de Camargo (1991), os Programas de Transferência de Renda, propostos a partir da década de 1990, tinham como desafio resolver o problema da miséria de praticamente metade da população brasileira. Argumentou que a pobreza não é um fator simples de ser resolvido, principalmente em se tratando de uma transferência monetária e por isso, levantou cinco causas para não se crer na resolução da pobreza como algo fácil.

Segundo o autor, a primeira das causas consiste no fato de que pobreza gera pobreza, a segunda enfatiza a deficiência do sistema público de educação básica, a terceira causa fala sobre a má distribuição de terra à população, a quarta cita os incentivos fiscais e monetários como fatores favoráveis à diferenciação que se faz entre postos de trabalho ocupados por trabalhadores mais qualificados em detrimento aos postos de trabalho de trabalhadores menos qualificados e, finalmente, a quinta causa fala das leis trabalhistas como incentivadoras da superexploração nas relações de trabalho.

Os argumentos presentes na fala de Camargo (1991) ganharam destaque, pois, evidenciam que os programas de transferência de renda são extremamente importantes e oportunos, por dar condições de aumento da renda familiar. Assim, as famílias pobres conseguirão manter seus filhos na escola, quebrando o elo entre pobreza hoje e pobreza no futuro.

A importância que Camargo atribui aos programas de transferência de renda se dá pela perspectiva da incorporação da família como unidade beneficiária, propondo reduzir a pobreza com o aumento da renda familiar, sem burocracias paralelas, fazendo realmente chegar aos pobres o benefício da política social. Segundo Camargo (2004, p. 76):

O ponto fundamental é que um dos principais custos para as famílias pobres manterem suas crianças na escola é exatamente a renda que esta criança tem que abrir mão por não estar no mercado de trabalho, ou seja, o custo de oportunidade do tempo gasto na escola. Ao se remunerarem as crianças para que elas estudem, este custo de

oportunidade é reduzido, fazendo com que, conseqüentemente, as famílias decidam manter seus filhos na escola e retirá-los do mercado de trabalho.

Neste ponto, salienta-se a importância das condicionalidades nos programas de transferência de renda, que surgiram a partir do Programa de Garantia de Renda Mínima, pois, elas propõem a articulação entre a transferência de renda monetária com políticas sociais básicas, como educação, saúde e trabalho.

O Programa de Garantia de Renda Mínima, desde sua apresentação em 1991, foi passando por transformações importantes que integraram as ações de políticas públicas de combate à pobreza no Brasil, mas, não chegou a ser implantado neste governo. Sua concretização ocorreu, primeiro, com experiências em nível municipal, como veremos no item seguinte, que tratará das políticas sociais no governo de Fernando Henrique Cardoso.

1.6 As Políticas Sociais no governo Fernando Henrique Cardoso

Como já visto no item anterior, o tipo de perspectiva política desenvolvida no Brasil no decênio de noventa enfatizava o desempenho econômico e o compartilhamento de tarefas com o setor privado. Esse processo aumentou com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), período em que ocorreram diversas privatizações (energia elétrica, telecomunicações, saneamento, mineração etc.).

Mesmo tendo como foco o desenvolvimento econômico, o Brasil teve que garantir suas políticas sociais, pois a constituição de 1988 trazia em seu texto essas políticas sociais como de plenos direitos dos cidadãos. Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 23), registrou-se nesta época uma “forte reação das elites conservadoras no Congresso, impedindo a regulamentação dos direitos sociais indicados na Constituição de 1988”. A reação dessa “elite conservadora” era contrária à ampliação dos direitos sociais, pois o governo brasileiro passava por um período de crise fiscal. Embora os autores tenham argumentado sobre a existência dessa elite conservadora no Congresso, em seu texto, não caracterizam este grupo, portanto, não é possível dizer quem eram os atores que

compunham os movimentos contrários às políticas sociais na época, de acordo com esses autores.

Na década de 1990 o Brasil passava por ajustes econômicos, assim como ocorreu em outros países emergentes, por isso, algumas das consequências foram à estagnação do crescimento econômico, as instabilidades do trabalho, o desemprego e a baixa na renda dos trabalhadores. Esses processos foram responsáveis por agravar ainda mais a pobreza no país como podemos analisar com base nos índices de Gini², que tratam de apresentar os níveis de desigualdade no Brasil.

Segundo Flávio Vilela Vieira e Michele Polline Veríssimo (2009), entre os países que compõem a sigla BRIC³, o Brasil é o que apresentou as menores taxas de crescimento do PIB nos anos 1990, com média de 1,7% ao ano. Já com relação aos níveis de desigualdade Barros et al (2010) salientam que na década de 1990 quase não houve mudança no coeficiente de Gini. A mudança só ocorreu após 1998 e foi mais claramente percebida com a queda do coeficiente de 0,592 para 0,537, entre os anos de 1998 e 2009.

Os autores argumentam que na década de 1990, o Brasil foi marcado pelas reformas que propiciaram abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados, privatizações e redução da atuação do Estado, e pela estabilização inflacionária alcançada por meio do Plano Real.

Bresser Pereira (1998, p. 49-50) argumenta que:

A reforma do Estado envolve quatro problemas que embora interdependentes, podem ser distinguidos (a) um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar. Na delimitação tamanho do Estado estão envolvidas as ideias de privatização, “publicização” e tercerização.

² O coeficiente de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Este coeficiente apresenta dados entre o número **0** e o número **1**, onde **zero** corresponde a uma **completa igualdade** na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e **um** que corresponde a uma **completa desigualdade** entre as rendas.

³ Em economia, esta sigla se refere aos países Brasil, Rússia, Índia e China, que se destacam no cenário mundial como países em desenvolvimento.

Na concepção do último problema percebemos o surgimento das ideias do Estado Gerencial, que surge como pós-burocrático, voltado para o controle dos resultados e descentralizado para poder alcançar um objetivo social.

Os direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros, já consagrados na Constituição de 1988, nos mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) fizeram parte, segundo Draibe (2003) de uma proposta de política social, que veio a público explicitando seus princípios e objetivos em março de 1996. A proposta apresentava, em suas palavras, um denso programa social, definido nos termos de um sistema nacional de proteção social, que se destinava a garantir o direito social e a promover a igualdade de oportunidades e a proteger os vulneráveis.

Draibe (2003, p. 73) salienta que:

O campo da proposta é delimitado: a política social tratada no documento é a que se destina a garantir o direito social, a promover a igualdade de oportunidades e a proteger os grupos vulneráveis. Não abrange, portanto, os outros programas públicos sociais ou de impacto social, restringindo-se aos voltados mais diretamente para políticas de bem-estar e promoção social que são – seguindo a tradição internacional – as áreas de educação, saúde e nutrição, previdência social e seguro-desemprego, trabalho, habitação e saneamento (Idem, p. 5). A inspiração, afirma-se, é social-democrata e o horizonte, mais que o Estado, é o de uma sociedade de bem-estar, para a qual se pretende caminhar, plano onde se articulariam os objetivos da política social e da consolidação democrática.

Como a proposta era ampla demais e, devido a problemas de ordem econômica por parte do governo, ela foi restringida, suas ações foram focalizadas nos vulneráveis, nas políticas de bem estar social e promoção social, nas áreas da educação, saúde, nutrição, previdência social, seguro desemprego, trabalho, habitação e saneamento. Mas, mesmo com a restrição nas políticas sociais, alguns programas de transferência de renda surgiram nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Draibe (2003, p. 73) caracteriza abaixo as limitações que impediram o crescimento das políticas sociais propostas no governo de FHC:

A estratégia foi apresentada por meio dos seus objetivos, condições e desafios. Ao registrar cautelosamente as condições necessárias e os desafios, condicionantes gerais da política social, além de repetir o ritual da referência à política de estabilização, o documento indica os condicionantes “externos” (e, portanto, em sentido negativo, os limites) em que esbarra a política social: a retomada do crescimento, o aumento do emprego e a melhora da distribuição da renda.

Neste ponto, podemos dizer que as políticas sociais, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, ficaram praticamente estagnadas em consequência da falta do crescimento econômico. Mas no segundo mandato, de acordo com Draibe (2003), o panorama passou a mudar, pois, segundo ela, nasceu no país uma Rede Social Brasileira de Proteção Social, composta por um conjunto de transferências monetárias a pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social ou risco. Argumenta que a Rede passou a existir em 2000, com a aprovação do Fundo de Combate à Pobreza, que antecedeu a criação dos programas Bolsa-Alimentação (na área de saúde), Agente Jovem (na Secretaria da Assistência Social) em 2001 e Auxílio-gás em 2002. Estes programas foram acoplados aos anteriores, o Bolsa-Escola de 1998 e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), de 1995.

“A política social proposta pelo governo FHC foi definida de modo ambicioso e apresentada sob uma armação complexa” (DRAIBE 2003, p. 72). No entanto, segundo a autora, os motivos pelos quais essas políticas não atingiram seus objetivos ambiciosos se deram pelo fato do desenvolvimento de uma economia internacional e competitiva que o Brasil almejava no momento.

Analisando o desenvolvimento de políticas sociais dentro de uma perspectiva de uma política econômica neoliberal, os direitos sociais são vistos como gastos ao governo. Mas, mesmo com a contenção de gastos, algumas ações sociais foram desenvolvidas ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, como veremos na sequência com a implantação das primeiras experiências dos programas de transferência de renda em alguns municípios e que posteriormente se expandiram na federação, com a criação do programa Bolsa-Escola.

A implementação dos Programas de Transferência de Renda individual e depois familiar, dentro do modelo de focalização nos pobres, iniciou-se no Brasil com experiências nos municípios de Campinas (SP), Brasília (DF), Ribeirão Preto (SP) e Santos (SP) em 1995. Estes programas foram caracterizados como forma de complementação da renda de famílias pobres, com algumas condicionalidades estabelecidas, tais como: a existência de crianças em idade escolar e residência por um determinado tempo no município.

O desenvolvimento dessa política social de transferência de renda nesses municípios não foi aleatória, na realidade elas foram desenvolvidas em cidades

que possuíam maiores recursos fiscais, pois as iniciativas de implantação partiram dos prefeitos e não do governo federal. Portanto, foram essas experiências municipais que “consagraram” a ideia de que o direito à renda não é direito somente do indivíduo, mas é um direito familiar.

Com base nas experiências municipais, foi criado o Bolsa-Escola no Distrito Federal, em 2001. Neste contexto de ampliar a renda familiar, em 2001 alguns programas já existentes passaram por transformações, como foi o caso do Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima, que foi transformado em Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima vinculado à Educação – “Bolsa-Escola” como ficou conhecido. Segundo dados do Relatório de atividades do Programa Bolsa-Escola (2002) este programa tinha como objetivos possibilitar o acesso e a permanência de crianças na escola; integrar as famílias no processo educacional; contribuir para o combate do trabalho infantil; evitar a permanência das crianças nas ruas e o contato com situações de risco pessoal e social; além de elevar a qualidade de vida das famílias, recuperando a dignidade e a autoestima das camadas excluídas da população.

1.7 As Políticas Sociais no Governo de Luís Inácio Lula da Silva

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) trataremos da criação e implementação do Programa Bolsa Família em substituição⁴ aos programas de transferência de renda do governo anterior.

No primeiro mandato de Lula (2003-2006) é possível dizer que, além da implementação de políticas sociais mais abrangentes, a economia manteve seu crescimento, o que, segundo Rosa Maria Marques e Áquilas Mendes (2007) levaria a dizer que foi possível “servir a dois senhores”, isso porque, se de um lado sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional, por outro, implementou uma série de programas e iniciativas direcionadas aos segmentos mais pobres da população.

Essas ações direcionadas aos setores mais pobres da população foram desenvolvidas por meio de programas de combate à fome e à miséria. O primeiro exemplo de programa social de combate à fome foi o Programa Fome Zero

⁴ Veremos a seguir no capítulo 2, o argumento de Ana Fonseca e Amélia Cohn (2004) a respeito da substituição dos programas de transferência de renda existentes.

desenvolvido no início do governo Lula, mas, que sofreu várias críticas com relação ao seu desenho e gestão.

O Programa Fome Zero estava associado ao cartão alimentação, neste caso, a quantia recebida pelo beneficiário deveria ser gasto exclusivamente com a compra de alimentos. Neste ponto ficou evidenciada a maior crítica ao programa, pois, seus beneficiários teriam necessidades para além da mera aquisição de alimentos.

Mesmo tendo enfrentado críticas, o Programa Fome Zero foi emergencial e ao mesmo tempo importante, pois colocou na agenda pública brasileira a evidência de uma sociedade desigual, onde a concentração de renda caracterizava-se nas regiões sul e sudeste, o que causou grandes distorções com as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Segundo Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 127) este programa foi capaz de trazer para o debate público o problema da fome e da miséria, o que movimentou a mídia, a opinião pública, os especialistas, os políticos, as universidades e a comunidade internacional, pois tratou da fome como questão pública.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, até janeiro de 2004 o Programa Fome Zero após um ano de sua criação, já tinha totalizado atendimento a 1.900.000 famílias, o que diretamente atingiu 11 milhões de pessoas, no Semi-Árido do Nordeste.

Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto (1987) na composição da música “Comida”, mencionaram esta outra gama de carências: “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte, a gente quer saída para qualquer parte, quer diversão, balé, a gente não quer só dinheiro, a gente quer prazer pra aliviar a dor”. Por isso, a inserção das pessoas excluídas na sociedade vai muito além do que pensamos ser o necessário, ou, até mesmo o básico, as necessidades são mais complexas. Portanto, como já dizia José Márcio de Camargo (1991), é necessário romper com a pobreza entre gerações. Há que se investir nos meios que farão a transformação esperada, como na educação, por exemplo.

Na perspectiva de evidenciar a situação social do país, ou pelo menos, de dar uma resposta à população que o elegeu, Lula, no início do seu governo, solicitou avaliações sobre a eficácia dos programas de transferência de renda já existentes como o Bolsa-Escola (Ministério da Educação), o Bolsa-Alimentação

(Ministério da Saúde), o Auxílio-Gás (Ministério de Minas e Energia) e o Cartão-Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome), que apresentaram problemas dos mais variados.

Portanto, com base no diagnóstico elaborado no governo Lula, considerou-se a necessidade de desenvolver um programa de transferência de renda nacional unificado. Por isso, foi proposto pelo governo um novo programa que viria a substituir e unificar os já existentes, no caso, o programa que virou a marca do governo Lula, o Bolsa-Família, que será descrito no próximo capítulo.

2. O Programa Bolsa Família

Neste capítulo, trataremos da criação e implementação do Programa Bolsa Família (PBF), assim como das avaliações desenvolvidas ao longo dos dez anos de sua existência, que analisaram a efetividade do programa e de suas condicionalidades em saúde e educação. Os apontamentos levantados pelos estudos e avaliações nos permitiram compreender se o programa aumentou a renda das famílias beneficiárias, se conseguiu superar as desigualdades (dentro daquilo que se propõem) e em que aspectos as condicionalidades contribuíram ou não para a educação.

O PBF é um programa do Governo Federal, instituído pela Medida Provisória nº132, de 20 de outubro de 2003, transformado na Lei nº. 10836 de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº. 5209 de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2003).

Com relação à criação do programa, Amélia Cohn e Ana Fonseca (2004, p. 2) avaliaram que quando se formulou o PBF, não se tratou de “reinventar a roda”, ou seja, o programa é fruto das discussões acerca das políticas de transferência de renda que fazem parte do modelo de proteção social brasileiro. Modelo este que tem a necessidade e o desafio atual de avançar na conformação de uma rede de proteção social que tenha como horizonte a universalização dos direitos.

Segundo Amélia Cohn e Ana Fonseca (2004, p. 1) a criação do PBF levanta o debate sobre a questão social no Brasil e os programas de transferência de renda, que vêm sendo pautados por duas matrizes principais:

A primeira, ao privilegiar a questão da pobreza em si, tende a enfatizar as políticas públicas na sua dimensão política – no geral restrita à racionalidade custo–efetividade, em detrimento da sua dimensão pública propriamente dita, derivando daí visões maniqueístas entre focalização/universalização; econômico/social; centralização/descentralização, Estado/mercado. A segunda articula a pobreza à perspectiva da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos enquanto direitos sociais, com ênfase na dimensão da construção de sujeitos autônomos, portanto da ótica da esfera pública. Se ambas não raramente são vistas como antagônicas, isoladas não são capazes de dar conta da questão social do país, dadas a magnitude e a complexidade de sua configuração.

As autoras argumentam que a principal causa da pobreza e exclusão social no país é “o acentuado grau histórico de desigualdade da apropriação da riqueza

e do capital social acumulado”, gerado por um processo de crescimento e desigualdade de renda. Segundo elas, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, estudiosos das questões relativas à pobreza e exclusão, argumentam que para enfrentar essas “questões tão antigas e contemporâneas” é necessário “enfrentar e eliminar velhas práticas políticas e implementar ações sociais que resgatem a cidadania da população excluída, dando-lhe condições para sua emancipação”, sendo o desafio principal das políticas públicas, resgatar a cidadania da população excluída” (COHN e FONSECA, 2004, p. 1).

Programas anteriores a este foram implementados, perseguindo os objetivos de resgatar a cidadania, minimizar a pobreza e a desigualdade, entre outros. Por isso, Silva, Yazbek e Giovanni (2007) apresentam o PBF como sendo a unificação dos programas já existentes Bolsa-Escola (Ministério da Educação), Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde), Vale-Gás (Ministério de Minas e Energia), e Cartão-Alimentação (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome).

Mas, segundo Amélia Cohn e Ana Fonseca (2004, p. 2):

A originalidade e a inovação do Bolsa-Família não residem na negação dos programas de transferência de renda já existentes (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação) nem se restringem a sua unificação nos marcos estreitos de buscar maior grau de racionalidade administrativa do governo. Ele parte do diagnóstico de que esses programas representaram um avanço no campo das políticas públicas, porém não superaram características marcantes da tradição brasileira das políticas sociais: pulverização dos recursos, elevado custo administrativo, superposições de públicos-alvo, competição entre as instituições, ausência de coordenação e perspectiva intersetorial, impossibilitando uma ação articulada para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social.

De acordo com Ana Fonseca (2003), a evolução do PBF está na perspectiva de ter a família como beneficiária e da responsabilidade pelo programa ser compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, desta forma os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a sua execução.

A seleção das famílias é feita com base nas informações registradas pelas prefeituras dos municípios no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. Este instrumento de coleta de dados tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil e, com base nesses dados, o

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome seleciona de forma automatizada as famílias que serão incluídas no Programa Bolsa Família.

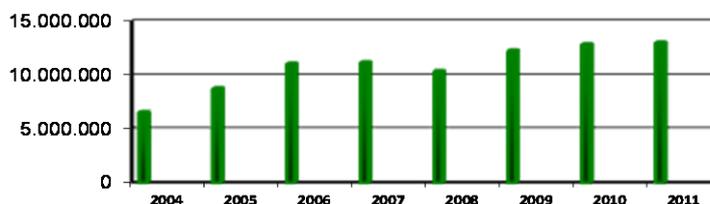
A caracterização do Programa Bolsa Família o classifica como um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda de até R\$ 70,00 mensais por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 mensais por pessoa, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos (MDS, 2013).

Segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013):

O Programa atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional de acordo com o perfil e tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente (BVJ), o variável gestante (BVG) e o variável nutriz (BVN) e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP). Os valores dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família variam de acordo com as características de cada família, considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrizes e de componentes da família.

Os dados com relação à evolução do número de famílias beneficiárias do programa podem ser verificados no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – Brasil, 2004- 2011.



Fonte: Matriz de Informação Social/MDS (2012).

Posteriormente, o Programa Bolsa Família passou a integrar o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar mensal de até R\$ 70,00 por pessoa. Este programa se baseia na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013).

Ana Fonseca e Ana Viana (2007, p. 1507) em estudo desenvolvido sobre o direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas na América Latina, analisaram um grupo de países (conforme tabela 1) e seus respectivos programas de transferência de renda:

Tabela 1. Programas na América Latina e Caribe.

Países	Ano	Nome
México	1997	Progres-a-Oportunidades
Brasil	1997	PGRM; Bolsa Escola (2001); Bolsa Alimentação (2001); Auxílio Gás (2002); Cartão Alimentação (2003); Bolsa Família (2003).
Nicarágua	2000	Mi Família
Colômbia	2001	Famílias en Acción
Equador	2001	Bono Solidaridad-Bono de Desarrollo Solidario
Argentina	2002	Jefes y Jefas de Familia
Chile	2002	Chile Solidário
El Salvador	2005	Programa Oportunidades (Red de Protección Social)
Uruguai	2005	Ingreso Ciudadano
Paraguai	2005	Tekoporã; Nopytyvo (na região do Chaco)
R. Dominicana	2005	Solidaridad
Peru	2005	Juntos
Panamá	2006	Red de Oportunidades

Fonte: Ana Fonseca e Ana Viana (2007) Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas.

De acordo com Ana Fonseca e Ana Viana (2007, p. 1506):

[...] os programas (tabela 1) foram apresentados como uma inovação por romperem com a tradição das cestas básicas e por realizarem transferências monetárias sem o requisito de prévia contribuição, como no modelo seguro social. Finalmente, eles foram considerados singulares por estabelecerem co-responsabilidades com o objetivo de melhorar os níveis educacionais, impedir a evasão escolar e o trabalho infantil e, ainda, melhorar os indicadores de saúde e nutrição. A ideia central é que os programas asseguram o exercício, mesmo que temporário, de três direitos: educação, saúde e alimentação.

A ênfase do Programa Bolsa Família está no intuito de enfrentar a pobreza, com ações articuladas em dois períodos: em curto prazo, acredita-se que a transferência monetária destinada às famílias propicia a aquisição de bens e serviços para sua subsistência; e em longo prazo, as condicionalidades têm o intuito de garantir o acesso à educação e saúde. Desta forma, parte do pressuposto de que as pessoas incrementarão seu “capital humano”, o que as possibilitará sair da pobreza no futuro.

O desenho do programa prevê condicionalidades tanto na saúde quanto na educação. Na saúde, são previstos cuidados básicos, como o acompanhamento

do desenvolvimento e crescimento das crianças, cartão de vacinação e acompanhamento pré e pós-natal (BRASIL, 2005).

De acordo com Fonseca e Viana (2007, p. 1508):

[...] a condicionalidade para a área de saúde tem o objetivo de estimular as famílias a manter atualizado o calendário e vacinação das crianças até sete anos de idade, levá-las para pesar e medir conforme o calendário da saúde. Já para as gestantes e nutrízes, as condicionalidades são: realizar o pré-natal; seguir com o acompanhamento após o parto e participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

Com relação às condicionalidades em educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já para os estudantes entre 16 e 17 anos, a frequência exigida é de 75% da carga horária mensal.

A expectativa, segundo justificativa explicitada na legislação e documentos oficiais do Programa Bolsa Família, é de que o cumprimento das condicionalidades possibilite o acesso e a inserção da população pobre nos serviços sociais básicos, como educação, saúde e trabalho, favorecendo a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza.

Mesmo o PBF tendo seus objetivos e expectativas explícitas, seu processo de criação e implementação não foi fácil. Segundo Teresa Campello e Marcelo Côrtes Neri (2013) o início do PBF foi marcado por grande polêmica, principalmente, porque ele se diferenciava de outros programas e repassava o dinheiro para as famílias sem ter controle quanto à sua destinação, este fato trata-se de um avanço em termos de assistência social, pois atribui aos beneficiários a responsabilidade com os gastos. Outra polêmica muito difundida, afirmava que as famílias beneficiárias passariam a ter mais filhos, desenvolvendo um comportamento oportunista para ter acesso a um maior volume de dinheiro.

No livro Programa Bolsa Família uma década de Inclusão e Cidadania (2013), seus organizadores, Campello e Neri falaram a respeito dos mitos que permearam o programa e apresentaram pesquisas empíricas que para os autores desmontam esses “mitos”. Segundo eles um dos “mitos” mais propagado é que o Bolsa Família atuaria de modo a acomodar as famílias, gerando dependência e desincentivando o trabalho, o que não pôde ser constatado nas pesquisas. Combatem também o “mito” de que o Bolsa Família seria um programa de

natureza populista e eleitoreiro, argumentando que o programa se consolidou como uma política de Estado e se tornou um dos elementos centrais das políticas sociais brasileiras (muito embora se configure como um quase-direito, como dito por Amélia Cohn, 2012).

A partir deste ponto, destacaremos os estudos que defendem a existência das condicionalidades do PBF, partindo do estudo do documento desenvolvido pelo MEC/Ministério da Educação (2009, p. 16), no que se refere ao acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens em vulnerabilidade. As condicionalidades em educação do PBF são apresentadas como benéficas, como podemos observar no trecho abaixo:

O acompanhamento da frequência escolar dos estudantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família é uma estratégia que contribui com diversas áreas e, ao mesmo tempo:

- ✓ atua na efetividade de uma política pública que enfrenta as condições de pobreza;
- ✓ atua como mobilizador de ações ao relatar as ausências das crianças e adolescentes que não cumprem os percentuais mínimos exigidos de frequência escolar;
- ✓ enfatiza a importância da permanência da criança e do adolescente na escola no combate ao abandono e à evasão escolar;
- ✓ funciona como alerta para dificuldades/violação de direitos a que porventura as crianças e adolescentes estejam sendo submetidos; e
- ✓ reforça o valor da educação junto às famílias e à sociedade em geral.

Künnemann e Leonhard (2008) mencionam três razões para a existência das condicionalidades do Programa Bolsa Família e manutenção das mesmas: a primeira é que as condicionalidades servem como incentivo para os pais recorrerem às escolas e aos serviços de saúde pública; a segunda é que as condicionalidades servem para legitimar as transferências de rendas, visto que, a partir deste momento, as famílias têm que produzir uma contrapartida para o valor monetário que recebem (política social meritória) e a terceira é que o fato de as famílias não cumprirem as condicionalidades, serve como “sinal de alerta” para as autoridades, de que as famílias têm problemas específicos e necessitam de atenção especial, por exemplo, através de assistentes sociais.

Para Tereza Campello (2013) o PBF tinha como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras em situação de miséria, pobreza e fome. A intenção era estimular um melhor acompanhamento do atendimento pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série.

“Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza” (p.17).

2.1 Avaliações do PBF e o crescimento da renda

O PBF despertou o interesse de pesquisadores e órgãos da sociedade que pesquisam e estudam a pobreza e a desigualdade social, assim como outros temas extraídos destes. Neste período, muitas avaliações foram desenvolvidas sobre o programa, na tentativa de validar ou criticar sua implementação e expansão como política de transferência de renda condicionada à educação e saúde. Neste item, trato de apresentar algumas pesquisas desenvolvidas com cunho quantitativo e que objetivaram analisar os avanços ou retrocessos do programa com relação ao crescimento da renda das pessoas.

De acordo com Sérgio Garschagen (2011, p.1):

A seguridade social (aposentadorias, auxílios, pensões e outros benefícios) impede que 17,2 milhões de brasileiros caiam na extrema pobreza, segundo as análises feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006. Desse total, 13,2 milhões vivem nas cidades e 4 milhões em áreas rurais. Apesar desses benefícios, outros 21,7 milhões de brasileiros sobrevivem em situação de extrema pobreza, assim consideradas as unidades residenciais com renda *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. Sem as políticas sociais, o número de extremamente pobres no Brasil aumentaria para 38,9 milhões.

Para ele, os avanços das políticas de proteção social foi sentido em todas as regiões do Brasil, em especial, nas regiões Sul e Sudeste. Na junção das transferências previdenciárias e assistenciais, que incluem aposentadorias, auxílios, pensões, salário-maternidade e salário-família, soma-se um contingente de “9,6 milhões de mulheres e 9,1 milhões de negros e que no conjunto são atendidos 14,5 milhões de indivíduos com menos de oito anos de escolaridade” (GARSCHAGEN, 2011, p.1).

Garschagen (2011) analisa que durante os anos compreendidos entre 2001 a 2005, a desigualdade social caiu 1,2%, o que para muitos pode ser um resultado ínfimo, mas para Ricardo Paes de Barros (Pesquisador do IPEA) "parece aritmeticamente pequeno, mas é um resultado fantástico". Segundo ele, esse é o melhor índice de redução da desigualdade em 25 anos.

Portanto, é importante compreender que os programas de transferência de renda não estão somente ligados aos avanços da renda das famílias, eles também têm grandes impactos nas economias regionais. Amélia Cohn, citada por Garschagen (2011, p.2), argumenta que “o programa é eficaz ao injetar recursos que, avaliados pela perspectiva municipal, somam 9,8% dos orçamentos das prefeituras na região Nordeste”, por exemplo.

Amélia Cohn (2004) destaca que o PBF é o mais bem focado nas necessidades das populações mais pobres, pois, ele permite às famílias programarem suas vidas, sendo um elemento fundamental da cidadania. Por essa razão, qualifica como “perigoso” o termo “política assistencialista” pela conotação negativa do termo na nossa tradição de políticas sociais de caráter clientelista e de reprodução da subordinação. Para ela, o país deve aperfeiçoar e aprofundar essas políticas se quiser efetivamente enfrentar a questão da desigualdade e da pobreza.

Com relação ao aumento da renda, de acordo com Sérgio Garschagen (2011, p. 2):

O Brasil, avalia, atravessa atualmente um momento econômico ideal. Embora entre os anos de 2001 e 2004 tenha ocorrido um ciclo distributivo de renda, ele foi caracterizado pelo fato de os sete décimos mais pobres terem melhorado rendimentos em detrimento dos três décimos mais ricos da população.

"A situação ideal atual, em que todos ganham, passou a ocorrer a partir de 2004 e ainda continua. Todos auferiram aumento em suas rendas, mas, nas faixas de renda menor, os ganhos foram maiores."

O crescimento com distribuição de renda resulta na diminuição da pobreza e da miséria que, apesar da queda na desigualdade, não caíram até 2003, devido ao fraco crescimento da economia. A partir de 2004, entretanto, começaram a cair de forma acentuada: a pobreza extrema em 2,6 pontos percentuais anuais e a pobreza em 2,9 pontos.

O crescimento econômico do país e a distribuição de renda vêm resultando na diminuição da pobreza e da miséria. Isto fica perceptível a partir de 2004, quando começou a cair de maneira acentuada a pobreza extrema em 2,6 pontos percentuais anuais e a pobreza em 2,9 pontos, como visto acima. Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Análise de Domicílios (PNAD, 2006) é possível analisar quantitativamente que 12 milhões de pessoas saíram do estado de extrema pobreza e conseguiram avanços em relação à sua situação econômica.

2.2 Avaliações do PBF: impactos na alimentação e saúde

A preocupação com a alimentação e a fome no país é um tema antigo, e com relação a isso, Fonseca e Viana (2007, p. 1507) apresentam algumas iniciativas tomadas pelo governo para garantir a alimentação das famílias, anteriores ao PBF:

O governo Lula, por sua vez, instituiu o Cartão Alimentação (MESA) como um acréscimo de renda aos beneficiários dos demais programas com ênfase na região do semi-árido. O programa era um dos componentes da política denominada Fome Zero. Estes programas foram unificados em outubro de 2003, dando origem ao programa Bolsa Família, que é um programa de transferência monetária com condicionalidades: saúde e educação.

Tendo com foco a segurança alimentar dos brasileiros, o Relatório do IBASE/Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008, p. 7) analisa que:

Um contingente significativo de famílias no Brasil é atingido pela fome, um problema inaceitável em um país que é considerado a sexta maior economia do mundo. As mais pobres destinam a maior parte de seus orçamentos domésticos para a alimentação. Ao transferir renda, o Programa Bolsa Família amplia o poder de compra dessas pessoas e lhes dá a oportunidade de gerir este recurso de forma autônoma, priorizando determinados alimentos e respeitando hábitos de alimentação presentes em seus contextos sociais e em suas famílias.

O estudo realizado pelo IBASE/ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008) analisou a relação dos impactos econômicos e nutricionais do Programa Bolsa Família. O relatório desenvolvido na pesquisa evidencia que o programa vem cumprindo seu papel, no que diz respeito ao “fortalecimento da economia local, os baixos custos operacionais, a autonomia dos usuários no uso dos recursos, além do impacto na demanda por serviços de saúde e educação” (IBASE, 2008, p.15). Mas, ressalta que os desafios deste programa estão relacionados a riscos como a perda do benefício com a inflação, ou seja, sua desvalorização monetária; às diferenças no custo de vida e no preço de venda dos alimentos; e às características das famílias, incluindo o número de pessoas que vivem no domicílio.

Segundo Künnemann e Leonhard (2008, p. 39) as primeiras avaliações sobre o PBF “indicam que a maior parte das transferências foi gasta com gêneros

alimentícios – em parte também com educação e saúde”. Segundo os autores, a transferência repassada aos beneficiários do programa é muito pequena, portanto, não é capaz de assegurar uma renda mínima às pessoas, mas apesar disto, não deixa de ser importante para o desenvolvimento das famílias.

De acordo com Künnemann e Leonhard (2008, p. 40) com relação à alimentação os seguintes dados indicam os impactos positivos do PBF, pois, em uma pesquisa de opinião entre os destinatários do programa realizada pela DATA UFF/UFBA (2006), 85,6% disseram que sua alimentação melhorou. Outros dados foram levantados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2005) sobre a subnutrição de crianças, indicam uma queda no número de crianças subnutridas de 6,8% para 4,8%. Outros estudos como o desenvolvido por Ananias (2006) mostram que, no Nordeste, houve diminuição em 60% do risco de desnutrição de crianças entre 6 e 11 meses.

Na saúde, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2012) mostraram que o Bolsa Família apresentou efeitos positivos com relação às vacinas, pois, entre 2005 e 2009, a cobertura da vacinação passou de 79% para 82%, além do cumprimento do cronograma. Entre as gestantes beneficiárias do Programa, apresentaram 1,6 visitas de pré-natal a mais do que as não beneficiárias e somente 1,5% delas não fizeram consulta pré-natal no período compreendido entre as pesquisas.

Segundo o estudo desenvolvido, para analisar os avanços e desafios do Programa Bolsa Família de 2003 a 2010 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) constatou-se que o programa era efetivo na redução dos indicadores de pobreza e de desigualdade de renda; que não produzia incentivos inadequados sobre a oferta de trabalho; que aumentava a frequência e a aprovação escolar; elevava os níveis de vacinação no período apropriado; reduzia a desnutrição infantil e que melhorava o acompanhamento médico das mulheres grávidas.

Esse estudo do IPEA (2010) apresentou como meta para o final do ano de 2010 atender 13 milhões de famílias com uma transferência variável, condicionadas ao cumprimento das condicionalidades nas áreas de educação (frequência escolar) e saúde (exame pré-natal, acompanhamento nutricional e de saúde). Mas, argumentam que o tamanho do programa representa uma

dificuldade para o acompanhamento das famílias para verificar o cumprimento das condicionalidades e medir o impacto individual do benefício.

2.3 O PBF e a Educação: demanda ou oferta

Na relação dos impactos do Programa Bolsa Família sob a educação, sabemos que suas condicionalidades visam manter as pessoas na escola, garantindo a matrícula e a frequência de jovens e crianças no ensino fundamental. Neste aspecto, o estudo do IPEA (2010) analisou os resultados obtidos para as estimativas obtidas por diferentes critérios de emparelhamentos que o PBF elevava em 2004 a frequência à escola das crianças beneficiadas entre 2,2 e 2,9 pontos percentuais.

As discussões acerca da relação entre políticas de transferência de renda e educação se intensificaram na última década no cenário brasileiro. Estudos desenvolvidos por Paul Glewwe e Ana Lúcia Kassouf (2008) analisaram o impacto do Programa Bolsa Família sobre o progresso das crianças na escola. Para isso, utilizaram dados extraídos do censo escolar (1998-2005) para criar um retrato das escolas públicas de 1ª à 4ª e 5ª à 8ª séries. Esses dados permitiram comparações sobre o número de matrículas, abandono e progressão escolar.

Glewwe e Kassouf (2008) analisaram que existe relação entre o recebimento do Bolsa-Família e o aumento nas taxas de matrícula em cerca de 5,5 pontos percentuais de 1ª à 4ª série e cerca de 6,5 pontos percentuais de 5ª à 8ª série. Também analisaram que o programa reduziu as taxas de abandono escolar em cerca de 0,5 ponto percentual no caso de crianças de 1ª a 4ª série e cerca de 0,4 ponto percentual, no caso de crianças de 5ª a 8ª série. Segundo eles, ficou caracterizado no estudo que o programa aumentou as taxas de aprovação em cerca de 0,9 ponto percentual para crianças de 1ª a 4ª série e 0,3 ponto percentual para crianças de 5ª a 8ª série.

De acordo com outro estudo desenvolvido a partir de experiências internacionais de Programas de Transferência de Renda Condicionadas, elaborado por Reimers, Silva e Trevino (2006), esses programas impactam na vida das pessoas no que diz respeito ao aumento do poder de compra, uma vez que oferece uma quantia em dinheiro que aumenta a renda das famílias;

promovem aumento nas taxas de matrículas quando estas são muito baixas, mas em países onde a cobertura das matrículas são altas os programas não são tão efetivos. Com relação à frequência escolar mostram que existe uma pequena relação com o aumento das taxas de alunos frequentando a escola, já com relação às taxas evasão, repetição e promoção escolar, analisam que os efeitos são modestos e na questão aprendizagem dos alunos, argumentam que não foram comprovados efeitos positivos.

Segundo Reimers, Silva e Trevino (2006) os resultados obtidos com o estudo não conseguem afirmar se os programas de transferência de renda são eficazes para instrumentalizar a educação, principalmente, no que diz respeito à capacidade de aumentar a aprendizagem. Argumentam que as teorias dos Programas de Transferência de Renda Condicionadas (PTRC) são deficientes, pois assumem que a qualidade da educação para os filhos de famílias pobres é adequada e que os estudantes aprendem mais se passarem mais tempo na escola.

Os autores acima analisam e de certa forma nos apresentam uma reflexão de que os gastos que se têm com os pagamentos dos benefícios, poderiam ser gastos com programas que ampliassem o acesso à escola ou melhorassem a qualidade da educação. Uma vez que, segundo eles, não é possível afirmar que estes programas melhorem a aprendizagem dos estudantes, porque, nos seus desenhos de implementação não existem cobranças acerca do desempenho dos estudantes, somente das frequências dos alunos.

No estudo apresentado por André Pires (2013) a respeito das condicionalidades em educação do PBF, o autor utiliza os dados do Censo Demográfico de 2010 na cidade de Campinas/SP e compara os indicadores educacionais do grupo de beneficiários do PBF e de um grupo de controle (não beneficiários do PBF com a mesma renda per capita). Os resultados desse estudo mostram que a condicionalidade relacionada à educação é positiva no que diz respeito à frequência escolar dos beneficiários e em termos da adequação idade-série. Porém, constatou-se que ao término do período de exigência da frequência escolar, a queda nos números relativos à frequência e adequação idade-série entre os beneficiários é abrupta, principalmente com relação às mulheres.

Podemos levantar uma questão relativa aos números apresentados no estudo de Pires (2013) no que diz respeito à adequação idade-série, pois se

tratando de alunos da rede pública de ensino, é sabido que a reprovação de alunos não é algo frequente, pois as escolas são orientadas a aplicarem a política da progressão continuada. Sendo assim até o final do 5º ano do ensino fundamental, o estudante estaria dentro da perspectiva de idade-série, pois sua reprovação só será permitida ao final deste ciclo. No caso de alunos acima dos 11 anos a política da progressão continuada também se aplica, ou seja, é possível que os alunos apresentem grande defasagem na aprendizagem, mas mesmo assim ele corresponderá ao fator idade- série, pois só poderá ser retido ao final do 9º ano.

Clélia Craveiro e Daniel Ximenes (2013) falam sobre os desafios e as perspectivas para a educação básica no Brasil. Segundo eles o PBF conseguiu alguns avanços sobre a educação no que diz respeito à frequência escolar, referindo-se ao estudo apresentado pelo INEP (2011) sobre o impacto do PBF na frequência escolar:

Alguns indicativos apontados pelo INEP traduzem resultados positivos: i) a condicionalidade da educação contribuiu para reduzir em 36% a porcentagem de crianças de 6 a 16 anos que não frequentavam a escola, passando de 8,4% para 5,4%; ii) a redução de 40% da parcela de crianças de 6 a 10 anos de idade fora da escola, e redução de 30% para as faixas etárias de 11 a 16 anos; iii) a constatação de que a condicionalidade em educação foi responsável pela queda de cerca de um terço da proporção de crianças entre 11 e 16 anos de idade com até um ano de escolaridade fora da escola; e iv) a redução de 40% da proporção de meninos de 6 a 16 anos de idade que não frequentavam a escola. No caso das meninas, a redução foi de 30% (CRAVEIRO e XIMENES, 2013, p. 114).

Os autores acima evidenciam que a condicionalidade da frequência escolar vem sendo garantida pelo PBF, porém argumentam que a permanência na escola das populações em situação de vulnerabilidade social “exige que a escola conheça e reconheça esses outros sujeitos de direitos, seus saberes, suas experiências, vivências, espaços sociais e práticas construídas” (CRAVEIRO e XIMENES, 2013, p. 114). Eles tratam como fundamental a reinvenção da escola no seu projeto e nas relações internas e externas.

Sendo assim, é necessário reinventar o potencial educativo, combater o que, segundo Bourdieu (1998), é o problema da escola, pois ela trata de forma igual os desiguais, ou seja, as crianças que são provenientes de grupos sociais desfavorecidos adentram o ambiente escolar com desvantagens que não são sanadas e sim perpetuadas. Ele afirma que a escola é conservadora e que ao

invés de ser um instrumento de mobilidade social para as camadas mais pobres da população, ela é um dos responsáveis por manter a desigualdade social. Portanto, os pobres que conseguem romper com a pobreza pela via da educação são exceções que contrariam a regra.

Sobre a mesma perspectiva citada acima, Simon Schwartzman (2004) argumenta que as dificuldades de aprendizagem que os pobres apresentam no ambiente escolar parecem estar relacionadas a dois tipos de fatores: as condições gerais das famílias de baixa renda, que não proporcionam às crianças o “capital cultural” e as condições das escolas, que apresentam problemas que vão desde os ambientes violentos e a falta de recursos mínimos, até a falta de formação dos professores para lidar com crianças provenientes de setores sociais mais pobres, em ambientes educacionais também desfavorecidos.

A conclusão que se chega, com relação aos programas de transferência de renda, é de que eles podem produzir efeitos benéficos, mas, não são substitutos para as políticas econômicas e sociais clássicas, na área do emprego, do seguro social, da educação, da qualificação profissional e do atendimento à saúde.

Para Schwartzman (2009) as políticas econômicas e sociais clássicas são os únicos recursos que podem efetivamente produzir resultados mais significativos a médio e longo prazo. Nesta mesma linha de argumentação Sônia Draibe (2003) defende o fato de que os programas de transferências de renda não devem substituir a provisão dos serviços, pois, a escola e o posto de saúde, fazem parte dos corpos técnicos do Estado, por isso, podem e devem, cada qual na sua área, zelar pelo cumprimento dos objetivos de atendimento à população, sem necessariamente este atendimento estar atrelado a um programa de transferência de renda.

Draibe (2003, p. 93) argumenta que:

Portanto, menos pelo compromisso moral das famílias em manter seus filhos na escola ou levá-los ao posto de saúde, o que se pretendeu foi o comprometimento do Estado – insisto, serviços sociais, assistentes sociais, professores, médicos, paramédicos, conselhos locais – com a melhoria do desempenho das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.

Com relação aos objetivos dos PTCs (Programas de Transferência Condicionadas), no que diz respeito à geração de renda, Schwartzman (2009) argumenta que grande parte da população brasileira vive em situação precária,

praticamente sem formação profissional e sem perspectivas de trabalho digno. Por isso, gerar uma renda mínima, que ajude na sobrevivência dessas pessoas é necessário, independentemente de condicionalidades. Ainda nesta perspectiva, analisa a existência de muitos equívocos com relação ao desenvolvimento das políticas de transferência de renda, pois, segundo ele, estudos mostram que a população de modo geral valoriza a educação e vem permanecendo por mais tempo na escola. Portanto, é desnecessária uma condicionalidade que obrigue a frequência escolar, já entendendo que o problema da educação brasileira não é de demanda e sim de oferta.

De acordo com Simon Schwartzman (2009, p. 3):

Os problemas da educação estão do lado da oferta – a má qualidade das escolas públicas, os problemas de recrutamento e formação de professores, a ignorância em relação aos métodos de ensino mais apropriados, etc. O mesmo pode ser dito em relação à saúde. Havendo boas escolas e serviços de saúde acessíveis, a população naturalmente buscará estes serviços.

Análises sobre os PTCs desenvolvidas por Sônia Draibe (2009), em relação aos estudos e avaliações dos programas, reforçam os argumentos apresentados por Simon Schwartzman acima, pois sinalizam que, com relação à redução da pobreza e desigualdade de renda, há registros positivos, mas, com relação à melhora em alguns indicadores correspondentes às condicionalidades em saúde e educação, os resultados registrados são modestos.

Draibe (2009, p.115) analisa que:

Os PTCs têm registrado resultados bastante heterogêneos e contraditórios. Em geral mostram-se positivos e significativos em termos de melhora do consumo atual das famílias e de acesso aos serviços sociais aos quais se ligam as condicionalidades. Mas tendem a ser pouco conclusivos a respeito dos objetivos maiores dos programas, quais sejam, a efetiva redução da pobreza e aumento do capital humano das gerações jovens. De todo modo, o tema é altamente controverso, objeto de contínuo debate entre defensores e críticos das PTCs.

Para Draibe (2009) há duas questões de grande relevância no debate sobre os PTCs, pois estes programas por um lado garantem que a oferta dos bens sociais deve existir, e por outro, avaliam que a capacidade e suficiência dos incentivos à demanda são insuficientes para garantir o bom desempenho escolar. É necessário investir na melhora quantitativa e qualitativa da oferta, no caso da educação.

Os estudos apresentados acima objetivaram verificar a eficácia dos programas de transferência de renda e seus impactos na educação, mas não foram capazes de comprovar mudanças substantivas no que se refere às perspectivas de alteração da história de vida dos indivíduos beneficiados, através de novas oportunidades de trabalho e qualidade na educação que recebem. Os argumentos dos autores são de que o problema da educação não é de demanda e sim de oferta, pois as crianças e jovens já estão nas escolas. Neste ponto o país já caminhou. Mas qual é a qualidade da educação que recebem?

2.3.1 A exigência da frequência escolar no desenho do PBF

Com base nas avaliações e estudos apresentados acima, desenvolvidos para analisar a efetividade do PBF e suas condicionalidades em educação, podemos dizer que, com relação às matrículas e frequência escolar os resultados das pesquisas são positivos. Porém, não verificamos se as crianças beneficiárias estão realmente aprendendo, já que se baseiam, em suma, em análises quantitativas, nas quais os objetivos são os de mensurar dados baseando-se em fontes “econômicas”, havendo poucos registros de pesquisas de caráter qualitativo sobre o tema.

Portanto, considerando o exposto até o momento, temos subsídios que nos permitem colocar em dúvida a exigência da frequência escolar mínima para crianças no ensino fundamental advindas de famílias atendidas por programas de transferência de renda, como um fator significativo no intuito de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza. Pareceu-nos oportuno escutar os beneficiários, saber o que pensam a respeito dessas condicionalidades e se percebem mudanças em suas vidas, no que diz respeito à educação.

Com base neste entendimento, o incremento da escolaridade de crianças e jovens de famílias pobres promoveria melhores condições para elas ingressarem no mercado de trabalho futuramente e, conseqüentemente, o acesso à educação e ao trabalho faria com que saíssem da condição de pobreza em relação à geração de seus pais.

As discussões sobre o rompimento da pobreza pela via da educação devem partir de uma perspectiva ampliada, ou seja, deve-se levar em

consideração a opinião dos beneficiários do programa. Portanto, o interesse desta pesquisa se justifica em analisar as percepções dos envolvidos no processo, no caso as mães beneficiárias, se o fato de frequentar a escola atrelado ao recebimento de uma quantia monetária auxilia na educação de seus filhos.

3. A Pesquisa de Campo

Nesta pesquisa as beneficiárias do PBF foram convidadas a falar sobre suas percepções a respeito do programa, suas condicionalidades e sobre a educação de seus filhos. Nosso intuito foi compreender como as titulares do programa caracterizavam a exigência do cumprimento da frequência escolar mínima e analisar se a educação de seus filhos está relacionada com a participação no PBF.

Para nós foi importante compreender se a educação era encarada pelas beneficiárias como um fator de transformação social e se acreditavam nesta via para superação da pobreza. Além disso, nos interessou analisar as relações entre a frequência escolar e a possibilidade de mudança de vida, pressupostos do programa e algo muito presente nas falas das entrevistadas, como veremos no desenrolar deste capítulo.

As participantes foram selecionadas a partir do cadastro de matrícula de seus filhos na escola estadual Conjunto Vida Nova III, município de Campinas (SP), para participarem de entrevistas semiestruturadas que transcorreram nos meses de junho e agosto de 2013. A seleção se deu após termos em mãos o cadastro de matrícula dos alunos (cedidos pela secretaria da escola) o que nos proporcionou desenvolver um sorteio amostral estratificado.

No primeiro contato com a direção da escola, tratamos de apresentar os objetivos da investigação, falar sobre os possíveis participantes e solicitar autorização para desenvolver a pesquisa. Nossa solicitação foi atendida prontamente pela direção, que além de autorizar a pesquisa disponibilizou documentos e informações importantes a respeito da unidade escolar. O termo de autorização de desenvolvimento da pesquisa, assinado pela diretora da unidade escolar foi protocolado via projeto de pesquisa no Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Neste ponto, retomamos os objetivos da pesquisa expostos na introdução, que tratou de analisar as percepções das beneficiárias do PBF, sobre a educação de seus filhos. Especificamente nos interessou: a) compreender como as titulares do programa caracterizavam a exigência do cumprimento da frequência escolar mínima para os seus filhos; b) analisar, a partir das percepções das beneficiárias, se a educação de seus filhos está relacionada com a participação no PBF.

Apresentamos neste capítulo a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, assim como, a caracterização do bairro, da escola, a seleção das participantes, as dificuldades encontradas no processo e as categorias utilizadas para a interpretação das entrevistas.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo com as mães beneficiárias do PBF na escola Conjunto Vida Nova III foi necessário um primeiro contato com a diretora da escola. Este contato ocorreu em maio de 2012, para tratar da autorização e de esclarecimentos em relação ao desenvolvimento da pesquisa como mencionado anteriormente.

Após autorização da direção para o desenvolvimento da pesquisa, a secretaria da escola nos forneceu o cadastro de alunos no PBF, que se trata de uma ficha onde constam os nomes e as séries em que os alunos estão matriculados, fornecida à escola pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social do Município de Campinas e, é com base neste cadastro que a escola faz o lançamento das frequências bimestrais dos alunos no programa. Cada ficha de frequência é preenchida pelo professor da sala ao final de cada bimestre e encaminhada à secretaria da escola para lançamento das ausências no PBF.

3.1 Caracterização do Bairro

Segundo o informe de lançamento do CIC- Centro de Integração da Cidadania (SÃO PAULO, 2006), o bairro Vida Nova está localizado em uma região composta por índices elevados de desemprego, violência e marcado pela escassez de recursos sociais. A região é composta por 50 mil moradores e segundo a Coordenadoria Regional de Assistência Social de Campinas, a região possui três núcleos residenciais da COHAB e 32 ocupações.

De acordo com relato do Sr. José Batista (líder comunitário e referenciado pela população como morador mais antigo do bairro) concedido no ano de 2012, a origem do bairro está vinculada a organização popular em defesa de acesso a moradia, movimento organizado por famílias sem teto por volta de 1993. O nome “Vida Nova” originou-se da missa realizada no local junto com as famílias, neste

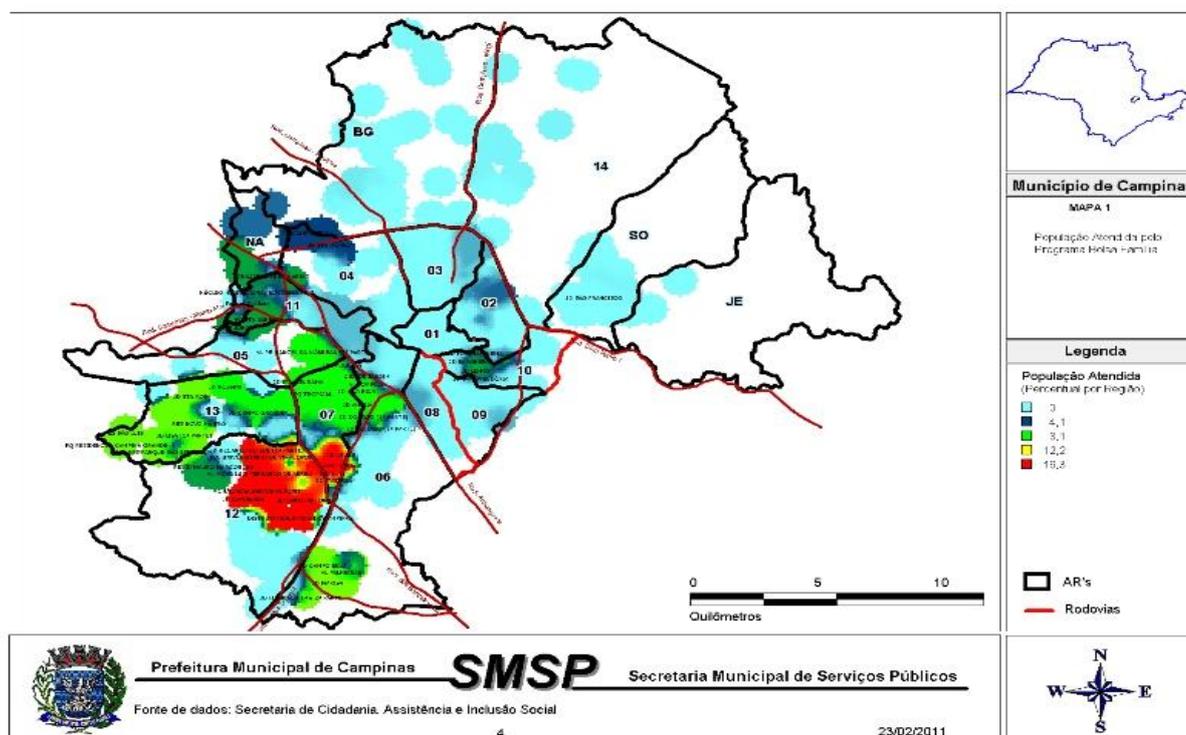
momento o padre, na ocasião referiu que ali eles teriam uma casa e uma vida nova, portanto o nome se deu na expectativa de uma vida melhor. Mas, as experiências iniciais contradizem a referência do nome, pois, de acordo com José Batista, os moradores do bairro passaram por situações de extremo descaso com relação a saneamento básico, falta de asfalto, transporte e outros, além de estarem expostos à violência extrema com a formação de grupos marginalizados (gangues) que praticavam furtos, roubos, tráfico de drogas e até chacina, como a registrada em outubro de 1999, onde estudantes foram mortos dentro da escola estadual Núcleo Educacional Vida Nova, estes fatos fizeram com que a região ficasse conhecida pelos altos índices de violência.

Para Cunha (2006) a expansão do crescimento populacional de Campinas foi marcada principalmente pela chegada de migrantes e pelo intenso processo de urbanização, porém a concentração populacional não foi acompanhada pela extensão dos serviços básicos de infraestrutura, assim como nos relatou José Batista.

Existem áreas, como aquelas situadas mais ao sul do município, que, embora concentrem grande contingente da população campineira, ainda se ressentem da falta de serviços básicos de qualidade e de condições adequadas de moradia, sendo esta, uma das dimensões principais na definição dos grupos populacionais mais vulneráveis no município. A dificuldade de cobertura total por serviços básicos deve-se, em grande parte, à maneira como, historicamente, ocorreu a expansão da mancha urbana (CUNHA, 2006, p. 151).

Em 2009 a prefeitura de Campinas apresentou o Mapa da Vulnerabilidade Social no Plano de Municipal de Assistência Social (2010-2013, p.10) organizado com dados das Secretarias de Educação, Segurança Pública, Saúde e Assistência Social que apontaram os índices de analfabetismo, ocorrências policiais, homicídios e moradias precárias nas regiões de Campinas. Com base nos dados levantados, apresentou mapa de percentual de famílias atendidas pelo PBF nas regiões de Campinas e como podemos observar a região do bairro Vida Nova, apresenta um percentual de 16,3, isto representando no mapa pela mancha de cor vermelha.

Gráfico 2: Mapa da Vulnerabilidade Social no Plano de Municipal de Assistência Social (2010).



Fonte: Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social (2010-2013) é com base nesses dados que a prefeitura desenvolve um trabalho de Proteção Social Básica das famílias em situação de vulnerabilidade, na tentativa de redução dos índices dos fenômenos vivenciados pelas famílias em atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

As ações do CRAS voltam-se à Proteção Social Básica, com caráter preventivo, fortalecendo o acesso a direitos e ao fortalecimento dos vínculos familiares/sociais para evitar o risco social com violação de direitos. Entretanto as ações da Secretaria de Assistência, Trabalho, Cidadania e Inclusão ocorrem desde 1996, quando o bairro contava com 2 anos e foi instituído no município o programa de transferência de renda "Renda Mínima" no qual Campinas foi pioneira. Pela vulnerabilidade da população o CRAS desenvolve três programas de transferência de renda Municipal – Renda Mínima; Estadual - Renda Cidadã e Federal - Bolsa Família. No CRAS são desenvolvidos os Programas de Atenção Integral às Famílias (PAIF), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Pró Jovem, desenvolvidos em parceria com a rede sócio assistencial local. Nas ações sócio educativas são realizados Grupo Mulheres onde se discutem relações de gênero, de Idoso, Gestantes, Jovens, Maternagem, grupo de pais e mulheres do Viva Leite, Renda mínima e Renda Cidadã (CAMILO et al, 2008, p.4).

Desde 1993 o bairro Vida Nova passou por importantes transformações e recentemente vem passando por processo de expansão, pois, através do programa do governo “Minha Casa Minha Vida” foram criados próximo ao bairro Vida Nova dois bairros novos: Parque Campinas e Bairro Rosário, estes constituídos pela construção de casas populares para atendimento de aproximadamente 1.500 pessoas.

Algumas instituições estão presentes no bairro mesmo antes do poder público, como é o caso da Obra Social São João Bosco que desde 1996 desenvolve trabalhos educativos com crianças e adolescentes. Segundo informações contidas no site da obra social o Núcleo Dom Bosco tornou-se essencial para o bairro, uma vez que a clientela atendida é desfavorecida economicamente e carente de formação cristã, ética, social e moral. As características peculiares da população atendida são a desproteção, desestruturação das famílias, alcoolismo, casos de maus-tratos, violência doméstica, negligência, etc.

O bairro conta com instituições educacionais que atendem crianças, jovens e adultos, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 2: Instituições Educacionais na região do bairro Conjunto Vida Nova.

Nome	Bairro	Etapa de Ensino
CEMEI- Mauro Marcondes	Conjunto Habitacional Mauro Marcondes	Creche e Pré-escola
CEI- Nave Mãe Prof Darcy Ribeiro	Conjunto Habitacional Vida Nova	Creche e Pré-escola
EMEJA- Nísia Floresta	Conjunto Habitacional Vida Nova	Educação de Jovens e Adultos
Escola Estadual Profª Rosentina Faria Syllós	Conjunto Habitacional Mauro Marcondes	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.
CEMEI- Dulcinéia Regina Bitencourt Alves	Conjunto Habitacional Vida Nova	Creche e Pré-escola
Escola Estadual Núcleo Habitacional Vida Nova	Conjunto Habitacional Vida Nova	Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.
Escola Estadual Conjunto Vida Nova III	Conjunto Habitacional Vida Nova	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

Fonte: Elaboração própria com base em levantamento das instituições de ensino do bairro.

Outro órgão que está presente no bairro desde 2006 é o Centro de Integração da Cidadania (CIC), programa coordenado pela Secretaria da Justiça e

da Defesa da Cidadania, criado com objetivo de aproximar o cidadão da periferia ao acesso à justiça.

Segundo informações de duas entrevistadas, o CIC oferece serviços públicos de forma gratuita e se tornou um programa de referência no bairro em relação a seu atendimento. Além disso, o CIC tem espaços comunitários para o desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e educativas, tais como a Sala de Leitura e o ACESSA São Paulo (programa de acesso livre à internet, mantido pelo governo de São Paulo).

O bairro possui água encanada, luz, rede de esgoto, iluminação pública, telefonia fixa, terminal de ônibus e alguns comércios que facilitam a vida dos moradores como: mercados com correspondente bancário, loja de roupas adulto e infantil, papelaria, açougue, eletrônica, banca de jornal, loja de artigos gerais, farmácia, dentre outros.

Algumas informações acima foram levantadas e observadas durante quatro anos que estive trabalhando no bairro como professor, dentro deste tempo foi possível analisar que em muitos aspectos o bairro melhorou, mais ainda há muitas ações a serem executadas pelo poder público.

3.2 Caracterização da Escola.

A escolha da escola Conjunto Vida Nova III para compor o universo da pesquisa se deu em função da minha experiência como docente nesta unidade escolar, que está situada na segunda maior região de Campinas em beneficiários do Programa Bolsa Família. Segundo dados do Censo (2010) a região dos bairros Mauro Marcondes, Vida Nova e Friburgo é composta por uma população total de 31.378 habitantes, dos quais 1.459 indivíduos são beneficiários do PBF.

Trata-se de uma escola que foi inaugurada em 2002, com a reivindicação da população, pois antes, os alunos tinham aulas em containers, sem água, sanitários ou qualquer estrutura própria para o atendimento. O ensino oferecido é público e o atendimento voltado a alunos de 6 a 10 anos, que frequentam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, sendo um total de 800 alunos em dois turnos: manhã e tarde. A escola conta com uma diretora, um coordenador pedagógico, cinco assistentes, uma secretária, trinta professores, vinte funcionários

administrativos e de serviços gerais. A unidade tem um refeitório, quadra coberta, dispõem de sala para leitura, vídeo e sala de informática.

Os alunos que frequentam a escola são moradores dos bairros Vida Nova I e II, e de bairros vizinhos como Vila Vitória, Mauro Marcondes e Friburgo. Para os alunos que moram em bairros vizinhos, porém distantes a 2 km ou mais da unidade escolar a prefeitura disponibiliza transporte escolar em parceria com o governo do estado como disposto no decreto municipal de número 17.646 publicado no Diário Oficial do Município em 13 de julho de 2012.

De acordo com o Plano de Gestão Escolar (2011), o ambiente escolar é marcado por uma grande diversidade social e cultural, muitos alunos são migrantes, sendo mais de 70% advindos de outros estados que em sua maioria fazem parte da região sul e nordeste do Brasil. A escola possui um grande fluxo de matrículas e transferências de alunos, que chegam ou vão para outros estados como: Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraná, etc. Também para cidades da região metropolitana de Campinas como: Sumaré, Hortolândia, Indaiatuba, etc. Assim, como para outros bairros em igual situação de vulnerabilidade social como: Campo Belo, Itajaí, Campo Grande, Monte Cristo, Oziel, DICs etc.

Um dos indicadores utilizados para analisar as condições dos alunos da escola estadual Conjunto Vida Nova III, refere-se ao total de alunos beneficiados pelo programa de transferência de renda Bolsa Família. De acordo dados informados pela direção da escola dos 800 alunos matriculados, 300 são beneficiários do PBF, o que corresponde a mais de 1/3 dos alunos matriculados, dos quais 48 estão matriculados nos 5º anos. Estes dados corroboram a baixa renda das famílias, pois o acesso ao Bolsa Família está condicionado à existência de renda familiar per capita de até R\$ 140,00 mensais.

No período entre 2008 e 2012, tive acesso a este ambiente escolar como professora efetiva e desde então, algumas questões relacionadas às dificuldades apresentadas com relação à educação, à frequência escolar e à inserção de 1/3 da população escolar como beneficiária do PBF, me despertaram o interesse para esta pesquisa. Porém, desde janeiro de 2013, já não componho o quadro de docentes da escola o que de certa forma foi favorável para o desenvolvimento da pesquisa, pois acredito que as beneficiárias se sentiram mais a vontade para falar da escola e de suas percepções com relação à educação. Mas, o fato de ter sido

professora nesta comunidade me propiciou momentos durante a pesquisa de estar na casa das pessoas e de certa forma investigando suas vidas.

Em algumas casas era perceptível que as crianças me esperavam e já haviam feito uma apresentação prévia de quem era a professora para suas mães. Das entrevistadas apenas três tiveram filhos estudando comigo durante os quatro anos em que permaneci na escola, mas mesmo para os que não lecionei tinham lembranças minhas da escola. Foi interessante saber que não tinha noção da dimensão do meu trabalho, pois segundo uma das entrevistadas sua filha se queixava *“a professora Angélica é muito brava e eu sempre dizia a ela essa professora ensina de verdade”*. Ao mesmo tempo em que pairava uma crítica no ar, a mãe fazia questão de enfatizar que aquele foi o ano que a filha mais aprendeu, *“acho que eles precisam disso de gente que cobre, porque eles são capazes”*.

Uma entrevistada me falou sobre afetividade *“meu filho nunca estudou com você, mas sempre falava que tinha uma professora na escola que fazia passeios, teatro e que dançava com eles, então quando atendeu ao telefone e era você, ficou doido o menino, me pedia para falar com você”*. Agradei a mãe por me receber e falei um pouco sobre o meu trabalho com as crianças, até para explicar algumas situações que o filho havia relatado a ela.

Em outra casa me deparei com dois adolescentes um com 13 e outro com 14 anos para os quais lecionei em 2008 e 2009, confesso que foi uma surpresa agradável, ambos contavam para a mãe o trabalho que me davam na escola e perguntavam se a mãe lembrava *“e como posso esquecer? Várias vezes chorei com a professora, pois pensava que não teriam jeito”* (risos).

Durante os momentos de entrevistas com essas mães que caracterizamos acima tivemos a oportunidade de perceber que as relações que estabelecem com seus filhos são as possíveis a elas. Essas mães sabem o que seria melhor para seus filhos e se não o fazem talvez seja pelos empecilhos criados pela própria condição social.

3.3 A busca pelos participantes da pesquisa

O critério de seleção que nos direcionou para mães ou responsáveis por alunos do 5º ano do ensino fundamental se deu pelo fato desses alunos estarem encerrando o primeiro ciclo do ensino fundamental. Após levantamento da quantidade de alunos beneficiários definimos que para consecução da pesquisa realizaríamos 20 entrevistas semiestruturadas com mães ou responsáveis por crianças beneficiárias do PBF e matriculadas no 5º ano do ensino fundamental na escola estadual Conjunto Vida Nova III na Região Sul de Campinas, SP.

Tendo como base as informações disponibilizadas pela escola via cadastro no programa e também pelos prontuários dos alunos levantamos que em 2013, 140 alunos estavam matriculados no 5º ano do ensino fundamental e desses 48 recebiam o benefício do PBF. O cadastro nos possibilitou identificar a quantidade de alunos beneficiários em cada série, no 5º ano A são 8 alunos beneficiários; no 5º ano B 15 alunos; no 5º ano C (por se tratar de uma sala de Recuperação Intensiva a quantidade de alunos é menor) 5 alunos beneficiários; no 5º ano D 8 alunos e no 5º ano E 12 alunos.

A definição do universo da pesquisa se deu com base nas informações dispostas nos prontuários dos alunos, portanto tratamos de utilizar o número do RA (Registro do Aluno) para desenvolver um sorteio amostral estratificado por sala. A estratificação da amostra buscou garantir uma porcentagem semelhante da proporção de alunos que recebem Bolsa-Família por sala. A amostra estratificada nos auxiliou a pré-determinar quantos participantes da amostra seriam retirados de cada sala, sendo que esta pré-determinação foi feita de maneira proporcional, porque se adotássemos, por exemplo, uma única sala para o estudo poderia correr o risco de tornar enviesada a pesquisa, uma vez que as salas apresentavam características bem diferentes entre elas. Importante enfatizar que esta amostra não é probabilística e nem representativa do conjunto.

A diretora da escola salientou em conversa estabelecida no primeiro contato que as classes tinham níveis diferentes, *“não se tratava de salas homogêneas, muito pelo contrário”*, segundo ela, os alunos dos 5º anos são compostos por alunos autônomos, com habilidades e competências para a série, mas há também, alunos que ainda estão em processo de alfabetização não concluída e outros que apresentam sérias dificuldades na aprendizagem como é o

caso do 5º ano C. Esta classe é composta por alunos que estão em Recuperação Intensiva, por isso a sala é intitulada de RI.

O professor da sala de RI trabalha com um material diferenciado intitulado de PIC (Projeto Intensivo no Ciclo), sendo a sala composta por uma quantidade menor de alunos (15 alunos), para que o professor consiga dar um apoio para as dificuldades apresentadas, que em sua maioria consiste no problema da não alfabetização e o déficit intelectual.

As quantidades de alunos beneficiários do PBF por série foram dispostas na tabela abaixo:

Tabela 3: Distribuição de alunos beneficiários por série e a quantidade de mães selecionadas.

Série	Número de alunos que recebem o PBF	% do total	Número de alunos selecionados cujas mães participaram das entrevistas	% do total
5º A	8	16,7	4	20,0
5º B	15	31,3	6	30,0
5º C	5	10,4	2	10,0
5º D	8	16,7	3	15,0
5º E	12	25,0	5	25,0
Total	48	100,0	20	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do cadastro de alunos no Programa Bolsa Família.

Após ter em mãos os prontuários dos quarenta e oito alunos, selecionamos, por meio de sorteio vinte alunos que nos remeteram a vinte mães que iriam compor a amostra. Tratamos de iniciar os primeiros contatos em abril de 2013 (via telefone) convidando os responsáveis, no caso as mães para participarem da pesquisa e agendamos o início das entrevistas para maio de 2013. Nos primeiros contatos argumentamos que os interesses da pesquisa eram de ordem acadêmica da pesquisadora, salientando que não havia nenhuma ligação com a escola ou com o PBF, mas se mesmo após ouvir os argumentos da pesquisa o selecionado se negasse a participar, utilizávamos um critério de substituição, desenvolvido no sorteio para entrar em contato com outro selecionado.

No decorrer do contato com as selecionadas para as entrevistas, oito selecionadas negaram a participação, alegando não terem tempo, outras falaram que não queriam participar e as que autorizavam a entrevista, não compareciam

ou não me atendiam em suas casas. Eis que surgiram os problemas para o desenvolvimento da pesquisa, pois uma vez feito o contato telefônico com uma família pré-selecionada, acreditava-se que a entrevista com a permissão prévia do entrevistado se concretizaria. De fato não foi o que ocorreu, algumas famílias demonstraram receio, tinham medo de ter seu benefício cortado, argumentavam que não o recebiam mais, não atendiam ao chamado nas portas de suas casas e nem respondiam ao celular (todos os contatos foram feitos via celular). Por isso, tratei de retomar os contatos telefônicos com as famílias na tentativa de me aproximar o suficiente para que não sentissem receio de receber-me em suas casas ou ir ao meu encontro na escola.

A atitude de aproximação via telefone surtiu efeito, pois foi possível explicar todo o processo da pesquisa e ouvir mais as possíveis entrevistadas, que relatavam suas histórias, falavam das condições de vida, muitas vezes se queixavam com relação ao programa e com isso percebíamos que os laços se estreitavam, pois sentiam a necessidade de falar e serem ouvidas. Mas, ainda assim, três mães se negaram a participar e foram substituídas na amostra.

As entrevistas foram desenvolvidas em momento e horário conveniente às entrevistadas e antes de seu início foi lido e explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE (Anexo 1), enfatizando o caráter voluntário da participação, o anonimato e o fato de que as entrevistadas poderiam se recusar a responder qualquer pergunta ou interromper a entrevista caso julgassem necessário.

Das vinte entrevistas, quatro foram desenvolvidas na escola em um momento de atividade cultural (Festa Junina). Neste caso, as mães se colocaram à disposição para serem entrevistadas neste dia, pois já estariam na escola à disposição de seus filhos. Outras seis entrevistas ocorreram na escola em horários agendados durante o período normal de aula e dez entrevistas ocorreram nas casas das selecionadas. As dez entrevistadas que me receberam em suas casas o fizeram como se eu fosse uma pessoa “importante”, que as queria ouvir e talvez na cabeça delas pudesse fazer algo por elas.

A seguir descrevo as entrevistadas e apresento o contexto em que as entrevistas foram realizadas. Porém antes de apresentá-las, aproveito para informar que todos os nomes das participantes são fictícios para garantir o sigilo e o anonimato de suas participações, tal como previsto no TCLE.

3.4 As entrevistadas e suas vivências

Como já mencionado acima, algumas entrevistas foram desenvolvidas nas casas das beneficiárias do PBF, outras na escola em momento de festividade ou em horários convencionais de aula. Apresentamos a seguir os relatos e as impressões desses contatos, com intuito de evidenciar que as entrevistas e as informações por elas coletadas, foram feitas num determinado contexto em que há um conjunto de informações, emoções e linguagens (não verbais) acionadas que vão além do transcrito em suas falas. Tornou-se importante levar em conta esses contextos na análise das entrevistas realizadas.

Na primeira casa a sensação na chegada era exatamente a de “ser uma pessoa importante”, pois tinha um sofá na sala parece que preparado para mim, às crianças estavam calmas, como se tivessem sido orientadas a não atrapalhar, ficaram ali ouvindo a entrevista e observando. Após uns dez minutos entraram para um quarto que não tinha portas e se amontoavam em cima dos colchões, alguns comiam ali, foi aí que mãe me relatou que as crianças não tinham camas e que os sete filhos se dividiam em colchões para dormir. Durante a nossa conversa um rapaz adentrou a casa e a mãe fez questão de dizer que eu era uma professora que pesquisava o Bolsa Família e que ela estava participando dando uma entrevista, lembro que utilizou um termo “*olha que chique*” e sorriu. A entrevistada Ana, tem 47 anos, é viúva, empregada doméstica, mãe de dez filhos dos quais sete ainda moram com ela, as idades dos filhos variam de 27 a 8 anos, completou o ensino médio e na época da entrevista havia trancado o curso de técnico de enfermagem pelo motivo de estar desempregada e, é natural de Campinas. Está no PBF desde o nascimento de sua filha Júlia (nome fictício), isso data de dez anos atrás e tem histórico de participação no Programa de Garantia de Renda Mínima. As histórias e a esperança dessa mulher me comoveram de uma maneira que não sei explicar, recordo que ao sair da casa em direção ao meu carro, ela me acompanhou até a porta e me disse apareça mais, venha nos ver, isso mexeu comigo, pois afinal era uma estranha para ela, mas de certa maneira parecia que o fato de ouvi-la nos aproximou. Confesso que chorei ao sair da casa, pois me sentia incomodada com o que vi e ao mesmo tempo me sentia invadindo a vida de uma pessoa sem poder fazer muito por ela. O fato de estar

desenvolvendo uma dissertação na qual sua história e suas percepções estão presentes de certa forma causa um alívio, pelo menos de dar voz a esta mulher.

Na segunda casa também fui muito bem recebida, as impressões era de uma casa que havia sido muito limpa para receber uma pessoa, lembro-me de que a dona da casa fez questão de me mostrar cômodo por cômodo e por fim me mostrar o “barraquinho” no fundo do quintal em que moraram por vários anos. Falou-me do quanto já melhorou sua vida, mas também dos processos dolorosos, do sofrimento, mas a maioria das histórias era de superação. A mulher a que me refiro, aqui vou chamá-la de Janalice, tem 42 anos, é casada, mãe de três filhos, o primeiro de 20 anos mora com a avó materna, o segundo tem 10 anos e a caçula de 8 anos permaneceram com ela, estudou até o primário (antiga quarta série) e é natural do Paraná. Segundo o que relatou sua relação com o trabalho acontece na informalidade, pois segundo ela, trabalha quando surgem oportunidades com limpeza ou como diarista. Recebe o PBF há um ano, mas informou que também participou do Programa de Garantia de Renda Mínima há alguns anos atrás. Recordo-me do cuidado dessa entrevistada em me servir um café ao final da entrevista e me presentear com uma trufa, que segundo ela, faz para vender na igreja e aumentar sua renda.

Na terceira casa percebi a angústia de uma mãe esclarecida, mas cansada, parecia que nossa conversa tinha um tom de desabafo. Nosso encontro foi no início da noite, após um dia cansativo de trabalho e grande parte das angústias que me apresentou foi com relação às diferenças percebidas por ela por trabalhar em um colégio particular de grande referência, por isso levantou questões importantes em relação à escola de suas filhas, segundo ela, “*a escola ensina o básico*”. Trata-se de Paula, uma mulher de 37 anos, casada, mãe de duas filhas, uma de 12 anos e outra de 10 anos, trabalha registrada como servente escolar em um colégio particular em Campinas, tem o segundo grau completo e, é natural de Campinas. Atualmente é responsável pela renda da casa, uma vez que seu marido está desempregado, portanto, a renda é composta por seu salário e pelo PBF que recebe desde 2007.

Na quarta entrevista me deparei com uma mãe jovem, com três filhos com idades entre 10 e 7 anos. A casa onde me recebeu segundo a entrevistada é de seus pais, que a auxiliam no cuidado com as crianças uma vez que o pai dos “meninos” não participa da vida dos filhos. Suzana tem 26 anos, mora junto com

seu companheiro que não é pai dos seus filhos, tem três filhos, uma de 10 anos, outro de 8 e o caçula de 7 anos, cujos pais não ajudam na “criação” das crianças, estudou até a 5ª série, trabalha como diarista e, é natural de Mauá, São Paulo. Com relação ao benefício do PBF ela o recebe há 5 anos e anteriormente recebia o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Na quinta casa conheci Luzia, assim vou chamá-la, trata-se de uma mulher de 46 anos, casada, seu marido encontrava-se sem trabalhar e acamado, pois, recentemente havia passado por uma cirurgia de próstata e estava em recuperação. Luzia é mãe de quatro filhos, três filhas são casadas, as idades são 30, 32 e 27 anos, por isso somente o filho menor de 10 anos mora com ela, estudou até a terceira série do ensino fundamental e, é natural de Junqueirópolis, São Paulo. Durante a entrevista argumentou que não tem uma profissão, pois, dedicou sua vida a cuidar do filho que tem problemas pulmonares graves, por isso, se caracteriza como “do lar”, pelo fato de cuidar da casa, do filho e não trabalhar. Mas, demonstrou ter anseios pelo trabalho, pois segundo ela gostaria de trabalhar, para ter uma vida melhor, pois as únicas rendas da casa são um salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que recebe pela doença do filho e o PBF que recebe há 5 anos. Percebi certo desespero quando questionada sobre o PBF e disse *“foi Deus que iluminou pra que alguém fizesse algo pros pobres”*, e enfatizou *“esse programa não pode acabá”*. Ao ser perguntada se este seria o primeiro programa social que participava, relatou que antes do PBF participou do Programa de Garantia de Renda Mínima há muitos anos atrás quando suas filhas eram pequenas.

A entrevistada seguinte foi ao meu encontro na escola para que pudéssemos realizar a entrevista. Ela foi acompanhada de seu filho do meio que tem 10 anos. Neste dia a escola preparava uma festa junina e eu esperei Silvana logo pela manhã como havíamos combinado por telefone. Ao chegar se mostrou um tanto quanto acanhada, mas aos poucos foi se soltando, me relatou que tem 35 anos, é solteira, mãe de três filhos dos quais os pais são diferentes e não pagam pensão alimentícia, mora sozinha com a filha de 17 anos, o filho de 10 anos e o caçula de 3 anos, é diarista, “mora de favores” no quinta da mãe, estudou até a 4ª série do ensino fundamental e, é natural do Paraná. Suas experiências com relação a trabalho, sempre foram braçais, pois, sempre trabalhou *“limpando as coisas dos outros”*, disse durante a entrevista que vem

tentando outros tipos de serviços que não sejam limpeza, mas que infelizmente não tem estudo para isso. Relatou que recentemente tinha tentado uma vaga de caixa, mas não soube fazer as contas exigidas na entrevista, neste momento chorou. Tentei questioná-la sobre uma possível retomada nos estudos e me respondeu *“até que eu gostaria, mas se fizer isso meus filhos não comem, não tem saída”*. Esta mulher me apresentou certa conformidade com a situação que me incomodou, mas enfim, compreendo que tem suas razões. Com relação ao PBF disse que há 9 anos vem recebendo o benefício e que durante um tempo de sua vida participou do Programa de Garantia de Renda Mínima. Durante toda entrevista o filho esteve ali presente, observando a mãe e ao final perguntou se mãe poderia lhe dar um real para participar da pesca (brincadeira da festa junina), a mãe lhe respondeu que não tinha dinheiro, o garoto fez uma cara desolada, porém se mostrou compreensivo, nem parecia uma criança que quando quer algo, esperneia, esbraveja, só disse com a voz embargada *“tá”*, novamente a conformidade perante a situação parecia ser passada de mãe para filho. E como estranha naquela situação, não consegui me ater e passei um dinheiro para que o garoto pudesse desfrutar daquela brincadeira. Sei que minha ação momentânea em nada modificará a vida daquela criança, mas foi impulsivo. Confesso também que em função das lembranças da minha infância, este momento foi particularmente dolorido, de certa forma me vi naquela criança.

Na sexta casa que visitei, conheci Dinorá, uma mulher com 35 anos de idade, casada, mãe de dois filhos, um de 10 e outro de 4 anos, doméstica, porém recentemente optou em sair do trabalho para cuidar dos filhos, tem o ensino fundamental completo e, é natural de Poços de Caldas, Minas Gerais. Dinorá me recebeu na área em frente a sua casa, em um sábado em que lavava roupas e o barulho da máquina de lavar atrapalhava um pouco a nossa conversa, digo que por pouco tempo, pois seu filho maior se preocupou em desligá-la, pois tive receio em solicitar, uma vez que esta era a terceira tentativa de conseguir a entrevista. A casa fica em um bairro distante acerca do aeroporto de Viracopos, trata-se de um quintal grande como três casas, onde moram três famílias, a mãe de Dinorá, ela e sua família e a irmã e sua família. Ela relatou que todos se ajudam com relação às crianças, mas que, não seria justo da parte dela deixar seus filhos sobre a responsabilidade de sua mãe ou irmã, por isso, decidiu deixar o emprego e fazer pequenos bicos em casa, para poder cuidar dos filhos. Com relação ao PBF

relatou que há 4 anos recebe o benefício e que também recebeu o Programa de Garantia de Renda Mínima. Dinorá se mostrou muito preocupada com a educação de seus filhos e criticou o fato da educação ser oferecida somente em meio período nas escolas, segundo ela *“as crianças que recebem o Bolsa Família deveriam ter escolas em período integral para que os pais pudessem trabalhar”*.

Dayane outra mãe jovem que foi ao meu encontro na escola no dia da festa junina, se apresentou de maneira muito articulada e bem vestida. Relatou que tem 24 anos, é casada, mora com o marido, o sogro e seus três filhos, o mais velho de 10, o do meio de 7 e o caçula de 5 anos, disse que está desempregada, mas trabalhava como operadora de caixa, tem o ensino médio completo e, é natural de Teresina, Piauí. Alegou que migrou com os pais em busca de melhores condições de vida, pois segundo ela *“Teresina não é lugar de gente”*, ao ser indagada do porque se referia a sua terra natal dessa maneira, me disse que lá não tem a mesma estrutura que se tem aqui, *“lá se trabalha muito e ganha quase nada”*, por isso se sentia satisfeita com a mudança para Campinas. Com relação ao PBF disse que o recebeu durante 3 anos, mas que recentemente teve seu benefício “cortado” em função da renda familiar que aumentou devido à aposentadoria de seu sogro. Argumentou que o PBF ajudou muito, porém, faz críticas a ele com relação ao conteúdo e temática dos cursos que oferece, *“parece que querem que a gente não saia disso”* se referindo aos cursos de copeira, pedreiro e pintor, oferecidos pelo PBF.

No sábado, 28 de junho de 2013, estive o dia inteiro na escola à disposição das mães que haviam agendado esta data para a entrevista em função da festa junina. Eliana foi uma das mães que agendou comigo esta data, mas enfatizou que somente me concederia a entrevista após a apresentação da sua filha que seria a “noiva” da quadrilha (dança apresentada pelos 5º anos). Após a apresentação da dança, a mãe me procurou para conceder a entrevista. Eliana tem 29 anos, é solteira, trabalha registrada como promotora, estudou até a 5ª série, é natural de Campinas, tem duas filhas, uma de 10 e outra de 6 anos, mora sozinha com as filhas. Segundo ela os pais não participam da vida das crianças, recebe o PBF desde 2008 e não tem registro de participação em outros programas sociais.

Outra mãe entrevistada no período da festa junina foi Rosa, uma mulher de 27 anos, mas que aparentava muito mais, seu semblante cansado e seus dentes

em mau estado a impediam de sorrir e até mesmo de conversar sem constrangimento, a todo o momento leva a mão na boca. Ao ser perguntada se algo a incomodava me disse que não gostava de mostrar seus dentes, perguntei se já havia procurado um tratamento e me respondeu ser caro. Com relação a sua situação atual, relatou que estava desempregada no momento da entrevista, mas que tinha experiência como auxiliar de serviços gerais, disse que trabalhava em um haras e que lá trabalhava e morava, mas que agora terá que encontrar casa e trabalho. Disse-me que é mãe de três filhos, um de 11, outro de 10 e o “pequeno” de 7 anos, é separada, casou-se aos 15 anos de idade, segundo ela porque não havia muita opção, atualmente mora sozinha com os filhos, estudou até a 5ª série e, é natural do Paraná. Com relação a sua mudança de Estado, disse que veio com os pais em busca de trabalho e melhores condições de vida, mas segundo ela seus pais não conseguiram se adaptar em Campinas e ficavam indo e voltando, até que resolveram ficar no Paraná e ela decidiu ficar em Campinas, por julgar ser o melhor para os seus filhos. Sobre o PBF disse que o recebe desde o seu início, há 10 anos, e que anterior a ele recebia o Bolsa Escola.

A entrevista com a Fátima ocorreu na escola em um dia comum de aula, neste dia chovia muito e me preocupei com fato de uma possível desistência, por isso fiz um contato telefônico previamente, a entrevistada manteve o combinado e compareceu na hora marcada. Fátima tem 35 anos, é casada, natural de Campinas, tem uma filha de 10 anos, concluiu o ensino médio, é auxiliar de limpeza e trabalha em regime de contratação. Durante a entrevista relatou que o trabalho que tem hoje é devido a um processo seletivo interno que participou em uma escola do bairro, pois antes disso trabalhou um período de sua vida com reciclagem, disse que era “*catadora*” e que a filha a acompanhava e ajudava no trabalho. Contou emocionada que a menina a ajudava e quando encontrava livros no lixo, ficava eufórica, pois, segundo ela, a filha adora ler e tem o sonho de ser veterinária. A mãe demonstrou por meio de sua fala a esperança que deposita na filha “*por isso, quero que minha filha estude e seja o que eu não puder ser*”. Com relação ao PBF relatou que há 5 anos o recebe, porém ressalta que nunca foi “*de pegar nada do governo*”, mas admite que o programa “*ajudou muito*” na fase mais necessitada de sua vida.

O contato com esta outra entrevistada me despertou a atenção, pois ao tentar explicar o porquê do meu telefonema, quando ouviu o nome Bolsa Família, a mesma pensou erroneamente que se tratava de alguém responsável pelo programa e que conseguiria resolver seu problema de corte do benefício, expliquei que não se tratava disso. Mas mesmo assim aceitou conversar e dar entrevista, no mesmo dia no período da tarde apareceu na escola munida de documentos que comprovavam ser beneficiária e todos os recibos de gastos mensais. Novamente expliquei a ela do que se tratava minha pesquisa, mas a mãe em desespero pelo corte do benefício me perguntava se não teria uma maneira de ajudá-la, disse que a única coisa que poderia fazer era entrevistá-la e que de repente assim, poderia demonstrar seu descontentamento com o programa e assim o fez. Janaína relatou que tem 30 anos, é casada, tem uma filha de 10 anos, é operadora de caixa, mas no momento da entrevista encontrava-se desempregada, tem o ensino médio completo e, é natural de Campinas. Com relação ao PBF disse que o recebia desde 2010, porém em maio de 2013 *“cortaram”* seu benefício devido a incompatibilidade de renda, o que segundo ela é *“absurdo”*, pois não sabem o quanto de gastos tem por mês, argumentou que *“ninguém vai na minha casa pra saber das minhas necessidades, pra saber o quanto ganho e gasto pra sobreviver, esse dinheiro que cortaram vai fazer falta pra minha filha”*. Mostrava-se muito insatisfeita e alegava ter entrado em contato com todos os órgãos necessários, *“até pro MDS eu mandei email, mas ninguém me respondeu”*.

Para realizar a entrevista seguinte entrei em contato pelos telefones que constavam no prontuário da criança e, para minha surpresa, o pai foi nosso primeiro contato, pois os telefones direcionaram para ele. Apresentei-me, falei a respeito da pesquisa e sobre a possibilidade de uma entrevista, o mesmo me disse que neste caso quem poderia me atender seria sua esposa, mas pediu para que entrasse em contato no dia de sua folga no trabalho, me passou o dia e horário que poderia falar com ela. No dia marcado liguei para a esposa que aceitou me conceder a entrevista em sua casa. Eliete tem 33 anos, é casada, tem três filhos, um de 15, outro de 10 e a caçula de 7 anos, trabalha registrada como auxiliar de limpeza em um hospital, cursou até a 8ª série do ensino fundamental e, é natural de Campinas. A respeito do PBF disse que o recebe há 9 anos e que anterior a este recebeu o Programa de Garantia de Renda Mínima, por um

período de um ano. Falou que ambos os programas a ajudaram muito, principalmente quando as crianças eram menores.

A próxima entrevistada mora em um sítio que admito não foi fácil de encontrar, para chegar à casa de Dona Maria, recorri a recursos tecnológicos de localização, porém o local não consta no localizador, por isso dona Maria foi me orientando via telefone. Ao chegar ao sítio, dona Maria foi me buscar de botas sete léguas e com um guarda-chuva, pois se tratava de um dia de muita chuva, após atolarmos o pé no barro, adentramos a casa que segundo sua dona “*não tem frescura minha filha*”. Sentei-me em um sofá na sala e na outra poltrona havia uma criança assistindo a uma televisão muito antiga, olhei em direção a janela e havia uma galinha na soleira, o ar era pacato e a casa tinha um forte cheiro de lenha queimada. Dona Maria com ares muito simples me disse que mora neste sítio há 30 anos e que não sabe como é a vida na cidade, pois sua vida praticamente foi toda ali. Trata-se de uma senhora franzina de 56 anos, viúva, mãe de oito filhos cujas idades vão de 36 a 10 anos, três filhos ainda moram com ela, faz pequenos trabalhos como passar, lavar e faxinar para os donos do sítio, é analfabeta e, é natural de Atibaia, São Paulo. Com relação ao PBF disse que o recebe há 10 anos e que durante alguns anos recebeu um programa de distribuição de leite pelo posto de saúde, que não soube dizer o nome.

Esta entrevistada foi ao meu encontro na escola, se mostrou uma mulher muito esclarecida e falava muito bem, confesso que sua articulação e vocabulário me impressionaram. Vilma tem 38 anos, é separada, segundo ela foi abandonada pelo marido no momento que mais precisou dele, pois estava doente e acamada. Estudou até a 5ª série do ensino fundamental, é natural de Dracena, São Paulo, tem três filhos, dos quais o mais velho de 24 anos é casado, o filho do meio tem 17 e a caçula tem 10 anos de idade, é doméstica, mas não tem exercido a profissão, disse que acha absurda a exploração sobre uma doméstica em função de um salário mínimo. Argumentou que atualmente trabalha com reciclagem é “catadora” e que os filhos a ajudam neste ofício. Porém evidenciou que orienta os filhos a estudarem e que eles a ajudam somente nas horas vagas, “*sempre digo para os meus filhos é a escola que vai dar alguma coisa pra vocês, porque o mundo é mal, é cruel, ele não dá nada de bom*”, salientou que sua vida sempre foi muito sofrida e que por um tempo foi viver no litoral para tentar algo melhor “*foi um tempo que não gosto nem de lembrar, passei fome com meus filhos, foi aí que*

comecei a catar latinha nas ruas para dar de comer a eles". Com relação ao PBF disse que o recebe há 3 anos e que o programa para ela é tudo, pois se *"muitas famílias dizem que ele serve para comprar roupa, calçado ou sei lá o quê, para mim ele serve de alimento, é com ele que eu e meus filhos comemos"*. Mas argumentou que não quer se acomodar que quer mais da vida *"não quero ser sustentada pelo governo, no momento isso é um apoio, sempre digo aos meus filhos eles tem que estudar ser alguém na vida, porque gente como eu, acaba sendo a escória da sociedade"*. Neste momento se emocionou muito, parecia que este discurso estava contido pelos anos de sofrimento e de certa maneira ela conseguiu colocar para fora. Ela pediu desculpas, falou que despejou anos ruins de sua vida sobre mim, eu lhe disse o quanto foi importante ouvi-la e a questioneei sobre sua articulação, vocabulário, queria saber de onde vinha, uma vez que me disse ter estudado até a quinta série. Respondeu-me que sempre gostou de ler e que segue lendo muito *"o barato de ser catadora, é que encontro nas ruas aquilo que as pessoas não querem mais e te digo que livros encontro muitos, a leitura para mim também é uma fuga, quando leio esqueço da vida miserável que vivo agora"*.

A entrevista com Socorro ocorreu na escola em período normal de aula, ela foi ao meu encontro e aproveitou o momento de estar na escola para conversar sobre o rendimento de sua filha com a professora, pois segundo ela a menina *"apronta muito"*. Socorro me disse que tem 47 anos, é separada, tem cinco filhas, a mais velha tem 22, as outras têm 18, 14, 10 e 6 anos de idade, mora sozinha com suas filhas, é diarista, estudou até a 4ª série e, é natural de Pirassununga, São Paulo. Falou sobre o sofrimento de "criar" as filhas sozinha e ao ser questionada se todas as filhas eram de um mesmo pai, me disse que as quatro primeiras sim, mas segundo ela, o pai nunca ajudou em nada *"eu mais sustentava ele do que ele me sustentava"*. Com relação à última filha, disse que era fruto de um erro, pois conheceu um homem e se apaixonou, *"ele me virou a cabeça menina, larguei tudo que tinha aqui e fui atrás dele"*. Perguntei o porque do "erro", então me respondeu que por conta do pai da última filha, deixou Campinas e foi se aventurar na Bahia, aliás segundo ela *"fui me ferrar na Bahia"*, alegou que foi abandonada pelo homem lá e conseguiu voltar porque recebeu ajuda de assistentes sociais no local e que nesta época foi orientada a fazer seu cadastro no Bolsa Família e passou a receber o benefício, isso há 4 anos. Desabafa que

conseguiu voltar e retomou sua vida, resgatou suas filhas *“que estavam pelas mãos dos outros”* e que desde então vive para suas filhas e que não quer mais homem em sua vida.

A próxima entrevistada vou chamá-la de Rosana, uma mulher bonita, esclarecida, se apresentou muito bem vestida. Relatou que tem 34 anos, é solteira, tem dois filhos, uma menina de 10 anos e um bebê de 11 meses cujos pais são diferentes e não moram com ela, é atendente de telemarketing, mora com a mãe que é aposentada, completou o ensino médio e, é natural de Vitória, Espírito Santo. A respeito da mudança de Vitória para Campinas, disse que fez em função de melhores condições de vida, pois segundo ela onde morava anteriormente não havia muitas opções de trabalho. Relatou que primeiro veio sozinha e deixou sua filha com a mãe, pois segundo ela *“era uma tentativa e poderia não dar certo”*, ficou sozinha por um ano até conseguir trabalho e uma casa para que pudesse trazer a filha e a mãe. Com relação ao Bolsa Família disse que tomou conhecimento quando engravidou do segundo filho e novamente o pai não assumiu a criança, *“me desesperei neste momento e fui buscar auxílio na assistência social do bairro, lá fui orientada a inscrever-me no PBF e passei a receber durante a gravidez, isso já faz 1 ano e 8 meses”*. Rosana se mostra como uma mulher forte, responsável e ciente de que uma vida melhor para seus filhos depende unicamente dela, por isso diz *“acompanho a vida escolar da minha filha e com certeza farei o mesmo com meu filho, pois a vida sempre foi muito difícil pra mim e dentro do possível não quero que seja assim para eles”*.

A casa de Lucinda visitei em agosto, trata-se de um lar simples em um lugar de difícil acesso. Ao receber-me a dona da casa parecia cansada, me disse que havia trabalhado o dia inteiro e a agradei pelo fato de dispor de um tempo para a entrevista, sentamos na entrada da casa e ela começou a falar como quem quer terminar logo. Relatou que tem 45 anos, é separada, mas que atualmente namora o pai de seu último filho. Têm seis filhos, os mais velhos com idades de 24 e 22 anos, não moram mais com ela, pois já tem seus companheiros, os outros com idades de 19, 18, 16 e 11 anos ainda moram com ela, é auxiliar de limpeza, trabalha em regime de contratação, estudou até a 5ª série e, é natural de Campinas. Ao ser questionada sobre a educação dos filhos, disse que os mais velhos não querem saber de muita coisa e que suas esperanças estão depositadas no menor que segundo ela, vai bem na escola. Disse que recentemente teve seu

benefício cortado, pois sua filha de 16 anos não queria mais ir para a escola e argumentou que não sabia o que fazer “*ela não quer ir, eu vou fazer o quê? Amarrar e levar eu não pode*”, alegou que neste ponto o PBF é injusto “*porque corta tudo e o menino estava indo pra escola, por isso é injusto, por causa da descabeçada da menina, meu filho também ficou sem*”. Com relação ao PBF disse que o recebe a 10 anos, que recebia o Bolsa Escola e também recebeu o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Para realizar esta entrevista fui a uma escola onde Ângela, assim vou chamá-la trabalha. A mulher me recebeu em seu horário de almoço e disse estar a um mês trabalhando para uma empresa terceirizada e que por isso não dispunha de tempo para atender-me em outro momento. Nossa entrevista ocorreu no refeitório da escola, em um momento que ela já havia almoçado e me esperava segundo o nosso combinado. Disse que tem 26 anos, é casada, têm duas filhas, uma de 10 e outra com 4 anos de idade, é auxiliar de limpeza e trabalha em regime de contratação, estudou até a 8ª série e, é natural de Rancharia, São Paulo. Contou que saiu do interior de São Paulo com sua mãe por motivo de separação dos pais e que está em Campinas há 13 anos. Com relação ao PBF relatou que o recebe há 3 anos, mas se recorda de que na sua infância sua mãe recebia o Programa de Garantia de Renda Mínima, “*passamos muitas dificuldades eu e meus irmãos, pois minha mãe cuidou de nós sozinha*”. Durante a entrevista se mostrou um pouco fechada e não estendia muito suas respostas, talvez em função de estar em seu ambiente de trabalho.

A última entrevistada me recebeu em sua casa, Dirce, uma mulher falante e com aparência de “general” (essa expressão partiu da própria entrevistada). Segundo ela, tem 44 anos, é natural de São Vicente, São Paulo, é casada pela segunda vez, pois relatou que seu primeiro marido foi embora com outra mulher e a abandonou com seis filhos. Casou-se novamente e não tem filhos com seu atual marido, porém diz que a filha mais nova o chama de pai, pois estão juntos há 11 anos e a menina tem 12 anos de idade, “*ele me salvou é o amor da minha vida e é o pai dos meus filhos, ele me ajudou a criar todos eles*”. Com relação à educação dos filhos disse que fez o possível, mas nenhum gostava muito de estudar e se referindo a única filha que continua na escola disse que “*a danada tá atrasada nos estudos*”, pois seus outros filhos com idades de 26, 25, 23, 21 e 19 anos são casados, tem seus empregos e não pensam em voltar a estudar,

nenhum concluiu o ensino médio. Disse que trabalha como auxiliar de limpeza em regime de contratação e que isto é motivo de orgulho, pois tem a carteira de trabalho assinada, uma vez que *“isso é difícil para quem só estudou até a sétima série”*. Relatou que assim que teve sua carteira assinada pediu para que o benefício do PBF fosse cancelado, pois segundo ela não precisava mais, porém falou que o recebeu por 6 anos e que a ajudou muito, principalmente quando os filhos eram pequenos.

Durante os meses em que a pesquisa foi desenvolvida em campo, ou seja, nas casas das pessoas, na escola (em momento festivo ou não), tivemos a oportunidade de ir além da coleta de dados. Os contatos que relatados acima não trouxeram somente informações, eles foram mais que isso, pois causaram emoções, indignação, revolta e ao mesmo tempo admiração por essas mulheres que se mostraram tão fortes nas entrevistas. Não será possível analisar tudo que foi dito, percebido, sentido etc, mas na sequência apresentamos uma síntese das características gerais das entrevistadas e buscamos levar em conta todas as percepções dos contatos nas análises das entrevistas.

Ciente das simplificações decorrentes de qualquer classificação, apresentamos tabela síntese da caracterização das beneficiárias, classificadas por nível de escolaridade.

Tabela 4: Distribuição das beneficiárias do PBF por escolaridade.

Nome	Ida De	Estado Civil	Escola ridade	Qtde. filhos	Natural de:	PBF anos	PG RM	Profis- São	Valor recebido em 2012
Maria	56	Viúva	Analfa beta	8	Atibaia- SP	10	Não	Diarista	1.100,00
Luzia	46	Casada	3ªsérie	4	Junqueiró polis- SP	5	Sim	Do lar	1.224,00
Socorro	47	Separa- da	4ªsérie	5	Pirassu nunga	4	Não	Diarista	2.376,00
Janalice	42	Casada	4ªsérie	3	Paraná	1	Sim	Diarista	1.756,00
Silvana	35	Solteira	4ªsérie	3	Paraná	9	Sim	Diarista	2.082,00
Lucinda	45	Separa- da	5ªsérie	6	Campinas	10	Sim	Aux. de serviços Gerais	612,00
Vilma	38	Separa- da	5ªsérie	3	Campinas	3	Não	Catador a	1.680,00
Eliana	29	Solteira	5ªsérie	2	Campinas	5	Não	Promoto ra	1.608,00
Rosa	27	Separa- da	5ªsérie	3	Paraná	10	Não	Aux. de serviços Gerais	1.992,00
Suzana	26	União estável	5ªsérie	3	Mauá- SP	5	Sim	Diarista	2.040,00
Dirce	44	Casada	7ªsérie	6	São Vicente- SP	6	Não	Aux. de serviços Gerais	1.902,00
Dinorá	35	Casada	8ªsérie	2	Poços de Caldas- MG	4	Sim	Domésti ca	2.064,00
Eliete	33	Casada	8ªsérie	3	Campinas	9	Sim	Aux. de serviços Gerais	1.152,00
Ângela	26	Casada	8ªsérie	2	Rancharia -SP	3	Não	Aux. de serviços Gerais	1.608,00
Ana	47	Viúva	Médio comp.	10	Campinas	10	Sim	Domésti ca	2.938,00
Paula	37	Casada	Médio comp.	2	Campinas	6	Não	Serven- Te	1.608,00
Fátima	35	Casada	Médio comp.	1	Campinas	5	Não	Aux. de serviços Gerais	1.224,00
Rosana	34	Solteira	Médio comp.	2	Vitória- ES	2	Não	Atend. Telemar- keting	1.768,00
Janaína	30	Casada	Médio comp.	1	Campinas	3	Não	Op. de caixa	1.224,00
Dayane	24	Casada	Médio comp.	3	Teresina- PI	5	Não	Op. de caixa	2.544,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelas beneficiárias do PBF. Os valores dos benefícios recebidos em 2012 foram pesquisados no Portal da Transparência do governo federal.

Tendo por base as informações coletadas e apresentadas na tabela acima é possível verificar que as idades das mulheres variam entre 24 e 56 anos. Seis

entrevistadas têm idades entre 24 e 30 anos, sete entre 31 e 40 anos, seis entre 41 e 50 anos e, uma acima dos 50 anos. O perfil jovem das entrevistadas caracteriza-se pelo fato de que 13 das 20 mulheres têm até 40 anos.

As entrevistadas falaram a respeito de suas situações conjugais, dez delas disseram que são casadas, quatro separadas (nestes casos, relataram situações de abandono por parte dos maridos). Três mulheres são solteiras, porém já mantiveram relacionamentos conjugais com os pais de seus filhos. Duas são viúvas e uma vivendo em união estável (a entrevistada informou este tipo de união, pois assim, seus filhos passaram a ter direito ao convênio médico por parte da empresa de seu companheiro).

A escolaridade das entrevistadas mostra que seis delas concluíram o ensino médio, três estudaram até a 8ª série, uma até a 7ª série, cinco até a 5ª série, três até a 4ª série (antigo primário), uma até a 3ª série e uma é analfabeta. Das seis mulheres que concluíram o segundo grau, cinco são de Campinas e uma de Vitória, Espírito Santo.

Nas falas de seis entrevistadas percebe-se certa dificuldade em concluir os estudos como a falta de estímulos, a distância que enfrentavam para chegar à escola, as gravidezes que ocorreram em período escolar, o que ocasionou o abandono escolar após o nascimento dos filhos.

“Eu sempre estudei em escola pública só que na minha época eu morava em roça, então tinha que andar muito pra chegar até a escola. Desde os primeiros anos eu não tinha meus pais pra me levar pra escola, acordava cedo, andava muito, é isso que eu não quero pra minha filha. Quero que ela tenha tempo pra estudar, pra se dedicar ao sonho dela que é ser bailarina, então que vá ser uma bailarina futuramente” (Rosana, 34 anos, ensino médio completo).

Rosana e mais cinco mulheres concluíram o ensino médio, perfazendo 30% das entrevistadas com segundo grau completo. No caso de Rosana especificamente, sua fala indica que a despeito de todos os percalços, como o fato de viver na roça o que demandava certa distância até a escola, a mesma conseguiu com esforço se formar no ensino médio.

“Não estudei, eu cheguei a fazer até a quinta série, só que eu não terminei. Eu engravidei e parei, não tinha ânimo pra ir à escola. Aí quando eu comecei a falar de voltar, engravidei de novo e desisti, não voltei mais” (Suzana, 24 anos, 5ª série).

Já no caso de Suzana o fato de ter deixado de frequentar a escola esteve ligado às gravidezes que ocorreram precocemente. A primeira gravidez aos treze

anos de idade e num intervalo de mais ou menos dois entre cada uma engravidou mais duas vezes, este fato, segundo ela a impossibilitou de retornar à escola.

De acordo com o nível escolar e profissões apresentadas pelas entrevistadas é possível perceber que a escolaridade interfere na profissão, com mais ou menos qualificação. Das dez entrevistadas que possuem nível escolar até a 5ª série, cinco são diaristas, duas são auxiliares de limpeza, uma é promotora de produtos alimentícios, uma é catadora de reciclagem e uma não trabalha. Das quatro mulheres que frequentaram a escola até a 8ª série, três são auxiliares de limpeza e uma é empregada doméstica. Entre as seis entrevistadas que cursaram o ensino médio completo duas são operadoras de caixa, uma é atendente de telemarketing, uma é servente escolar, uma é auxiliar de limpeza e uma é empregada doméstica.

“Gostaria de trabalhar sem ser na área de limpeza, em outra função, mas se não dá eu continuo onde eu estou não posso trocar, meus filhos precisam disso” (Silvana, 35 anos, 4ª série).

“Se eu tivesse o segundo grau eu não era uma faxineira, com certeza não era. Se eu tivesse estudo, melhor se tivesse obedecido minha mãe naquele tempo, não tinha saído da escola pra trabalhar” (Janalice, 42 anos, 4ª série).

Na fala dessas entrevistadas é possível perceber certo descontentamento com relação à função que desempenham, porém alegam que a impossibilidade da troca de profissão está associada à falta de formação escolar e profissional.

Com relação às quantidades de filhos as entrevistadas apresentaram números bastante diversos, uma mãe tem dez filhos, outra oito, duas delas tem seis, uma tem cinco, outra quatro, sete mães com três, cinco com dois filhos e duas mães que tem um filho cada. A quantidade de filhos parece não influenciar nas perspectivas de futuro que as mães anseiam para os mesmos, isso foi percebido por meio de suas colocações a respeito do que esperam para o futuro dos filhos.

“Eu tenho me esforçado pra que eles estudem e até mesmo que eles arrumem um trabalho, porque às vezes eu queria que um fosse dentista, outro fosse médico, mas se não é isso que eles querem, eu também não posso forçar essas coisas” (Ana, 47 anos, 10 filhos).

“Eu sonho que a gente não precisa ser rico, mas eu sonho que meus filhos tenham casa pra morar, que cada um tenha seu carro e que estudem” (Janalice, 42 anos, 3 filhos).

“Ela fala que quer ser veterinária (risos). Ela fica lá no computador e tem uns livros lá desse negócio de médico de cachorro e ela lê” (Fátima, 35 anos, 1 filho).

A respeito de seus locais de origem praticamente 1/3 das entrevistadas é natural de Campinas, totalizando sete mulheres. Seis são naturais do Interior de São Paulo e uma do litoral, cujas cidades são: Atibaia, Dracena, Junqueirópolis, Mauá, Pirassununga, Rancharia e São Vicente. Três são naturais do Estado do Paraná, uma de Poços de Caldas, Minas Gerais, uma de Vitória, Espírito Santo e uma de Teresina, Piauí.

3.5 Coleta de dados

Após orientações sobre a pesquisa a respeito das informações colhidas por meio dos relatos da diretora da escola, do líder comunitário, das análises das informações contidas no Plano de Gestão da escola e no cadastro do PBF, foi possível definir elementos para a construção do instrumento de coleta de dados. Instrumento este que foi elaborado pautado em quatro eixos que nortearam as entrevistas semiestruturadas 1) caracterização das beneficiárias e sua família; 2) formas de obtenção de renda; 3) percepções sobre o Programa Bolsa Família; e 4) percepções sobre educação, frequência escolar e aprendizagem.

No próximo capítulo apresentamos as entrevistas e as percepções das entrevistadas a respeito da obtenção de renda, PBF, frequência escolar e educação de seus filhos.

4. As entrevistas

Nesse capítulo, apresentamos as entrevistas desenvolvidas com base em um roteiro de questões composto por quatro eixos (Anexo 2). O primeiro eixo contemplou a caracterização das entrevistadas e de suas famílias (como apresentado no capítulo 3); o segundo eixo (desenvolvido a partir deste capítulo) trata das formas de obtenção de renda das famílias entrevistadas; o terceiro eixo analisa as percepções das beneficiárias a respeito do PBF e o quarto eixo apresenta suas perspectivas, anseios e percepções sobre a frequência escolar, educação e aprendizagem de seus filhos.

Analizamos as percepções por ser esta a maneira pela qual as beneficiárias podem falar a respeito das ações do programa de forma positiva ou negativa, pois neste caso não há certo ou errado, o que se tem são maneiras distintas de perceber o PBF de acordo com sua realidade.

Portanto, como já foi apresentada a caracterização das entrevistadas e suas famílias no capítulo anterior, neste tratamos de concentrar nossa interpretação no segundo, terceiro e quarto eixo.

4.1 Formas de obtenção de renda.

Com relação às formas de obtenção de renda dezenove entrevistadas responderam que trabalham ou trabalhavam para compor a renda da família. Neste caso, somente uma respondeu não trabalhar pelo fato de cuidar do filho doente, mas argumentou que o trabalho a ajudaria a manter uma renda melhor, pois atualmente vive com o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa Família.

A respeito da manutenção de seus lares, sete mulheres casadas evidenciaram em suas falas que seus maridos ou companheiros auxiliam na manutenção do lar trabalhando com “bicos”, ou seja, com trabalhos esporádicos. Outras quatro que se encontravam no momento da entrevista em situação de desemprego, argumentaram que seus maridos mantinham a casa com trabalhos formais, ou seja, com registro em carteira. A seguir transcrevo dois trechos que exemplificam o exposto.

*“Atualmente meu esposo tá fazendo bico, então é mais eu mesma”
(Paula, 37 anos, ensino médio completo).*

*“Por conta de tá desempregada só meu esposo que trabalha [...]”
(Janaína, 30 anos, ensino médio completo).*

As nove mulheres que se apresentaram como viúvas, separadas ou solteiras alegaram que a manutenção de seus lares depende exclusivamente de sua renda e do PBF. Para essas mulheres é certo que elas podem contar com o benefício na data estipulada para seu recebimento, talvez por isso o classifiquem como um complemento da renda.

*“O Bolsa Família complementa a minha renda e me ajuda bastante”
(Eliana, 29 anos, 5ª série).*

Ao serem perguntadas sobre a manutenção de seus lares nove entrevistadas responderam que mantêm seus lares sozinhas, pois nestes casos elas moram somente com os filhos que dependem unicamente do provimento de sua renda e da renda do PBF.

As formas e regimes de trabalho das entrevistadas contemplam que somente quatro delas desenvolvem suas funções laborais com registro em carteira, cinco trabalham em regime de contratação, seis trabalham de forma autônoma e outras quatro estavam desempregadas. Estas formas de trabalho, sem registro em carteira profissional, tornam o vínculo com o trabalho mais precário, sem as proteções sociais adquiridas pelos trabalhadores ao longo da implantação das Políticas de Proteção Social no Brasil, como as descritas no capítulo 1.

Na fala reproduzida abaixo, a entrevistada fala sobre o fato de o desemprego causar a perda de um sonho, pois sua realização profissional e pessoal seria concluir o curso de auxiliar de enfermagem. Neste aspecto medidas de proteção social ao trabalhador (como vistas no capítulo 1) se aplicariam, caso Ana tivesse registro profissional, assim não necessariamente teria que abandonar o curso e conseqüentemente interromper seu sonho.

*“Agora eu estou desempregada. Estava fazendo um curso de enfermagem e tive que parar por conta que agora não posso pagar”
(Ana, 47 anos, desempregada).*

As entrevistadas que trabalham em regime de contratação prestam serviços em escolas do próprio bairro, pois os processos seletivos para auxiliares

de limpeza são abertos nas escolas e priorizam atender pessoas que moram na comunidade local. Esta informação foi levantada pela entrevistada que caracteriza como importante esta ação da escola, que seleciona membros da própria comunidade para compor o quadro de funcionários.

“O contrato de trabalho é de um ano, prestei o processo seletivo e passei” (Fátima, 35 anos, auxiliar de limpeza).

A entrevistada abaixo falou da sua relação com o trabalho informal, pois segundo ela, este tipo de trabalho permite autonomia com relação aos ganhos e tempo de trabalho. Alegou que não é o “trabalho dos sonhos”, mas é com base neste tipo de atividade que mantêm seu lar.

“Já fui doméstica, faxineira e hoje eu trabalho com reciclagem [...]” (Vilma, 38 anos, catadora).

É possível perceber na fala das entrevistadas que a partir do momento que sua renda pode ser declarada e que esta supere o valor de corte do PBF, as mesmas podem “perder o direito ao benefício”, por isso algumas delas se mantêm na informalidade.

“Pra mim por eles num curso eu teria que ganhar mais e pra ganhar mais, já cancela o Bolsa Família, então não dá” (Dayane, 24 anos, ensino médio completo).

Em relação ao PBF e a renda as vinte entrevistadas responderam que o programa ajuda a compor a renda familiar.

“O Bolsa Família ele ajuda sim! Não ajuda a manter uma família, que isso não vai manter mesmo, mas ele ajuda a complementar algumas coisas que dá pra ajudar no lar. Comprar um gás, pagar uma água, comprar uma mistura, ele não ajuda por completo uma família, mais ajuda.” (Janalice, 42 anos, 4ª série).

Neste caso, a entrevistada afirma que a renda gerada pelo PBF auxilia na aquisição de coisas como a compra de alimentos e pagamentos de contas. Segundo Campello e Neri (2013) a população de menor renda foi subestimada com relação a não saber fazer uso adequado dos recursos do PBF. Porém segundo pesquisas apresentadas ao longo dos dez anos do Bolsa Família a experiência mostrou, que as famílias “*não só compram corretamente como podem fazer um planejamento financeiro capaz de ampliar suas perspectivas e oportunidades*” (p.17).

Walquiria Leão Rego (2013) fala que a questão de definir os pobres como compradores incompetentes e imprudentes está enraizada na própria sociedade, que atribui aos pobres culpa em razão à “preguiça, incompetência, indolência e assim por diante” (p.224). Em relação ao PBF argumenta que não foi diferente, que o programa sofreu com o preconceito histórico e estereotipado dos pobres, sendo eles “acusados de preferir viver do dinheiro da bolsa, em vez de trabalhar; de fazer filhos para ganhar mais dinheiro do Estado; de usar dinheiro para comprar cachaça etc.” (REGO, 2013, p.156).

Os textos apresentados por Campello e Neri (2013) e por Rego (2013) reforçam que a ideia de que os pobres são compradores imprudentes e incompetentes não foi comprovada pelas pesquisas desenvolvidas ao longo do PBF. Estas colocações estão no preconceito de uma sociedade que culpa o pobre pela sua própria condição. Portanto, segundo os autores as famílias beneficiárias do PBF vêm mostrando que são capazes de gerir e definir suas prioridades para o uso do dinheiro, não cabendo ao governo esta determinação.

Nas falas de nossas entrevistadas fica claro o planejamento com relação aos gastos com o dinheiro do PBF. As mulheres que relataram depender do benefício como única renda fixa, ou seja, que se pode contar em data estipulada, o destina para a compra de alimentos, gás, pagamentos de contas e outros.

“Pra mim hoje falando a pura verdade, o Programa Bolsa Família é tudo! Eu pego muito pouco cento e quarenta reais, mas é os cento e quarenta reais mais bem vindo [...] o dinheiro do Bolsa Família pra mim em casa, [...] na verdade é pra comprar comida, eu pego o dinheiro na lotérica e dali mesmo já passo no mercado e compro as coisas. A minha filha hoje pode comer uma fruta, não é muito mais pode comer, entendeu? Pode comer uma verdura ou legumes e carne de vez em quando [...]”. (Vilma, 38 anos, 5ª série).

Como podemos observar ao longo deste capítulo, as prioridades traçadas para o uso do recurso do PBF são as mais diversas possíveis, porém todas elas são unânimes em dizer que o dinheiro é para o uso em prol da criança.

A moralidade apresentada para o uso do dinheiro, segundo pesquisa desenvolvida por Flávia Ferreira Pires no semiárido nordestino durante o período de dezembro de 2010 e julho de 2011, pode ser entendida partindo de pelo menos duas razões que explicam o privilégio das crianças:

A primeira delas é o entendimento de que o benefício é recebido pela família como resultado do esforço das crianças. A segunda razão diz

respeito à função materna de nutrir e satisfazer os desejos alimentares de seus filhos como profundamente ligada a uma maternidade bem sucedida (PIRES, 2013, p.127).

Outra razão a ser levantada sobre o privilégio das crianças na destinação do dinheiro do PBF pode estar centrada nos resquícios do programa antecessor a ele, o Programa Bolsa Escola (PBE). Este programa de transferência de renda como visto no capítulo 2, era um recurso destinado a famílias com crianças em idade escolar e sua condicionalidade era exclusivamente a frequência escolar.

O PBE deu lugar ao PBF e, por isso, é possível argumentar por uma continuidade dele, já que ambos os programas focam na condicionalidade escolar e, conseqüentemente, nas crianças, como forma de garantir o recebimento do benefício. Dada a importância desse dinheiro para a sobrevivência da família, o que vemos então é que o status da criança, normalmente um indivíduo com pouco poder de negociação no fogo familiar, é reconfigurado. As crianças estão agora em posição de negociar, geralmente com suas mães, seus desejos e pequenos luxos, sob a ameaça de não ir à escola (PIRES, 2013, p. 129).

Nossas entrevistadas apresentaram colocações que indicam postura semelhante às levantadas por Flávia Fernanda Pires (2013) com relação ao poder de negociação das crianças, pois quando questionadas acerca da destinação do dinheiro para as crianças as mesmas responderam:

“Eu acho que o dinheiro é usado assim, porque ele vem por causa das crianças, mas a mãe tem que querer mesmo que o filho estude e seja alguém” (Paula, 37 anos, ensino médio completo).

“Se você pega o Bolsa Família vai bebe cachaça, vai usar droga, enquanto a criança tá estudando, ela vê isso e pergunta: minha mãe cadê meu dinheiro? Isso aqui é meu, cadê meu dinheiro? A criança desanima, não quer ir pra escola, fala que vai e não vai, eles ficam desanimados” (Socorro, 47 anos, 4ª série).

4.2 Percepções sobre o PBF

Neste item apresentamos as percepções das entrevistadas sobre o PBF, a fim de compreender os efeitos do programa em suas vidas e no seu âmbito familiar.

Ao serem perguntadas sobre a sua opinião a respeito do PBF sete entrevistadas apresentaram em suas falas que o programa “ajuda” na aquisição de alimento, material escolar, roupas, calçado etc. Segundo André Pires (2012, p. 135) podemos entender um dos sentidos de ajuda “*como algo que complementa*

alguma coisa, que serve para auxiliar ou subsidiar outro rendimento, frequentemente maior, proveniente de outras fontes”.

Outra questão levantada por Pires (2012) é de que o sentido de ajuda também pode ser considerado pelo fato de o dinheiro ser administrado por mulheres, para ele se trata de um “dinheiro feminino”, portanto são as mulheres quem culturalmente são responsáveis pelo cuidado com os filhos. Mesmo utilizando o dinheiro para aquisição de bens importantes para a vida das crianças (alimentação, roupas, mimos, entretenimento), o dinheiro é considerado “ajuda”.

“Eu acho que é um dinheiro a mais [...], então dá pra ajudar a comprar mais comida, [...] é pouco mais ajuda, mas fazer a diferença isso não faz não.” (Dayane, 24 anos, ensino médio completo).

“Ah ajuda sim! Eu compro, faço uma prestação pras crianças de roupa, calçado, isso vem do Bolsa Família.” (Rosa, 27 anos, 5ª série).

“Na verdade é uma ajuda né, uma ajuda de custo, não muda muita coisa não, mais é muito bom porque é um dinheiro que você sabe que pode contar [...]”. (Eliete, 33 anos, 8ª série).

“Ah eu penso que é um meio de tá ajudando a gente a comprar um leite se faltar, uma roupa, um agasalho.” (Ângela, 26 anos, 8ª série).

Na fala abaixo é possível compreender que a beneficiária entende que o programa para algumas famílias pode ser “uma tábua de salvação”, no sentido da família se apoiar nele. O que dá a entender que para esta entrevistada a “ajuda” seria momentânea.

“O Bolsa Família pra muitos ele serve como uma tábua de salvação, pra mim serve como uma ajuda, eu não posso me apoiar nele pra sempre, eu tenho que trabalhar [...]”. (Vilma, 38 anos, 5ª série).

A análise dessas falas sugere que o dinheiro do PBF é entendido pelas entrevistadas como complemento da renda, pois consideram que ele ajuda a comprar itens fundamentais para a sobrevivência pessoal e social das pessoas, como citado acima.

O estudo desenvolvido por Pires (2012) com beneficiárias do PBF na cidade Campinas, São Paulo, apresenta que as entrevistadas utilizam o dinheiro do PBF na maioria das vezes sem o conhecimento prévio de seus maridos ou companheiros. Segundo ele os depoimentos das beneficiárias indicam que elas adquirem uma série de bens como televisão, microondas, computador e outros com o dinheiro do programa. Assim confirma nossa entrevistada:

“Fiz prestação e comprei uma máquina de lavar com o dinheiro do Bolsa Família, é pra lavar a roupa de todo mundo lá em casa” (Rosa, 27 anos, 3 filhos).

Esta mãe justifica a aquisição da máquina de lavar como sendo para o uso de todos e não com algo que simplificaria seu trabalho de lavar roupa, desta forma percebe-se a questão moral associada ao uso do dinheiro. No parágrafo abaixo fica mais bem esclarecida à justificativa marcada na fala da mãe sobre sua aquisição.

André Pires (2012) apresenta algo semelhante ao enfatizado por Flávia Ferreira Pires (2013), pois segundo ele há uma expectativa por parte das mães em atender o desejo dos filhos com o recurso do PBF.

O ponto a ser destacado é que as decisões sobre o uso do dinheiro com os filhos, com equipamentos da casa e a ponderação de prioridades (por exemplo, se se gasta com tênis para o filho, com eletrodomésticos ou alimentação), cabem exclusivamente à mãe (PIRES, 2012, p. 146).

Como já vimos anteriormente os rendimentos de metade das entrevistadas são provenientes em sua maioria do trabalho registrado ou por meio de contratação e outra metade por trabalho informal. Percebemos ainda, que é frequente no orçamento das famílias entrevistadas haver uma utilização do dinheiro do PBF para a aquisição de bens de consumo aos filhos.

Seguindo com as percepções apresentadas pelas entrevistadas sobre o PBF, seis delas disseram que consideram o programa bom, como podemos observar em suas falas:

“É um programa bom, porque muitas famílias que às vezes não tem uma renda [...] que nem eu que estou desempregada, então o Bolsa ajuda [...] auxilia, não é muito, mas o pouco que já entra, já ajuda bastante.” (Ana, 47 anos, ensino médio completo).

“Ah é um programa bom, tem gente que às vezes até um real não tem, passa o mês apertado [...] que nem eu conheço bastante gente que não tem um trabalho, que cata papelão, o dinheiro do Bolsa Família ajuda eles pra caramba.” (Suzana, 26 anos, 5ª série).

Nestes casos as entrevistadas argumentam que o programa é bom, principalmente quando ele é sua única fonte de renda, pelo fato de se encontrar sem trabalho. Outro ponto importante que quatro entrevistadas trazem em suas falas está relacionado ao oferecimento de cursos pela organização do PBF.

O surgimento de questões relacionadas ao oferecimento de cursos por parte do PBF não foi perguntado às entrevistadas, ou seja, essa questão não foi contemplada no roteiro de entrevista. Porém, as colocações surgiram quando as entrevistadas foram perguntadas a respeito de suas opiniões sobre o programa, ou seja, segundo elas ele é bom, porque também oferece cursos. Mas é possível compreender que as próprias beneficiárias criticam que os cursos são oferecidos, porém sinalizam que a procura por eles é pequena.

“Eu acho bom, porque também dá curso pras pessoas que querem. Tem um monte de cursos, mas as pessoas não vão atrás, só pensam em receber, não quer correr atrás de nada” (Fátima, 35 anos, ensino médio completo).

Uma entrevistada classificou o programa como legal. Em sua fala percebemos elementos ligados à essência do programa relacionada à educação captada por ela, pois argumenta que o interesse do PBF seria qualificar as pessoas por meio dos cursos e inseri-las no mercado de trabalho, como podemos analisar abaixo:

“Ele é legal e ao mesmo tempo o interesse dele é pra você aprender os cursos, eu acredito que seja isso, pra você pode tá arrumando um emprego e melhorando, não é pra você ficar nele. Igual eu falei não pode ser uma coisa que você pega e esqueci. Porque não é um valor que dá pra você manter uma família, não é isso, é só pra dá uma ideia pra você melhorar, porque você estando nele você tem mais oportunidades, é isso!” (Dinorá, 35 anos, 8ª série).

Três entrevistadas sinalizaram em suas falas que oferecimento de cursos é um fator positivo no PBF, pois seria uma maneira de profissionalizá-las e encaminhá-las ao trabalho.

“O Bolsa Família ele é bom, porque ele contribui pra trabalho, porque ele lança você em alguns cursos e abre a possibilidade de você tá fazendo os cursos e tá melhorando, pra você entrar no trabalho” (Paula, 37 anos, ensino médio completo).

Das quatro entrevistadas que falaram a respeito dos cursos, somente uma criticou o oferecimento dos mesmos, pois acredita que os cursos oferecidos são básicos e segundo ela não profissionalizam.

“Os cursos que eles oferecem são muito básicos. Curso de digitação e o Windows básico, porque mexer no computador a gente aprende até com alguém falando, precisa é de um curso técnico em computação mais

especializado, aí é outra coisa” (Dayane, 24 anos, ensino médio completo).

As cinco beneficiárias que classificaram o programa como ótimo ou excelente apresentaram em suas falas alguns termos de ordem motivacional, pois argumentam que o PBF incentiva a criança a ir para a escola gerando certo entusiasmo, parece que seu único aspecto negativo é o medo que se tem do “corte” do programa.

“Ah eu acho ótimo, é um incentivo pra criança tá estudando, porque as crianças assim tem mais entusiasmo pra pode estudar [...]”. (Silvana, 35 anos, 4ª série).

“Ótimo! Ótimo só espero que nunca corta”. (Maria, 56 anos, analfabeta).

“É ótimo, mais podia ter um pouquinho mais de aumento pra quem tem muito filho, mais fazer o quê? [...] eu num tenho que reclamar não, tô satisfeita.” (Socorro, 47 anos, 4ª série).

Seguindo na perspectiva de apresentar as percepções das beneficiárias sobre o PBF somente uma delas fez críticas ao programa, pois segundo ela seu benefício “foi cortado”. A entrevistada informou que o corte se deu por uma discrepância na renda, o que para ela seria injusto devido ao fato dos gastos que tem para manter a si e a sua família. Suas colocações pareciam não compreender as regras pelas quais uma família é beneficiária do PBF, porém compreende a importância do programa, como vemos a seguir:

“Minha opinião no momento é ruim, eles tão fazendo muita campanha promovendo muitas bolsas pra pessoas e eu creio que estão tirando dessas famílias que precisam pra repassar a verba pra esses outros programas [...] porque se eles tiram de quem precisa, porque eles não fiscalizam de modo geral e realmente corte de quem não precisa e mentem pro programa? Aí é isso!” (Janaína, 30 anos, ensino médio completo).

Com relação à avaliação do PBF podemos dizer que das vinte entrevistadas, sete avaliam o programa como uma ajuda financeira, seis o avaliaram como bom, cinco como ótimo/excelente, uma o avalia como legal pela questão dos cursos que oferece e uma entrevistada o avalia como ruim provavelmente esta avaliação está relacionada à questão pessoal de corte do benefício. Porém, todas reconhecem a importância do programa e o aprovam.

4.3 O PBF e a Educação

A seguir apresentamos as percepções das entrevistadas a respeito da frequência escolar e educação de seus filhos. Neste item tratamos de analisar as falas das entrevistadas a fim de responder as questões que motivaram a pesquisa. Afinal seria a frequência escolar fator “suficiente” para impedir a chamada transmissão intergeracional da pobreza? Será que o fato da criança estar na escola com o auxílio do PBF garante sua aprendizagem?

As questões acima nos incomodaram a ponto de nos levar ao contato com as entrevistadas e por meio desta pesquisa dar vozes a elas. Na sequência apresentamos o que pensam as beneficiárias do PBF a respeito da sua relação com a educação.

A frequência escolar (condicionalidade prevista no desenho do PBF) é bem vista por todas as entrevistadas. Elas se mostraram favoráveis, pois acreditam que se o programa oferece algo a seus filhos que no mínimo eles devem cumprir com alguma condição, como podemos observar em suas falas:

“É eu acho que tá certo, porque além de receber, se não conseguir acompanhar o filho na frequência escolar, nem levar pra tomar vacina, pelo menos isso! Querendo ou não seria obrigação da mãe ter consciência, mas já que não tem, alguém tem que olhar por isso, pelo menos isso pra ter um acompanhamento, porque tem mãe que só manda o filho pra escola por causa do Bolsa Família, se não fosse isso nem mandaria.” (Dayane, 24 anos, ensino médio completo).

“Eu acho correta a frequência escolar [...] porque se a criança ganha o benefício, ela tem que tá em dia com as obrigações de estudante.” (Janaína, 30 anos, ensino médio completo).

“Eu acho ótimo, isso chama atenção da mãe, porque querendo ou não ela tem que levar a criança no médico e na escola, ela é obrigada, porque se a criança não for a mãe perde o bolsa família.” (Dirce, 44 anos, 7ª série).

A frequência escolar é utilizada pelas beneficiárias como se fosse merecimento para receber o benefício, pois é preciso fazer alguma coisa para recebê-lo, no caso “mandar a criança à escola”. Percebe-se que há um esforço (seja das mães ou das crianças) para merecer o benefício. Esta postura do programa de exigir o cumprimento desta condicionalidade remonta ao estilo das políticas conservadoras corporativas tratadas no capítulo 1, em que o direito (ou quase direito, como denomina Amélia Cohn, 2013) advém do mérito (de estar em uma categoria profissional, em contribuir previamente etc).

Ainda com relação à frequência escolar todas as entrevistadas responderam que seus filhos seguiriam frequentando a escola normalmente e que estariam na escola independente da condicionalidade do PBF. A respeito disso Pires (2013) argumenta que é possível afirmar com base nos dados do Censo Demográfico de 2010 que a condicionalidade da frequência escolar presente no desenho do PBF vem cumprindo o seu papel em Campinas, ou seja, tem feito com que crianças e jovens de até 17 anos frequentem a escola. Mas após os 17 anos de idade as taxas de frequência escolar caem abruptamente, sobretudo para as mulheres.

A fala de uma entrevistada nos confirma o que foi dito acima, pois a mesma alegou ter problemas com o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar. Segundo ela seu benefício foi cortado, pois sua filha de 16 anos foi agredida na saída da escola e não quer mais frequentá-la. É perceptível que a mãe não consegue controlar a situação exatamente por se tratar de um filho mais velho.

“Não tem jeito, tentei de tudo e ela não vai, só que isso é injusto, pois meu outro filho segue estudando e por causa de uma que não quer frequentar a escola, todos perdem” (Lucinda, 45 anos, 5ª série).

Lucinda destaca um ponto importante no desenho do programa, pois se um filho não frequenta a escola todos perdem o benefício. Este fato ocorre porque o programa tem a família como beneficiária e o caso de um membro não cumprir as condicionalidades sejam elas na educação ou saúde, irá desencadear o corte do benefício.

Porém, a questão associada à frequência escolar é mais ampla do que a constatada em alguns estudos que analisaram que ela vem se mantendo ou aumentando. A presença da exigência de frequência escolar nos programas de transferência de renda está enraizada nos desenhos propostos nas primeiras iniciativas na década de 1990 pelas prefeituras. Nesta época os dados do IBGE mostravam que havia muitas crianças em idade escolar fora da escola, nesse contexto, ainda se “justificaria” a cobrança da frequência escolar, porém nos dias de hoje não, pois o acesso e permanência na escola para crianças de até 14 anos, por exemplo, quase que se universalizou.

De acordo com Sônia Rocha (2013) a condicionalidade da frequência escolar não é capaz de sanar a questão principal que é a falta da qualidade dos serviços de educação.

Assim, no caso da educação, embora a presença da criança na escola seja condição necessária para que possa haver aprendizado, não é condição suficiente. Para tal é indispensável que haja competência no ensino. Hoje é bem sabido que embora a cobertura escolar seja universal nas idades de escolaridade obrigatória – de 6 a 15 anos – os resultados em termos de aprendizado no Brasil são lamentáveis, em todas as classes de renda e tanto em escolas públicas como nas particulares. O desafio hoje é melhorar a qualidade da educação, que passa por questões de autoridade e competência do diretor, grade curricular adequada, assiduidade e qualificação do professor, acompanhamento e avaliação contínuos de aprendizado além de reforço escolar. São questões essenciais para obter bons resultados educacionais, mas, obviamente, extrapolam o que pode ser feito no escopo do programa de transferência de renda (ROCHA, 2013, p.141).

No sentido de reforçar que o problema da educação está na qualidade retomamos o argumento de Simon Schwartzman (2009) já apresentado no capítulo 2, em que analisa que é equivocada a ideia de que os problemas da educação estão na demanda dos serviços, pois o acesso à educação não é o problema. Para ele os problemas estão na oferta dos serviços que são de má qualidade, está na má formação dos professores, assim como na falta de métodos e concepções adequadas de ensino.

De modo geral as entrevistadas concordam com os autores acima mesmo sem ter acesso a eles, pois apresentam em suas falas elementos que direcionam e mostram segundo suas percepções a carência de qualidade dos serviços educacionais.

“A educação tá muito defasada tem muitas coisas que eles precisam aprender mais, porque tem criança que vai pra segunda, terceira ou quarta série e não sabe fazer contas [...] então eu acho que a educação deixa a desejar. Não é só passar de ano pra pode ter mais vaga pra criança que tá sem escola, eu acho que deviam ensinar mais, porque o mercado de trabalho hoje em dia tá exigindo muita qualificação e como que eles vão ter uma qualificação se na escola não tem um estudo de qualidade?” (Ana, 47 anos, ensino médio completo).

“A educação não tá muito boa, porque antigamente na terceira série a gente sabia tanta coisa. Hoje em dia as crianças mesmo no quinto ano ainda não sabe ler e escrever direito” (Dinorá, 35 anos, ensino fundamental completo).

Esse posicionamento crítico das mães com relação à educação está presente em pessoas com maior e menor escolaridade. Em suas falas é possível

perceber que entendem que a educação de seus filhos lhes ensina “o básico, o mínimo”, desta forma sabem que será muito difícil romperem a barreira da pobreza pela via da educação, uma vez que esta não o qualifica para isso.

Segundo Dalila Oliveira (2005) o movimento pela focalização das políticas educacionais brasileiras teve início na década de 1980 e desde então assumiu o caráter de oferecer serviços mínimos direcionados aos pobres, por serem incapazes de suportar os custos de serviços de qualidade. “O caráter focalizado que apresentam nos muito pobres é justificado pela necessidade de combate à extrema pobreza” (p.33). Desta forma o ensino público está voltado a desenvolver medidas que assegurem o acesso e a permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola.

As perspectivas que as entrevistadas possuem sobre a educação de seus filhos é de que os mesmos devem frequentar a escola para “ser alguém na vida”, admitindo que estar na escola é um direito e que seus filhos devem valorizá-lo mesmo que sejam críticas em relação ao que está sendo ensinado. Este posicionamento das mães em manter os filhos na escola, mesmo sabendo dos problemas relacionados à qualidade do ensino corrobora com o exposto por Schwartzman (2009) de que a população valoriza a educação e que a permanência na escola vem aumentando de forma que não é necessário condicionalidade ou subsídio que exija isso.

“Eu queria que eles fossem bem [...] queria que eles terminassem os estudos, fizessem faculdade, cursos, pra eles ter uma vida melhor do que a minha”. (Suzana, 26 anos, 5ª série).

“A escola é importante porque um dia eu quero que eles cresçam e seja alguém, por exemplo, seja um advogado, um juiz, qualquer outra coisa melhor, que não sejam iguais a mim. Quero vê meus filhos todos formados, tudo bem de vida! O que eu não tive, o que eu sofri, eu não quero pra eles. Eu quero o melhor!” (Janalice, 42 anos, 4ª série).

Com relação ao futuro de seus filhos todas as entrevistadas atribuem à escola o êxito que se possa ter na vida, pois analisam que ela tenha a capacidade de transformar e “melhorar a vida das pessoas”. As quatorze mães entrevistadas que apresentam menor formação escolar, ou seja, não possuem o ensino médio, parecem elevar o nível de exigência com relação a educação de seus filhos no que diz respeito a formação superior. Mesmo reconhecendo que a educação

pública está “defasada” e que seu foco não está na qualidade, elas atribuem aos filhos à responsabilidade de romper com essas barreiras.

“Eu parei de estudar, porque minha mãe faleceu, eu tinha treze anos, fiquei na rua da amargura e não terminei o estudo. E pra minha filha falo que ela tem que estudar, porque precisa de estudo pra tudo hoje, então mesmo a escola não sendo aquelas coisas tem que estudar, mas Graças a Deus nessa parte ela não me dá trabalho” (Socorro, 47 anos, 4ª série).

As seis mães que possuem o ensino médio demonstram ser menos idealizadoras e talvez mais realistas com relação à formação de seus filhos, pois o fato de terem passado mais tempo na escola pública sabem muito bem os limites estruturais para “ser alguém na vida”.

“Eu acho que a escola deveria ensinar mais pro mercado de trabalho, porque hoje em dia tá exigindo muita qualificação [...] e muitos não podem pagar um curso profissionalizante pra tá aperfeiçoando naquela profissão que eles querem alcançar” (Ana, 47 anos, ensino médio).

“Eu queria que elas se esforçassem pra poder ter uma vida melhor do hoje, porque agora tem o PROUNI que ajuda, sei lá se ajuda ou atrapalha, mas enfim, elas têm mais oportunidade do que eu tive. Quando eu terminei meu ensino médio eu pensava em fazer faculdade, só que eu não tive condição de fazer. Eu penso que hoje não é fácil, mas talvez elas consigam, porque têm mais opção, tem mais meio, tem o ENEM que ajuda nas notas, tem mais oportunidade. Eu queria que elas tivessem uma profissão e que conquistasse melhor condição” (Paula, 37anos, ensino médio completo).

Intrinsecamente essas mães parecem compreender que existe certa defasagem no estudo, o que leva seus filhos a não conseguirem seguir seus estudos e conquistar a formação profissional esperada.

José Carlos Libâneo (2012) e Dalila Oliveira (2005) mostram que o desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil levou a uma situação na qual a escola pública ficou encarregada de ensinar o básico e a cumprir funções assistenciais, enquanto a escola particular acabou sendo a escola da qualidade.

Em face desses problemas, circula no meio educacional uma variedade de propostas sobre as funções da escola, propostas estas frequentemente antagônicas, indo desde as que pedem o retorno da escola tradicional, até as que preferem que ela cumpra missões sociais e assistenciais. Ambas as posições explicitariam tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças (LIBÂNEO, 2012, p.16).

As percepções que se as mães com menor formação possuem com relação à educação é a de atribuir a responsabilidade do êxito na escola aos filhos, ou seja, se eles se esforçarem conseguirão mudar de vida. Já as mães com maior formação atribuem a responsabilidade da educação à escola e à formação oferecida. É comum perceber em suas falas que a escola deve preparar para o mercado de trabalho e que, encaminhados ao trabalho, seus filhos terão conseqüentemente melhores condições de vida.

Podemos perceber esses elementos associados à melhora na condição de vida e conseqüentemente na condição social nas colocações abaixo:

“Eu acredito que a escola abre portas, o ensino é uma base pra uma preparação pro emprego e acredito que se estudar e se esforçar muito, mais pra frente vai ter outras oportunidades. Um emprego melhor e aí sim uma vida melhor do que nós temos hoje.” (Paula, 37 anos, ensino médio completo).

“Estudar é pro futuro dele, é pra melhorar a situação. Ele vê as dificuldades que a gente leva, então precisa ter um emprego melhor, porque hoje em dia sem estudar você não é nada, estudando já tá difícil imagina sem.” (Dinorá, 35 anos, ensino fundamental completo).

“O Bolsa Família é apenas um auxílio pra minha família, não é pra escola. Só que independente do Bolsa Família eu quero meus filhos formados, se um dia Deus me der a oportunidade de vê um filho meu fazendo a faculdade vai ser ótimo.” (Vilma, 38 anos, 5ª série).

Perguntamos as entrevistadas como elas avaliavam a educação de seus filhos e as respostas surpreendem, pois a maioria delas analisa que a educação é defasada e a que a escola “ensina o básico”, retomando as colocações de Libâneo e Oliveira, como podemos perceber em suas falas:

“A escola ensina o básico, mas eu sei também que não depende só dos professores, sei que é um conjunto de coisas. Era bom se os professores tivessem interessados mesmo com o salário que eles têm, interessados em ensinar, mas parece que os eles estão desanimados também pela situação do salário baixo” (Paula, 37 anos, ensino médio completo).

“O xis é não faltar da escola, teria uma diferença se o Bolsa Família exigisse notas boas das crianças, o próprio governo pagasse bem os professores pra eles ensinar melhor as crianças, tinha que ter toda uma troca. O professor tinha que se preocupar só em dá aula e exigir dos pais que a criança tire nota boa, além de colocar alguém pra auxiliar o professor, porque as crianças são terríveis e por fim o salário é uma miséria [...]” (Dinorá, 35 anos, ensino fundamental completo).

O apresentado pelas entrevistadas com relação à educação de seus filhos demonstra que elas têm conhecimento sobre a qualidade da educação, inclusive

conseguem fazer comparações entre escolas que ensinam e outras que nem tanto de acordo com suas percepções. Porém, a grande questão da defasagem na educação apontada por elas não parece algo que será resolvido com a frequência escolar simplesmente, pois como já vimos em várias pesquisas a frequência escolar, por si só, não garante a qualidade do ensino.

No intuito de responder a questão acima, nos pautamos na discussão apresentada por Oliveira (2005), quando argumenta que a educação assumiu um caráter dual e contraditório, pois ao mesmo tempo em que se afirma como uma política social de caráter universal (assegurada pela CF de 88), ela se orienta também pela lógica da focalização a partir dos anos 90 como tratada no capítulo 2. Lógica esta que tem orientado as políticas educacionais a se concentrarem no acesso e na permanência de grupos vulneráveis socialmente na escola no ensino fundamental. Para ela, exemplos de focalização são os programas de transferência de renda, como no caso o Bolsa Escola (PTR condicionada à educação na época), outro exemplo, é a focalização no ensino fundamental uma vez que o ensino superior ficaria para o segmento privado. Conclui que atualmente a política educacional brasileira vem dando maior visibilidade para os programas focalizados do que para as ações de universalização.

A tentativa por parte do Estado de capitanear o processo de mudanças na educação, que ocorre a partir da primeira metade da década de 1990, foi buscada no discurso da técnica e da agilidade administrativa. Os conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência serão importados das teorias administrativas para as teorias pedagógicas, ao mesmo tempo em que a escola passa a ter maior importância como unidade administrativa (OLIVEIRA, 2005, p.36).

As ênfases das reformas propostas pelo Estado a partir de 1990 priorizaram o corte no gasto social, portanto os serviços públicos de educação deixaram de lado a preocupação com o conteúdo escolar e com as condições de trabalho dos professores e se focou no acesso e permanência das populações vulneráveis à escola.

Este fato do acesso e permanência à escola fica evidenciado nas falas de nossas entrevistadas, pois com relação à escola de seus filhos elas argumentaram que se trata de uma boa escola e que atende às necessidades básicas de seus filhos, mas ao serem questionadas se manteriam seus filhos estudando na escola atual, quinze entrevistadas apresentam respostas negativas.

As mães alegaram que se tivessem um poder aquisitivo maior seus filhos estudariam em escolas particulares, pois acreditam que o ensino privado é melhor do que o público. Podemos observar em suas falas que a diferenciação de público/privado é evidente e independente da formação escolar das entrevistadas.

“Eu trabalho em uma escola particular e aí a gente vê a diferença, o ensino é defasado. A gente até se entristece de não poder colocar os filhos, porque o ensino tá difícil, aí a gente tenta ajudar que nem eu trago coisas de lá pras minhas filhas e falo pra elas vamos tentar, mas eu sei que não depende disso.” (Paula, 37 anos, ensino médio completo).

“Eu acho que ele estudaria numa escola melhor, porque você vê a diferença em uma escola do governo, da prefeitura, com uma escola particular [...]” (Janalice, 42 anos, 4ª série).

“Se eu tivesse condições eu pagaria uma particular [...] eu acho que é a mesma coisa, só que acho que os alunos seriam diferentes.” (Suzana, 26 anos, 5ª série).

“Se fosse pra escolher mesmo, acho que ninguém escolheria escola pública pra poder colocar os filhos, se a gente tivesse condições financeiras gostaria que nossos filhos fosse doutor, nossos filhos fosse advogado, juiz, professores, médicos. Acho que ninguém gostaria de uma escola pública, porque a escola pública peca muito na educação, eu não digo que peca muito na educação por causa dos professores, isso é uma questão de Estado e tudo mais, peca porque o governo não dá assistência pra escola pública ele acha que é só colocar uma merenda no prato do aluno e um professor mal remunerado e tá bom”. (Vilma, 38 anos, 5ª série).

A respeito das questões apontadas pelas entrevistadas sobre a preferência pelo ensino privado em detrimento ao público Oliveira (2005) argumenta que as políticas educacionais se destinam a garantir às populações mais vulneráveis um mínimo de serviços de primeira necessidade à medida que as *“camadas médias vão abandonando cada vez mais o setor público, em face de sua deterioração e voltando-se para o setor privado”* (p.34).

Do universo de vinte entrevistadas, somente três responderam que manteriam seus filhos na mesma escola e outras duas entrevistadas reponderam que manteriam seus filhos em escolas públicas, mas gostariam que as crianças fossem atendidas em escolas de período integral.

Já com relação à aprendizagem dos filhos, quatorze mulheres com menor formação escolar não souberam dizer o que os filhos estão aprendendo na escola. Porém, dizem que participam da vida escolar dos filhos, olham os cadernos e vão a reuniões de pais periódicas, como podemos observar em suas falas.

“Não sei te dizer o que ele tá aprendendo não, porque eu não entendo a lição, mas eu olho o caderno e parece que tá bom” (Maria, 56 anos, analfabeta).

“Olha pra te falar a verdade, não sei direito não! Mas eu vou na reunião e a professora fala que tá bem, aí nós acredita (risos)” (Janete, 42 anos, 4ª série).

“Eu acho que dentro do que é básico tá bom! Porque às vezes ela traz pra casa umas coisas que eu lembro da minha época e ajudo ela” (Vilma, 38 anos, 5ª série).

As seis entrevistadas com maior formação escolar argumentam que sabem o que os filhos estão aprendendo, porque olham os cadernos das crianças, vão às reuniões de pais e se julgam participativas na escola. Com relação aos conteúdos não souberam elencá-los, mas sinalizam que a escola ensina o básico.

Algumas mães trazem alguns discursos pautados na condição precária de trabalho do professor e que por isso avaliam que o ensino que seu filho recebe é fraco, defasado e básico.

“Eu tenho ido à escola e creio que os professores tem se esforçado pra ensinar pelo menos o básico”. (Ana, 47anos, ensino médio completo).

“Eu sei que não depende só dos professores, sei que é um conjunto de coisas [...]”. (Paula, 37 anos, ensino médio completo).

Ao serem perguntadas se acreditavam que o PBF auxilia na aprendizagem de seus filhos dezessete entrevistadas apresentaram respostas negativas, pois não conseguem associar o recebimento do benefício à melhora na aprendizagem de seus filhos, uma vez que o programa para elas sana algumas dificuldades e carências de ordem financeira. No caso da carência educacional esta seria sanada com educação de qualidade, escolas equipadas com material escolar e tecnológico, além de contar com professores bem remunerados e aptos para lidar e ensinar os alunos.

“Eu acho que quem ajuda a aprende é a própria força de vontade da criança, porque o programa Bolsa Família é só pra ajudar a comprar as coisas pras crianças, o Bolsa Família é só uma ajuda que o governo dá.” (Janalice 42 anos, 4ª série).

“Não ajuda! Eu penso comigo, se tipo assim tivesse esse programa e tivesse um atendimento pra essas crianças, dando prioridade pra ensinar alguma coisa, dando um curso, aí sim eu diria, foi pelo Bolsa Família e tal, mas até agora é material mesmo, que nem eu falei, roupa, calçado, lápis, caderno [...]”. (Paula, 37 anos, ensino médio completo).

“Não acho que o Bolsa Família tem ajudado elas a aprende, pode de uma certa forma ter ajudado a compra um material, uma coisa assim,

mas mesmo se não tivesse o Bolsa Família elas estariam na escola do mesmo jeito.” (Eliana, 29 anos, 5ª série).

As entrevistadas têm clareza de que o PBF não é suficiente para fazer uma grande transformação em suas vidas, segundo elas ele alivia algumas carências que são supridas com dinheiro, alimentação, vestuário, material escolar etc. Percebemos em suas falas que a transformação em suas vidas se daria pela via da educação, no entanto, argumentam que caberia ao governo ações que desenvolvessem a qualidade tão esperada da educação.

As percepções dessas mães com relação à educação de seus filhos reforçam que o acesso à escola já não é um problema, o grande gargalo enfatizado por elas está na qualidade. Chegando a questionar o porquê, que seus filhos só têm acesso ao que é básico.

Segundo Libâneo (2012) muito se tem discutido a respeito das funções da escola e muitas propostas têm surgido no cenário acadêmico, porém alerta para as tendências de uma escola voltada para o tradicional (centrada nos conteúdos e conhecimento) e outra para o social/assistencial, pois:

Ambas as posições explicitariam tendências polarizadas, indicando o dualismo da escola brasileira em que, num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças (LIBÂNEO, 2012, p.16).

Na intenção de responder as questões levantadas acima, cito Libâneo (2012, p.13) no que diz que a escola pública “é a escola que sobrou para os pobres”, pois suas funções de aprendizagem foram reduzidas a aprendizagens mínimas.

Eis que as vítimas dessas políticas, aparentemente humanistas, são os alunos, os pobres, as famílias marginalizadas, os professores. O que lhes foi oferecido foi uma escola sem conteúdo e com um arremedo de acolhimento social e socialização, inclusive na escola de tempo integral. O que se anunciou como novo padrão de qualidade transformou-se num arremedo de qualidade, pois esconde mecanismos internos de exclusão ao longo do processo de escolarização, antecipadores da exclusão na vida social (LIBÂNEO, 2012, p.24).

Observamos nas colocações das entrevistadas que elas não se colocam na condição de “vítimas” pelo fato de serem pobres, pelo contrário, elas buscam ativamente estratégias de vida em função das condições (sociais e materiais) que

dispõem. Além disso, elas têm consciência de que a elas não são disponibilizados os melhores serviços exatamente por compreenderem o exposto por Oliveira (2005), que para as populações mais vulneráveis seria oferecido um mínimo de serviços de primeira necessidade e de infraestrutura social.

O fato marcante nas falas das entrevistadas com relação à educação de qualidade parece ainda não ter solução, o que se tem são medidas focalizadas de manter os pobres na escola não se importando com a qualidade do ensino a qual são submetidos. Porém, as questões assistenciais da escola para muitas famílias tem seu valor, elas julgam como importante o fato da criança se alimentar na escola.

Com todo o exposto até o momento, fica claro que a escola de tipo assistencialista é insuficiente para solucionar os problemas da qualidade no ensino uma vez que ela não está voltada para ele, desta forma, a superação da pobreza pela via da educação continua não sendo regra e sim exceção. É necessário questionar as funções da escola, as entrevistadas nos mostram isso pelas suas colocações, porém ainda percebemos que é marcante que elas valorizarem a escola que assiste seus filhos em suas carências, como vemos abaixo.

“Pelo menos a escola que ele estuda é muito boa, tem o café da manhã e tem o almoço, porque aí chega lá, entra e toma o café da manhã. Se você não tem nada pra dar pra criança ir à escola, que nem a diretora falou, vocês não precisam se matar, vocês trazem eles, eles vão tomar o café da manhã e vão sair almoçados, já sai pronto” (Maria, 56 anos, analfabeta).

O enfrentamento da pobreza assim como o desafio da qualidade na educação oferecida aos pobres são questões de extrema importância para construirmos uma sociedade menos desigual, no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços de educação e saúde.

Miguel Arroyo (2010) analisa que é necessário retomar a relação não superada entre educação e desigualdades.

Primeiro, porque foi uma das relações mais instigantes do pensamento educacional. Segundo, porque essa relação foi desfigurada e soterrada nos escombros de relações de mercado, de educação e padrão mínimo de qualidade, de currículos por competências, gestão e avaliações de resultados. Terceiro, porque as desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites, a violência. As desigualdades dos coletivos sem-teto, sem-terra, sem-espaço, sem-comida, sem-

universidade, sem-territórios entram na escola como nunca antes e interrogam as políticas educativas, sua gestão e suas análises (ARROYO, 2010, p.1384).

É necessário ir para além do acesso, pois como já visto, a população menos favorecida adentra os muros da escola como nunca antes. Portanto, segundo nossas entrevistadas a parte que lhes cabe que é a frequência e permanência na escola elas estão cumprindo. Agora o que falta é repensar a educação dos mínimos e dar o direito aos pobres de uma escola de qualidade, que tenha função e que desenvolva as habilidades necessárias para romper com a pobreza.

Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa foi possível compartilhar algumas informações relativas do processo histórico das nossas políticas sociais, que culminaram na criação do PBF. Vimos que as políticas sociais tiveram seu marco na década de 1930 e que após várias décadas, o foco sobre elas foi se alterando de acordo com as necessidades de cada época.

A partir da década de 1990 tivemos as primeiras experiências com os programas de transferências de renda focalizados, cujo propósito era o alívio da pobreza. O PBF surgiu em 2003, como resultado das políticas de transferência de renda desenvolvidas anteriormente, ele faz parte de um processo de unificação e substituição dos programas existentes, e entra no cenário brasileiro com o objetivo de romper com a pobreza intergeracional, aquela que se perpetua nas gerações.

Sem ter a pretensão de apresentar conclusões a respeito das indagações levantadas no início desta pesquisa, a disposição do estudo foi compreender como as beneficiárias analisam a exigência da frequência escolar e o que esperam da educação de seus filhos. Nos capítulos 2 e 3, os estudos apresentados constataram que a exigência de frequência escolar para crianças e jovens até 17 anos que participam do PBF tem efeito positivo e que ela vem sendo garantida pelas famílias.

As análises das entrevistas mostraram que as entrevistadas julgam importante a condicionalidade da frequência escolar, pois argumentam que se

recebem o PBF devem cumprir com a exigência, dessa maneira parecem estabelecer uma relação de troca, ou seja, eu faço algo e recebo por isso. Mas, ao mesmo tempo em que afirmam ser favoráveis a exigência da frequência escolar, as entrevistadas foram unânimes em dizer que seus filhos estariam frequentando a escola independente desta condicionalidade.

No entanto, se as mães argumentam que seus filhos estariam na escola independente da exigência da frequência e estudos como os apresentados por Pires (2013), Craveiro e Ximenes (2013), Schwartzman (2009), Glewwe e Kassouf (2008), Reimers, Silva e Trevino (2006) analisam que os alunos estão frequentando a escola, compreende-se que a cobrança da frequência escolar, uma vez que ela já está quase garantida, seja desnecessária.

Os desafios a serem enfrentados para que os beneficiários do PBF consigam combater a pobreza estão no âmbito da oferta da educação. O primeiro desafio seria o de criar condições para que crianças, jovens e adultos que participam do PBF permaneçam na escola, tendo oportunidades para completar sua formação no ensino, seja ela profissional, de nível técnico ou universitário.

Para as entrevistadas o problema da educação está centrado na falta da qualidade, pois elas dão conta de elencar elementos pontuais causadores deste fato. De acordo com suas percepções a escola de antes (se referindo a sua época escolar) ensinava e cobrava mais dos alunos, elas citam isso, baseadas em suas próprias experiências e também nas habilidades que elas desenvolveram ao longo da vida escolar. Porém, essas habilidades não foram capazes de transformar suas vidas, sendo assim, colocam que o fato de ter frequentado a escola por mais tempo para seis dessas mulheres (que completaram o ensino médio), não causou grandes mudanças em suas vidas.

Já as entrevistadas que não concluíram o ensino fundamental ou médio, acreditam que esta formação seria essencial para causar grandes mudanças em suas vidas, pois atribuem o fracasso educacional a questões pessoais. Para elas, a formação educacional é uma questão que demanda empenho pessoal e mesmo reconhecendo que há problemas na educação, elas acreditam que se seus filhos se esforçarem eles conseguirão completar a formação educacional e “ser alguém na vida”.

As entrevistadas avaliam a educação como “defasada”, o ensino como ruim, porque sentem na pele os efeitos da má educação, pois tanto elas, como

seus filhos passaram pela escola, mas ela não foi capaz de transformar suas vidas. Elas esperam que a escola prepare seus filhos para o mercado de trabalho, assim eles romperão com a pobreza no futuro e para isso, elas tratam de cobrar dos filhos aquilo que lhes cabe, ou seja, que eles frequentem a escola, agora o que a escola fará deles já é outra história.

De acordo com o exposto até o momento, fica claro que o enfrentamento da pobreza, assim como o desafio da qualidade na educação oferecida aos pobres, são questões de extrema importância para construirmos uma sociedade menos desigual, pelo menos no que diz respeito ao acesso aos bens e serviços de educação e saúde. As falas das entrevistadas indicam que os programas de transferências de rendas, nos moldes aos quais estão desenhados, não são capazes de garantir a qualidade dos serviços em educação, até porque, eles não se propõem a fazer isso. Como sugerem as mães entrevistadas, o desafio de romper com a pobreza nas gerações deve passar por iniciativas que valorizem a qualidade dos serviços educacionais da escola pública.

REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Patrus. *Transferência de Renda e Segurança Alimentar: O combate à fome como caminho da erradicação de pobreza*, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/>> Acesso em: 15 de jun. 2013.
- ANTUNES, Arnaldo, FROMER, Marcelo, BRITO, Sérgio. *Comida*. WEA, 1987.
- ARROYO, Miguel. *Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.
- Barros R, et al. *Markets, the state and the dynamics of inequality in Brazil*. In: Lopez-Calva LF, Lustig N, editores. *Declining inequality in Latin America: A decade of progress?* Washington (DC): Brookings Institution and UNDP; 2010. p. 134-174.
- BOURDIEU, Pierre. *A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*, 1966. In: *Escritos de Educação/ Maria A. Nogueira e Afrânio Catani (organizadores)*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.
- BRASIL. Constituição (1934) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 20 de jun. 2012.
- BRASIL. Constituição (1946) *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 28 de jun. 2012.
- BRASIL. Constituição (1967) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1967. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 05 de jul. 2012.
- BRASIL. Constituição (1967) *Emenda Constitucional n.1*, de 24 de janeiro de 1969. Brasília, 1969. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 20 de jun. 2012.
- BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRASIL/ MESA. *Cartilha do Programa Bolsa- Família*. Brasília, 2003.
- BRASIL/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº. 551 de 09 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, 2005.
- BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº. 246 de 20 de maio de 2005. Aprova instrumentos para o termo de Adesão com os municípios, 2005.
- BRESSER, Luiz Carlos Pereira e SPINK, Peter. *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. São Paulo: Editora FGV, 1998.
- CAMARGO, José Márcio e FERREIRA, Francisco H. G. *O benefício social único: uma proposta de reforma da política social no Brasil*. Rio de Janeiro: Texto para Discussão, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2001.

CAMARGO, José Márcio. *Pobreza e Garantia de Renda Mínima*. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 dez. 1991.

_____. *Os Miseráveis*. Folha de São Paulo. São Paulo, 03 mar. 1993.

_____. *Política Social no Brasil Prioridades Erradas, Incentivos Perversos*. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 68-77, 2004.

CAMILO, Maria Virginia Righetti Fernandes, et al. *Experiência multidisciplinar do Serviço Social na Educação: o projeto Vida Nova com a PUC Campinas*. 2008.

CAMPELLO, Tereza e NERI, Marcelo Côrtes.(org). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

CAMPINAS (Município). *Plano Municipal de Assistência Social (2010-2013): propostas e diretrizes para a Política de Assistência Social no Município de Campinas*. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/cidadania/ATT00085.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTEL, Robert. *El Ascenso de las Incertidumbres: Trabajo, Protecciones, Estatuto del Individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2010.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios /organizadores*. Brasília: Ipea, 2010. 2 v. (366p.).

CIC- Centro da Integração e Cidadania (2006). Disponível em: <<http://www.guiadedireitos.org>>. Acesso em: 19 de out. 2013.

COHN, Amélia. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais*. 1 Ed. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.

_____. *O PBF e seu potencial como política de Estado*. In: J. A. Castro, & L. Modesto. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios* (pp. 215-234). Brasília: Ipea, 2010.

_____. *Os movimentos populares e a constituição da saúde como um direito: o caso de São Paulo*. São Paulo: Cedec, mar. 1991 (1º relatório de atividades, cobrindo o período 06/90-02/91 para a Inter-American Foundation).

_____. *Os movimentos populares e a constituição da saúde como um direito: o caso de São Paulo*. São Paulo: Cedec, jul. 1991 (2º relatório de atividades para a Inter-American Foundation).

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; XIMENES, Daniel de Aquino. *Dez anos de Programa Bolsa Família: Desafios e Perspectivas para a Universalização da Educação Básica no Brasil*. In: CAMPELLO, Tereza e NERI, Marcelo Côrtes.(org). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

CUNHA, José Carlos Pinto da. (Org.). *A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006.

DATAUFF / UFBA. *Pesquisa de percepção dos destinatários do programa Bolsa Família sobre condições de segurança alimentar e nutricional*, Brasília: MDS, 2006.

Desigualdade Social. Disponível em: <<http://www.desigualdade-social.info/>>
Acesso em: 10 de abril. 2013.

DRAIBE, Sônia Mirian. *Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DRAIBE, Sônia e HENRIQUE, Wilnês. "Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6 (3):53-78, fev.,1988.

DRAIBE, Sônia Mirian, et alii. *Políticas sociales y programas de combate a la pobreza en Brasil*. In: Rede de Centros de Investigación Económica Aplicada. *Estratégias para combater La pobreza em América Latina: programas, instituciones y recursos*. Santiago: Banco Mundial de Desarrollo, 1995, pp. 97-162.

DRAIBE, Sônia Miriam. *Uma nova Institucionalidade das Políticas Sociais?* Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. In: *São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE*, Vol. 11, n. 4, 1997.

_____. *A política social no período FHC e o sistema de proteção social*. *Tempo Social*, 15 (2), pp. 64-101, nov. 2003.

DRAIBE, Sônia, In: CARDOSO, Fernando Henrique; FOXLEY, Alejandro (Eds.). *América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento: políticas sociais para além da crise*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2009.

DRAIBE, Sônia M. *Welfare State*. Texto do Verbetes correspondente em FUNDAP, Dicionário de Políticas Públicas. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Getúlio Vargas*. Edição Ilustrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FIORI, José Luís. *O Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises*. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 7 (2): 129-147, 1997.

FONSECA, Ana e COHN, Amélia. Nacional: *O Bolsa-Família e a questão social*. Fundação Perseu Abramo. *Teoria e Debate* nº 57 - março/abril de 2004.

FONSECA, Ana. *Discurso da Secretária-Executiva do Programa Bolsa Família*. Brasília: (divulgado pela Presidência da República/ Secretaria de Imprensa e Divulgação), 2003.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da e Viana, Ana Luíza d'Ávila. *Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina*. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1505-1512, 2007.

GARSCHAGEN, Sérgio. *Como retirar dezenas de milhões da extrema pobreza*. Brasília: Desafios, fevereiro 2011. Disponível em: <<http://desafios.ipea.gov.br/>>
Acesso em: 20 de jun. 2012.

GHEDIN, Evandro e FRANCO, Mária Amélia Santoro. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GLEWWE, Paul e KASSOUF, Ana Lúcia. *The Impact of the Bolsa Escola/Família Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Drop Out Rates and Grade Promotion in Brazil*. Department of Applied Economics, University of Minnesota, 2008.

IBASE. *Resultados da pesquisa desenvolvida pelo IBASE, a partir de fevereiro de 2006*. Rio de Janeiro: ISBN 978-85-89447-19-52008, 2008.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20 de set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais*. PNAD, 2006.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. *O estado do bem-estar social na idade da razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KÜNNEMANN, Rolf e LEONHARD, Ralf. *Transferência de Renda e Metas de Desenvolvimento do Milênio- uma abordagem de direitos humanos*. Pão para o Mundo (PPM) Bonn, Stuttgart, fevereiro de 2008.

LIBÂNIO, José Carlos. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquilas. *Servindo a dois senhores: As políticas sociais no governo Lula*. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007.

MATOSO, Maria Cristina, DUBOIS, Maria Célia de Toledo, ROSSIGNATTI, Marjorie Helena Salim. *Orientações para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 4.ed. Campinas: PUC-Campinas, 2010.

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>> Acesso em: 10 de jan. 2013.

MEC- Ministério da Educação. *Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade: Condicionalidades do Programa Bolsa Família*. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alabetização e Diversidade, 2009. ISBN 978-85-60731-83-1.

MEDEIROS, Marcelo. *A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990*. Texto para discussão n. 852. ISSN 1415-4765. Brasília, dezembro, 2001.

MEDEIROS, Marcelo, BRITTO, T., e SOARES, F. *Transferência de Renda no Brasil*. *Novos Estudos*. n.79 , 5-21, 2007.

OLIVEIRA, Dalila. *A Educação no Contexto das Políticas Sociais Atuais: Entre a Focalização e a Universalização*. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. *Democratização e Republicanização do Estado*, s.l., 2003 (mimeo.).

OLIVEIRA, Francisco. *Por quê política?* Fórum da Sociedade Civil na Unctad, em São Paulo, 14, 15 e 16 de junho de 2004.

PAOLI, Maria Célia. *Movimentos Sociais, Cidadania, Espaço Público: Perspectivas Brasileiras para os Anos 90*. Revista Científica de Ciências Sociais. n.33, Universidade de São Paulo, outubro, 1991.

PIRES, A. *Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)*. Política & Trabalho, João Pessoa, n. 38, 2013, pp. 171-195.

_____. *Efeitos da condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)*. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 55, p. 170-196, abr./ago. 2013.

_____. *Relações de gênero e orçamento familiar: percepções dos recursos do Programa Bolsa Família como dinheiro feminino*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, jan./abr. 2012.

_____. *Bolsa família e políticas universalizantes: o caso de um município paulista*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008, p. 341-366.

PIRES, Flávia Ferreira. *Comida de Criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido*. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais, n. 38, Abril de 2013, pp. 123-135.

PNUD- Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas. *Pesquisa Avalia Impactos do Programa Bolsa Família*. 20 de jul. 2012. Disponível em: <<http://www.http://www.pnud.org.br/>> Acesso em: 20 de abr. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ CASA CIVIL. Medida Provisória n.132, de 20 de outubro de 2003. *Cria o Programa Bolsa- família e dá outras providências*. Brasília, 2003.

REGO, Walquiria Leão; REGO, Alessandro Pinzani. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Ed. Unesp, 2013.

REIMERS, F; Carol Deshano da Silva and Ernesto Trevino. *Where is the "education" in conditional cash transfers in education?* UNESCO Institute for Statistics, 2006.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. *Bolsa-Escola Federal*. Brasília: Secretaria Executiva do Bolsa-Escola, 2002.

RIZOTTI, Maria Luiza. *Estado e Sociedade Civil na História das Políticas Sociais Brasileiras*. Semina: Ci. Soc. Hum., Londrina, v. 22, p. 39-56, set. 2001.

ROCHA, Sônia. *Transferências de Renda no Brasil: o fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: política Social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bolsa Família: mitos e realidades*. IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Publicado em Interesse Nacional, ano 2, n.7, (pp.20-28), Dezembro de 2009.

_____. *Sumário do Seminário sobre Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil: Prioridades*, realizado no Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2006, com o apoio da Fundação Konrad Adenauer.

_____. "Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola." In Paper submitted to the Global Conference on Education Research in Developing Countries (Research for Results on Education), Global Development Network. Prague: IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2005.

_____. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Celina. *Federalismo e Conflitos Distributivos: Disputa dos Estados por Recursos Orçamentários Federais*. Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 345-384, 2003.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. *No Fio da Navalha: entre carências e direitos*. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. In: TELLES, Vera da Silva et al. *Programas de Renda Mínima no Brasil*. São Paulo: Pólis, 1998.

_____. *Direitos Sociais*. Afinal de que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

VIEIRA, Flávio Vilela e Veríssimo, Michele Polline. *Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 513-546, dez. 2009.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Estar na escola com o auxílio do Programa Bolsa Família garante a aprendizagem de seus beneficiários? Reflexões a partir da opinião de mães de crianças matriculadas em uma escola de Campinas (SP).

Pesquisador responsável: Angélica Lima da Silva

Caro participante

Gostaria de convidá-lo a participar como voluntário desta pesquisa, cujo objetivo é analisar a opinião de mães ou responsáveis por alunos matriculados no 5º ano do ensino fundamental, na escola estadual Conjunto Vida Nova III em Campinas, sobre a relação entre transferência de renda, frequência escolar e aprendizagem. Sua forma de participação consiste em responder algumas perguntas que serão feitas por mim a respeito da sua história, de sua família, suas opiniões sobre o Programa Bolsa Família e a aprendizagem dos seus filhos. Nossa conversa será gravada, transcrita e após o término desta pesquisa o arquivo contendo esta gravação será eliminado. Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante seu anonimato e sua privacidade. Não será cobrado nada, não haverá gastos nem riscos na sua participação neste estudo, mas, caso se sinta incomodado com alguma questão poderá não respondê-la. Os resultados desta pesquisa contribuirão para um melhor entendimento dos efeitos do Programa Bolsa Família na vida das pessoas. Gostaria de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, a qualquer momento, se assim preferir. Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato com a responsável principal desta pesquisa pelos telefones: (19) 7817-5042/ 32614140, desde já agradeço sua atenção e participação colocando-me à disposição para maiores informações.

Em caso de dúvida(s) e outros esclarecimentos sobre questões éticas desta pesquisa você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética da PUC-Campinas, o qual analisou o projeto desta pesquisa pelo telefone: 3343-6777 ou pelo endereço: Rodovia Dom Pedro I, Km 136 Parque das Universidades, CEP: 13086-900, Campinas-SP.

Eu confirmo que Angélica Lima da Silva, explicou os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma e as alternativas para minha participação também foram discutidas. Afirmo que li e compreendi este termo de livre consentimento, que foi emitido em duas vias, sendo uma via a mim (participante) e outra a pesquisadora, portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Campinas, ____ de _____ de 2013.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do participante

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Caracterização do entrevistado e de sua família

Nome? Idade? Ocupação? Estado Civil? Local de origem? Escolaridade? Quem são as pessoas que compõem a família (nome, idade, local de nascimento e ocupação de todos). Qual é a escolaridade de todos da família? Qual foi(ram) o(s) lugar(es) onde você viveu? Por que escolheu Campinas? Você gosta de morar nesta cidade com sua família?

2) Formas de obtenção de renda

Qual é a sua atividade atual? Já trabalhou com registro profissional? Campinas oferece muitas oportunidades de trabalho? Por quê? De onde vem a renda da casa? Alguém na família exerce algum tipo de atividade remunerada? Qual (is)?

3) Percepções sobre o Programa Bolsa Família

Como ficou sabendo do programa? Recebe o Bolsa Família desde quando? Participou de outros programas sociais? Quais? Desde que passou a receber o dinheiro do Programa Bolsa Família, quais foram as mudanças na vida da família? Qual sua opinião sobre o Programa Bolsa Família? Se pudesse melhorá-lo, o que faria? Qual a sua avaliação sobre as condicionalidades do programa, especialmente sobre a exigência de frequência escolar? A exigência de frequência escolar está ajudando seus filhos na escola? De que forma? Se você não estivesse recebendo o Bolsa Família, seus filhos estariam na escola? Por quê? Você acha que deveria ter mais fiscalização em relação ao cumprimento da frequência escolar? De que forma?

4) Percepções sobre a educação, frequência escolar e aprendizagem

Em relação ao futuro, qual a profissão que gostaria que seus filhos tivessem? Se tivesse melhores condições, o que faria? Tem vontade de estudar, completar a formação? Em caso afirmativo, fazer o quê? Por que gostaria de estudar ou completar a formação? Você está contente com a escola do seu filho? Por quê?

Se você pudesse escolher, seria nessa escola que seu filho estaria estudando? Por quê? Quais são os principais problemas da escola? O que poderia melhorar? E os seus filhos, gostam ou não da escola que frequentam? Por quê? Você conhece alguém na escola, diretor, professor? Já foi chamado para reunião na escola? Em caso afirmativo, qual é sua opinião sobre a reunião? Já teve problema no cumprimento da frequência escolar exigida pelo programa? Em caso afirmativo, como fez para resolver? Você está contente com o que ensinam na escola de seus filhos? Que tipo de conhecimento você acha que deveria ser ensinado na escola, mas, que não se ensina? O que os seus filhos aprenderam na escola, que você considera importante? Você acredita que o Programa Bolsa Família ajuda seus filhos a aprender? Por quê? Você considera que é de qualidade a educação que seus filhos recebem? Por quê?